



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 002

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2004 ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB.....	Antonio Anibelli
PPB.....	Duílio Genari
PT .....	Elton Carlos Welter
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS.....	Marcos Isfer
PSB .....	Doutor Luciano

## Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari (em licença) - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 001ª SESSÃO ORDINÁRIA,  
REALIZADA EM  
17 DE FEVEREIRO DE 2004**

*(terça-feira)*

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Delegado Bradock e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademmar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Estamos recebendo um ofício do deputado Luiz Accorsi, comunicando o término da licença e está reassumindo as suas funções como parlamentar.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede a leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 001/2004

Curitiba, 16 de fevereiro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná - Fundo de Aval, de natureza contábil, com a finalidade de prover recursos financeiros para garantir os riscos das operações de financiamentos contratados com Agricultores Familiares beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, criado pelo Decreto Presidencial nº 1.946, de 28 de junho de 1996, ou por Lei Federal que vier a sucedê-lo ou alterar o referido decreto.

A criação do Fundo de Aval Estadual, se constitui em compromisso prioritário do Governo do Estado do Paraná, indo ao encontro dos interesses de mais 300.000 agricultores familiares (em torno de 80% do total existente no Estado), das suas organizações representativas de classe e do conjunto da sociedade. O Fundo de Aval tem como missão, contribuir para superar o processo de exclusão a que hoje estão submetidos milhares de agricultores familiares, impedidos de usufruir os benefícios da política de crédito rural institucionalizado, por falta de garantias.

Mesmo reconhecendo os inegáveis avanços em termos e crédito rural, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, é necessário que sejam implementados mecanismos que permitam que o crédito alcance os agricultores que não dispõem das garantias necessárias para obtenção de empréstimos, objetivando o desenvolvimento das atividades rurais, prioritariamente nas regiões economicamente mais deprimidas.

O Grito da Terra Paraná, porta voz dos anseios da categoria dos agricultores familiares, tem deslocado a cada ano, dos municípios do interior do Estado, centenas de agricultores familiares rumo a Capital. E através destas mobilizações que os agricultores familiares paranaenses tem canalizado as suas principais reivindicações, perante o poder público, a classe política e a sociedade. Em tal contexto o Fundo de Aval Estadual, tem sido uma das suas principais reivindicações.

No atual momento em que o Governo Federal estabelece condições objetivas para ampliação de espaços de participação dos movimentos sociais, concomitante a vontade política demonstrada pelo Governo Estadual, existe condições objetivas para de fato tornar realidade o Fundo de Aval. Este se constitui em iniciativa pioneira no país, posto que, no Banco do Brasil, principal agente financeiro do Pronaf, estão em funcionamento apenas Fundo de Avais Municipais, na modalidade de custeio agropecuário e muitos destes funcionando de forma precária.

A partir da criação do Crédito Rural institucionalizado, Lei nº 4.829 de 05 de novembro de 1965, o maior entrave quanto ao acesso a recursos por parte dos agricultores familiares tem sido a falta de garantias reais. Embora, a supra citada lei estabeleça entre seus objetivos, o favorecimento prioritário a pequenos e médios produtores. Historicamente, este foi o principal fator impeditivo para a democracia do crédito.

O Decreto Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, que dispõe especificamente sobre a garantia de Crédito Rural em atual vigência, ratifica a não obrigatoriedade de aceitar determinadas garantias ou dispensar estas. O Manual de Crédito Rural - MCR, sob responsabilidade do Bacen e que codifica os normativos que regem a matéria, determina: A escolha das garantias é de livre convenção entre o financiado e o financiador, que devem ajustá-las de acordo com a natureza e o prazo do crédito (MCR-2.3.1).

Remota assim, a mais de 35 anos a intenção de encontrar soluções alternativas que definitivamente superem o entrave. As tentativas redundaram até hoje apenas em recomendações pelo Banco Central do Brasil - Bacen, aos agentes financeiros que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), no sentido de preferencialmente aceitarem determinados tipos de garantias, dentre as existentes, como a hipoteca, aval, penhor judiciários e fiança, entre outros. Fica, portanto a critério destes a aceitação ou não de determinadas garantias.

O imobilismo da lei foi indiretamente responsável pela elitização do crédito, indo além de suas finalidades, na medida em que a maioria das vezes a falta de garantias serviu de pretexto para afastar os agricultores familiares dos seus benefícios com ênfase nas décadas de 60 e 70 em que prevaleceram subsídios elevados. Ao final da década de 70 o Concred - Conselho Nacional de Crédito Rural, já extinto, chegou a divulgar números, em que se verificava que mais de 50% do volume total do Crédito Rural era abocanhado por menos de 1% dos tomadores de tais recursos, o que mostra o elevado grau de concentração.

A solução encontrada pelo Pronaf, quanto as garantias através do Crédito Grupal em Aval Solidário, mesmo sem solucionar satisfatoriamente o problema, estabeleceu condição paliativa junto ao Banco do Brasil. Prevalece, entretanto, mesmo que em menor escala com relação ao passado, a concentração do crédito em regiões do Paraná, onde a, dinâmica da agricultura e a produção de "commodities" agrícolas são mais intensas. Apenas a soja e o milho detêm mais de 80% dos recursos do Pronaf/Custeio Agrícola. Enquanto as regiões mais pobres que tradicionalmente não produzem grãos exportáveis permanecem marginalizadas do processo.

Sendo o Fundo de Aval (Fundo Garantidor), um instrumento econômico de Política Agrícola, a ser criado pelo Governo do Estado do Paraná em parceria com a sociedade, ao destinar-se a fornecer garantias em operações de crédito rural, e como consequência, servir de vetor para a expansão do volume de crédito ampliará o número de famílias a serem atendidas no Paraná. Pela ótica social, se destina a dar aos milhares de agricultores familiares marginalizados, até hoje, por falta de garantias, condições objetivas de acesso aos benefícios do Crédito Rural. Seja através do Pronaf ou através de novas Linhas de Crédito que vierem a ser criados pelo Estado e a Federação.

O Fundo de Aval tem o objetivo de beneficiar agricultores familiares que detenham a terra a qualquer título, sejam estes, pequenos proprietários, arrendatários, meeiros, colonos, parceiros ou assemelhados. Contemplará também o proprietário detentor da unidade familiar de produção, sem contestação de terceiros, que tem como uns dos fatores impeditivos, além do aval para acesso ao crédito, a falta de titulação definitiva da terra.

No mesmo contexto, destina-se também, a ampliar o horizonte daqueles que vem produzindo sobre o regime de economia de subsistência ou em condições precárias, mesmo assim, gerando renda e emprego familiar. No entanto, se vêem limitados nas intenções de expansão da atividade, agregação de valor ou maior uso de tecnologia, pela carência de capital, e realização de investimentos imprescindíveis à atividade.

Ao se constituir em "âncora financeira" ou espécie de caução, o Fundo de Aval permitirá a alavancagem no Banco do Brasil, cooperativas de crédito rural, e outras entidades financeiras que queiram aderir ao fundo, de um maior volume de recursos. Beneficiará além de grupos, produtores isolados, agroindustriais de base familiar, que requerem de investimento e capital de giro, no intuito de promover a agregação de valor às atividades nas unidades de produção ou fora destas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. EXa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

## ANTEOPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica instituído o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná - Fundo de Aval, de natureza contábil, com a finalidade de prover recursos financeiros para garantir os riscos das operações de financiamentos contratados com Agricultores Familiares Beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, criado pelo Decreto Presidencial nº 1.946, de 28 de junho de 1996, ou por Lei Federal que vier a sucedê-lo ou alterar o referido decreto.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta lei consideram-se como beneficiários os agricultores familiares enquadrados no Pronaf de acordo com as normas estabelecidas no Manual de Crédito Rural - MCR, do Banco Central do Brasil - Bacen.

Art. 2º - O Fundo de Aval tem por objetivo democratizar, fomentar, socializar e aumentar a competitividade das atividades econômicas, de forma compatível com o Meio Ambiente no Estado do Paraná através da facilitação do acesso ao crédito rural, concedendo garantias à contratação de financiamentos aos beneficiários do

Pronaf, de forma individual, grupal ou organizados em associações e cooperativas.

Art. 3º - O Fundo de Aval contará com o aporte inicial de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), oriundos do Tesouro do Estado do Paraná, para, respeitados os limites e diretrizes da Lei Orçamentária e de Responsabilidade Fiscal, prestar garantias à contratação de financiamentos concedidos por instituições financeiras oficiais de crédito, federais, estaduais e municipais, inclusive cooperativas habilitadas a operacionalizar o Pronaf.

Parágrafo Único - As instituições oficiais de crédito e cooperativas referidas no *caput* deste artigo só poderão utilizar o Fundo de Aval mediante celebração de convênios específicos com o Estado do Paraná que, necessariamente, versarão sobre:

- I - obrigações dos agentes financeiros;
- II - procedimentos operacionais;
- III - o cumprimento do aval por parte do Fundo de Aval;
- IV - recuperação dos créditos em caso de inadimplência;
- V - outros procedimentos e normas que assegurem o pleno funcionamento do Fundo de Aval.

Art. 4º - As garantias à contratação de financiamentos previstas nesta lei destinam-se:

- I - à realização de investimentos fixos e semi fixos;
- II - à implantação de novos empreendimentos produtivos rurais;
- III - ao financiamento de capital de giro;
- IV - à operação de custeio agrícola, pecuário e extrativista;
- V - comercialização de produtos agropecuários e implantação de agroindústrias de base familiar;
- VI - à contratação de consultoria técnica;
- VII - à produção e comercialização de produtos.

§ 1º - Somente serão avalizadas com recursos financeiros do Fundo de Aval as operações de crédito que forem enquadradas no Pronaf e nas linhas prioritárias de financiamento definidas pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Política Agrícola - Conderpa (Lei nº 9.917, de 30 de março de 1992), tendo por base os objetivos estratégicos do plano de desenvolvimento econômico-social do Estado do Paraná.

§ 2º - As garantias do Fundo de Aval poderão ser concedidas conjuntamente com outras prestadas por diferentes fundos de avais e/ou instituições similares, em atuações complementares, conjuntas ou isoladas, visando a viabilização de operações de créditos aos beneficiários previstos no artigo 2º desta lei.

Art. 5º - Constituem receitas do Fundo de Aval os recursos financeiros:

- I - oriundos do Orçamento Geral do Estado do Paraná, transferidos pelo Tesouro Estadual;

II - transferidos por instituições governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, participantes de projetos de parceria com o Fundo de Aval;

III - oriundos de doações de qualquer natureza;

IV - resultantes dos rendimentos de aplicações financeiras;

V - oriundos da recuperação de valores de avais honrados pelo Fundo de Aval;

VI - resultantes da revisão de saldos não aplicados.

Parágrafo Único - O saldo positivo apurado em cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte, a crédito do Fundo de Aval.

Art. 6º - O Decreto regulamentar desta lei estabelecerá:

I - as condições gerais para a concessão de aval pelo Fundo de Aval;

II - os níveis máximos de garantia a serem adotados nas operações de aval;

III - as condições de efetivação do provimento dos recursos financeiros pelo Fundo do Aval;

IV - o prazo máximo de garantia, independentemente do prazo de financiamento pactuado, ser superior ao limite que for fixado. Em caso de prorrogação parcial ou total mediante os termos previstos em lei;

V - o público alvo a ser contemplado dentro das diversas categorias de produtores no Pronaf.

Art. 7º - O beneficiário de aval previsto nesta lei que, injustificadamente, não honrar os seus compromissos financeiros com as instituições oficiais e crédito conveniadas com o Estado do Paraná, para o fim nela previsto, resultando na utilização de recursos financeiros do Fundo de Aval para cobrir o montante do financiamento que foi por ele avalizado, não poderá ter qualquer tipo de relacionamento contratual, comercial e financeiro com a administração estadual, direta e indireta, especialmente na realização de obras, prestação de serviços e fornecimento de bens e materiais de consumo de qualquer tipo, enquanto o seu débito não for pago.

Parágrafo Único - Caso o beneficiário seja pessoa jurídica, aplica-se o disposto no *caput* deste artigo aos seus acionistas, quotistas ou sócios.

Art. 8º - Não será concedida nova garantia pelo Fundo de Aval antes da quitação da operação inicialmente concedida, quando destinado para a mesma finalidade.

Art. 9º - Fica criado no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o Comitê Gestor Intersecretarial do Fundo de Aval, de caráter deliberativo, a quem compete as decisões relativas à administração geral do Fundo de Aval, baixar instruções normativas complementares a operacionalização, organização administrativa, contábil, financeira, orçamentária

e à concessão de garantias à contratação de financiamento de que trata esta lei.

Art. 10 - O Poder Executivo regulamentará:

I - A composição e o regimento interno do Comitê Gestor Intersecretarial Estadual atuará nos municípios em consonância com os planos de desenvolvimentos rurais - PDR, na análise das prioridades e beneficiários do Fundo.

Art. 11 - Os recursos financeiros do Fundo e Aval serão movimentados exclusivamente em contas especiais próprias, através de instituições financeiras oficiais de crédito conveniadas.

Art. 12 - Aplicam-se à execução do Fundo de Aval as normas públicas que regem a legislação orçamentária e financeira, a legislação processual específica para cobrança dos créditos tributários e não-tributários do Estado, bem como, no que couber, as normas gerais constantes do Manual de Crédito Rural - MCR do Banco Central do Brasil, nos termos do decreto regulamentar.

Art. 13 - O Fundo de Aval estará sujeito à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sem prejuízo do controle interno e de auditoria que o Poder Executivo adotar.

Art. 14 - Os bens adquiridos com recursos do Fundo de Aval serão incorporados ao patrimônio do Estado.

Art. 15 - A gestão financeira do Fundo de Aval será exercida pela Agência de Fomento do Paraná S/A, devendo obedecer as decisões tomadas pelo Comitê Gestor Intersecretarial.

Parágrafo Único - O registro, o controle contábil e financeiro do Fundo de Aval, bem como das concessões de avais serão realizadas por setor próprio da Agência de Fomento do Paraná S/A.

Art. 16 - Os riscos operacionais decorrentes dos avais concedidos serão assumidos pelo Fundo de Aval, limitados ao seu patrimônio líquido.

Art. 17 - Fica limitada a alavancagem de cobertura do Fundo de Aval, na concessão de garantias de crédito de operações, em até 10 (dez) vezes o seu patrimônio líquido.

Art. 18 - A extinção do Fundo de Aval dar-se-á mediante aprovação de lei, sendo que, os recursos existentes serão revertidos aos cofres públicos estaduais.

Art. 19 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 20 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 002/2004

Curitiba, 16 de fevereiro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva excluir dos incisos II, IV e V, do artigo 12, da Lei nº 14.275, de 29 de dezembro de 2003, as expressões “por projetos/atividades”.

A proposição ora formulada é indispensável a fim de que a vigente Lei Orçamentária tenha execução de forma que atenda plenamente aos superiores interesses públicos e que seja pautada em tradicionais mecanismos de celeridade e tranqüila exequibilidade. É que, o limite percentual para elaboração de ajustes no curso do exercício, aplicado sobre o valor de cada projeto ou atividade, ensejou enorme redução para tais ajustes, implicando em dificuldades para todo o desempenho da função pública.

A Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2004 foi elaborada com um detalhamento expressivo de Projetos e Atividades, ou seja, num total de 335 contra 298 do exercício anterior, ocasionando numa acentuada distribuição dos recursos orçamentários para possibilitar a ligação entre os documentos Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual. Esse egrégio Poder Legislativo, através de Emendas, além de acrescentar nos referidos incisos as expressões “por Projetos/Atividades”, reduziu o percentual dos limites inicialmente propostos para a execução dos ajustes orçamentários pelo Poder Executivo (inciso II redução de 20% para 5%; inciso IV redução de 20% para 9% e inciso V redução de 40% para 15%) o que torna reduzido o valor limite para as alterações, tornando, moroso, inclusive alterações consideradas rotineiras na execução dos orçamentos, o que, sem qualquer dúvida, viria sobrecarregar, desnecessariamente, os trabalhos do próprio Poder Legislativo, pelo excessivo número de leis que a execução orçamentária demandaria.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Ficam excluídas dos incisos II, IV e V, do artigo 12 da Lei nº 14.275, de 29 de dezembro de 2003, as expressões “por projetos/atividades”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

## MENSAGEM Nº 004/2004

Curitiba, 16 de fevereiro de 2004.

Senhor Presidente:

Em conformidade com o artigo 66, inciso II, da Constituição Estadual, encaminhamos a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei complementar que dispõe sobre o “Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná”.

A elaboração de um novo Plano de Carreira do professor da rede de educação básica do Paraná é uma necessidade decorrente da adequação da carreira do magistério público estadual, uma vez que a educação, e especialmente, a situação profissional dos professores constituem terreno complexo e conflitivo, aberto aos embates sociais. Esse terreno foi particularmente atingido por restrições econômicas, financeiras e culturais advindas de mudanças de perspectiva de encaminhamento da sociedade, determinadas pelas políticas de ajuste neoliberal.

A oportunidade do encaminhamento do referido projeto se concretizou pela soma dos esforços do Governo e da categoria em torno da valorização do professor, eixo central do processo de ensino/aprendizagem, e supera concepções e procedimentos ultrapassados, ainda presentes em muitas regiões do país.

Esta proposta que o Governo do Estado apresenta à apreciação da sociedade, por meio do Poder Legislativo, representa um avanço no sentido da valorização do magistério e destaca a sua importância na sociedade. Um plano, quando construído com o intuito de realmente promover mudanças estruturais, não constitui somente um documento formal que regulamenta de forma estática uma carreira profissional, mas contribui para transformar realidades. Assim é este plano, um instrumento efetivo para a melhoria da qualidade do ensino ofertado nas escolas públicas do Paraná e representa um novo olhar sobre o mundo pedagógico da escola.

Em seu escopo, alguns princípios de destacam como definidores da proposta que o governo entende como relevantes e prioritários para a configuração de uma política educacional que contemple os direitos dos professores, aqueles já assegurados nas legislações e também os reivindicados pelos fóruns em defesa da educação: carreira única do professor, remuneração digna, qualificação profissional continuada e gestão democrática da escola.

Cria-se, desta forma, o cargo único de professor para todas as atividades educacionais que têm a docência como eixo, sendo as demais funções um suporte ao trabalho em sala de aula, provendo condições e meios para o desenvolvimento das atividades da escola. O professor é, neste Plano de Carreira, o servidor público que exerce docência, suporte pedagógico, direção, coordenação, assessoramento, supervisão, orientação, planejamento e pesquisa. Ao ingressar na carreira, o professor poderá exercer suas atividades em estabelecimentos de ensino,

núcleos regionais da Educação, Secretaria de Estado da Educação e unidades a ela vinculadas.

Esta nova concepção evidencia o valor deste profissional que, por circunstâncias históricas e políticas da educação brasileira, viu ser proletarizada a sua profissão. Mas, a despeito dos baixos salários, falta de condições concretas de trabalho nas escolas, processos de formação inicial e continuada precários e conseqüentes baixos índices de produtividade no sistema escolar, a luta destes profissionais nas últimas décadas resulta, hoje, nesta importante proposta de projeto de lei encaminhada à Assembléia Legislativa de nosso Estado.

O ingresso na carreira de professor, via concurso público de provas e títulos, e o incremento do número de profissionais com esse tipo de vínculo rompem com a orientação neoliberal da criação de empresas para gerenciamento e perpetuação de contratos precários desses profissionais com Administração Pública, mantidos de forma manifestamente inconstitucional.

O respeito à instituição escolar e à autonomia conquistada pelos professores foram levados em conta neste Plano, pois nele se reconhece que a escola tem cultura própria, produzida pelos profissionais e agentes educativos que nela desenvolvem atividades práticas e inovadoras na área pedagógica, apropriando-se de recursos e linguagens construídos em diversos campos do saber.

Abre-se, neste Plano, a perspectiva de que o regime de trabalho do professor seja de 10, 20 e 40 horas semanais, a serem ocupadas com as funções de sala de aula ou outras atividades pedagógicas. Isto contempla, em especial, o programa de expansão da educação profissional no Estado, possibilitando a contratação de especialistas, cujo tempo de serviço na escola terá uma utilização mais racional.

O professor em regime de docência, além das horas dedicadas às disciplinas que leciona, terá a garantia da hora-atividade, destinada, dentre outras tarefas, ao planejamento, reuniões pedagógicas, correção e orientação de atividades discentes, estudos e reflexões que envolvam a elaboração e implementação de projetos e ações para a melhoria da qualidade de ensino. Este é um grande estímulo à carreira, que deverá favorecer o trabalho coletivo dos professores e garantir carga horária para a realização de atividades pedagógicas individuais inerentes ao exercício da docência.

Fica assegurado ao professor o período de 30 dias de férias acrescidos de 30 dias de recesso, condicionados ao cumprimento do calendário escolar, o qual deverá contemplar, além dos 200 dias letivos, 10 dias para atividades de formação continuada.

Este Plano de Carreira permite ascensão por promoção e progressão. A promoção ocorrerá por titulação apresentada pelo docente ou certificação expedida pela própria Secretaria da Educação. Esta última forma representa, talvez, a grande originalidade deste Plano, qual seja, a instituição, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, do Programa de Desenvolvimento

Educacional - PDE. Este Programa, de estudos e pesquisas, tem por objetivo aprimorar a qualidade da Educação Básica da Rede Pública Estadual, certificando a produção acadêmica dos profissionais da rede e equiparando-a, mediante avaliação institucional estabelecida em convênio com as Instituições de Ensino Superior, aos tradicionais títulos de especialização, mestrado e doutorado.

Ainda, o plano prevê a promoção para os egressos do Magistério e das Licenciaturas Curtas, com ou sem complementação pedagógica, para os que venham a obter a Licenciatura Plena.

A progressão na carreira será feita mediante critérios específicos de avaliação de desempenho e participação em atividades de formação e qualificação profissional relacionadas à Educação Básica, bem como à formação do professor e à sua área de atuação.

Não se trata de desmerecer as atuais formas de qualificação dos professores, mas sim, de promover o processo de formação dos docentes, para que este esteja organicamente ligado com a sua prática escolar e com os problemas que envolvem a educação no Estado, propiciando uma forte relação entre o que o professor faz e produz com aquilo que se apresenta como necessidade concreta dos alunos.

Diferentemente de outros planos do passado, a promoção e a progressão do professor deixam de ocorrer prioritariamente em função do seu tempo de serviço. Este será mais valorizado, pois encerra a experiência profissional e a elaboração sistematizada de teorias e práticas absorvidas no exercício docente, concretizadas em sua produção pedagógica.

O Plano de Carreira beneficia tanto os professores da ativa, quanto os aposentados, configurando um tratamento isonômico, tão caro a este Governo. Para os inativos, estará aberta a possibilidade do enquadramento, de acordo com a titulação acadêmica. Também, todos os professores terão a possibilidade de contribuir sobre o total de sua remuneração para a aposentadoria futura, incluindo aulas extraordinárias e gratificações, que serão incorporadas proporcionalmente.

Com este esforço, acreditamos promover uma transformação significativa na realidade educacional do Estado do Paraná. Por tudo o que pensamos e defendemos a clareza de que o caminho para uma educação de melhor qualidade está agora ao alcance de todas as crianças e jovens paranaenses.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

#### SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - DIRETORIA GERAL - Resumo Final

	Folha atual (nov/03)			Folha proposta			R\$
	Encargos	Vencimentos	Soma	Encargos	Vencimentos	Soma	
Ativos	2.556.401,16	36.803.932,67	39.360.333,83	3.439.774,23	49.139.631,81	52.579.406,04	13.219.072,21
Inativos	2.131.518,50	30.691.411,07	32.822.929,57	2.722.194,94	39.196.471,35	41.918.666,29	9.095.736,72
				Acréscimo total (ativo + inativo)			22.314.808,93

#### ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

##### Capítulo I

##### Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Esta lei institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º - Integram a Carreira do Professor da Rede Estadual de Ensino de Educação Básica os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades nos Estabelecimentos de Ensino, nos Núcleos Regionais da Educação, na Secretaria de Estado da Educação e nas unidades a ela vinculadas, incluídas as de direção, coordenação, assessoramento, supervisão, orientação, planejamento e administração, atuando na Educação Básica, nos termos da Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Estado do Paraná.

##### Capítulo II

##### Dos Princípios e Garantias

Art. 3º - O Plano de Carreiras do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná objetiva o aperfeiçoamento profissional e contínuo e a valorização do Professor através de remuneração digna e, por consequência, a melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços prestados à população do Estado, baseado nos seguintes princípios e garantias:

I - reconhecimento da importância da carreira pública e de seus agentes;

II - profissionalização, que pressupõe qualificação e aperfeiçoamento profissional, com remuneração digna e condições adequadas de trabalho;

III - formação continuada dos professores;

IV - promoção da educação visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania;

V - liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, dentro dos ideais de democracia;

VI - gestão democrática do ensino público estadual;

VII - valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento;

VIII - avanço na Carreira, através da promoção nos Níveis e da progressão nas Classes;

IX - gestão democrática das escolas da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, mediante consulta à comunidade escolar para a designação dos diretores de escolas nos termos da lei;

X - existência dos Conselhos Escolares em todas as escolas da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná;

XI - período reservado ao Professor, incluído em sua carga horária, a estudos, planejamento e avaliação do trabalho discente.

### **Capítulo III**

#### **Dos Conceitos Fundamentais**

Art. 4º - Para efeito desta lei entende-se por:

I - Cargo: centro unitário e indivisível de competência e atribuições, criado por lei, com denominação própria, em número certo e remuneração paga pelo Poder Público, provido e exercido por um titular, hierarquicamente localizado na estrutura organizacional do serviço público;

II - Carreira: conjunto de Níveis e Classe que definem a evolução funcional e remuneratória do Professor, de acordo com a complexidade de atribuições e grau de responsabilidade;

III - Nível: divisão da Carreira segundo o grau de escolaridade, Titulação ou Certificação no Programa de Desenvolvimento Educacional;

IV - Classe: divisão de cada Nível em unidade de progressão funcional;

V - Professor: servidor público que exerce docência, suporte pedagógico, direção, coordenação, assessoramento, supervisão, orientação, planejamento e pesquisa exercida em Estabelecimentos de Ensino, Núcleos Regionais da Educação, Secretaria de Estado da Educação e unidades a ela vinculadas;

VI - Docência: atividade de ensino desenvolvida pelo Professor, direcionada ao aprendizado do aluno e consubstanciada na regência de classe;

VII - Hora-aula: tempo reservado à regência de classe, com a participação efetiva do aluno, realizado em sala de aula ou em outros locais adequados ao processo ensino-aprendizagem;

VIII - Hora-atividade: tempo reservado ao Professor em exercício de docência para estudos, avaliação e planejamento, realizado preferencialmente de forma coletiva.

### **Capítulo IV**

#### **Da Estrutura da Carreira**

Art. 5º - A Carreira de Professor da rede Estadual de Educação Básica do Paraná é integrada pelo cargo

único de provimento efetivo de Professor e estruturada em 06 (seis) Níveis, cada um deles composto por 11 (onze) Classes, conforme detalhado no Anexo I - Tabela de Vencimentos, da presente lei.

§ 1º - Para o exercício do cargo de Professores é exigida a habilitação específica para atuação nos diferentes níveis e modalidades de ensino, obtida em curso de licenciatura, de graduação plena.

§ 2º - Para o exercício do cargo de Professor nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental e na Educação Infantil é admitida a formação de professor em nível médio.

§ 3º - Para o exercício do cargo de Professor nas atividades de coordenação, administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional é exigida graduação em Pedagogia.

§ 5º - A todos os ocupantes do cargo de professor é assegurado o direito de exercer as funções de direção escolar, nos termos da lei.

Art. 6º - A tabela de vencimentos do professor é composta por 06 (seis) níveis denominados Especial I, Especial II, Especial III, Nível I, Nível II e Nível III, aos quais estão associados critérios de Titulação e Certificação, conforme previsto nesta lei.

§ 1º - Os valores dos vencimentos dos Níveis Especial III, Especial II e Especial I correspondem a 85% (oitenta e cinco por cento), 75% (setenta e cinco por cento) e 70% (setenta por cento), respectivamente, do valor do vencimento do Nível I, tomado como referência para o presente Plano de Carreira.

§ 2º - O valor do vencimento do Nível II corresponde ao valor do vencimento do Nível I acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 3º - O valor do vencimento do Nível III, Classe 1, corresponde ao valor do vencimento do Nível II, Classe 11, acrescido de 5% (cinco por cento).

§ 4º - Cada um dos níveis descritos no *caput* deste artigo é composto por 11 (onze) classes designadas pelos números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, associadas a critérios de avaliação de desempenho e participação em atividades de formação e/ou qualificação profissional.

§ 5º - Em um mesmo nível haverá uma diferença percentual de 5% (cinco por cento) entre uma classe e outra, de modo que a Classe 2 de cada nível corresponda ao valor da Classe 1 acrescido de 5% (cinco por cento), e assim sucessivamente até a Classe 11, que corresponde ao valor da Classe 10 acrescido de 5% (cinco por cento).

### **Capítulo V**

#### **Do Provimento e Desenvolvimento na Carreira**

##### **Seção I**

##### **Do Ingresso**

Art. 7º - O cargo de professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, com descrição estabelecida no Anexo II - Descrição de cargo, da presente lei, é



acessível aos brasileiros natos ou naturalizados, que preencham os requisitos estabelecidos em lei, com o ingresso no Nível I, Classe 1, da Carreira, mediante concurso público de provas e títulos.

§ 1º - O exercício profissional do titular do cargo de provimento efetivo de professor será vinculado à área de conhecimento para a qual tenha prestado concurso público, ressalvado o exercício, em caráter excepcional, quando habilitado para o magistério em outra área de conhecimento e indispensável para o atendimento de necessidade de serviço.

§ 2º - As exigências referidas neste artigo deverão estar satisfeitas e apresentadas pelos aprovados no concurso público, sendo desnecessário apresentá-las por ocasião da sua inscrição.

Art. 8º - Em caso de vacância, os cargos de professor deverão ser supridos por concurso público que terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

Art. 9º - É assegurada aos candidatos com deficiência a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso público para provimento no cargo de professor com atribuições compatíveis à deficiência.

## **Seção II**

### **Do Estágio Probatório**

Art. 10 - O estágio probatório é o período de 03 (três) anos de efetivo exercício, a contar da data de seu início, durante o qual o professor é avaliado para atingir a estabilidade no cargo para o qual foi nomeado.

§ 1º - Durante o estágio probatório aos professores serão proporcionados meios para sua integração e desenvolvimento de suas potencialidades em relação ao interesse público.

§ 2º - Cabe à Secretaria de Estado da Educação garantir os meios necessários para acompanhamento e avaliação de desempenho dos professores em estágio probatório.

§ 3º - Em caso de reprovação na avaliação, o professor será exonerado, mediante processo administrativo, com garantia de contraditório e ampla defesa.

## **Seção III**

### **Da Promoção e Progressão na Carreira**

Art. 11 - A promoção na carreira é a passagem de um nível para outro, mediante titulação acadêmica na área da educação, nos termos de resolução específica, ou certificação obtida por meio do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, previsto nesta lei, com critérios e formas a serem definidos por lei.

I - Os Níveis Especial I, Especial II e Especial III ficam reservados aos profissionais referidos no artigo 5º,

§ 2º, desta lei, que possuam formação em Nível Médio, Licenciatura Curta e Licenciatura Curta com estudos adicionais, respectivamente;

II - será promovido para o Nível I, na mesma Classe em que se encontra na carreira, o professor de Nível Especial que obtiver Licenciatura Plena;

III - será promovido para o Nível II, na mesma classe em que se encontra na carreira, o professor com Licenciatura Plena que obtiver pós-graduação com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, na área da educação, com critérios definidos pela Secretaria de Estado da Educação;

IV - será promovido para o Nível III, Classe 1, o professor que estiver no Nível II, Classe 11, e que obtiver certificação por meio do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, nos termos da lei, para a qual será aproveitada a titulação obtida em curso de pós-graduação como critério total ou parcial para obtenção da certificação.

§ 1º - Entende-se por Titulação ou Habilitação, a Licenciatura Plena, a Especialização, o Mestrado e o Doutorado, obtidos em curso autorizado e reconhecido pelos órgãos competentes, ou, quando realizados no exterior, devidamente validado por instituição brasileira pública, competente para este fim.

§ 2º - Entende-se por Certificação aquela obtida por meio do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, previsto nesta lei, para fins de promoção na carreira.

§ 3º - As promoções previstas nos incisos I, II e III deste artigo ocorrerão a qualquer tempo, e serão efetivadas mediante requerimento do professor, devidamente instruído, sendo que, uma vez deferido, a remuneração correspondente será paga retroativamente à data do protocolo.

§ 4º - A promoção prevista no inciso III ocorrerá dentro do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, com normas de progressão disciplinadas mediante lei específica e remuneração paga a partir da data da certificação.

§ 5º - A Secretaria de Estado da Educação garantirá ao professor que ingressar no Nível III a oportunidade de, em 15 (quinze) anos, alcançar a última Classe da Carreira.

Art. 12 - Fica assegurada ao professor, quando inscrito em Programa de Complementação de Formação para obtenção de Licenciatura Plena, a compatibilização do horário de estágio curricular supervisionado obrigatório, na área de educação, com o seu horário de trabalho.

Parágrafo Único - Havendo incompatibilidade do horário de estágio curricular supervisionado obrigatório com o seu horário de trabalho, fica assegurado o afastamento do professor de suas atribuições, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens de caráter permanente.

Art. 13 - Fica assegurado período de afastamento para conclusão dos trabalhos para obtenção de Certificação/Titulação, sem prejuízo funcional e remuneratório, com regulamentação a ser estabelecida em resolução.

Art. 14 - A progressão na carreira é a passagem do professor de uma classe para outra, dentro do mesmo nível, e ocorrerá mediante a combinação de critérios específicos de avaliação de desempenho, com normas disciplinadas mediante lei, e participação em atividades de formação e/ou qualificação profissional relacionadas à Educação Básica, bem como à formação do professor e à área de atuação, nos termos de resolução específica.

§ 1º - A primeira progressão ocorrerá após o cumprimento do estágio probatório.

§ 2º - A avaliação de desempenho deve ser compreendida como um processo permanente, em que o professor tenha a oportunidade de analisar a sua prática, percebendo seus pontos positivos e visualizando caminhos para a superação de suas dificuldades, possibilitando, dessa forma, seu crescimento profissional.

§ 3º - A cada interstício de 02 (dois) anos ficam computados até 15 (quinze) pontos para avaliação de desempenho e até 30 (trinta) pontos para atividades de formação e/ou qualificação profissional.

§ 4º - A cada 15 (quinze) pontos acumulados, na forma do parágrafo anterior, o professor terá garantida a progressão equivalente a 01 (uma) classe, podendo avançar até 03 (três) classes na carreira, por interstício de 02 (dois) anos.

§ 5º - Os pontos não utilizados em determinada progressão serão aproveitados na progressão subsequente, excetuando-se aqueles obtidos em decorrência da avaliação de desempenho.

§ 6º - Fica estabelecida a data de 1º de outubro para a primeira progressão na carreira.

Art. 15 - A Secretaria de Estado da Educação garantirá os meios para progressão do professor.

Art. 16 - Não poderá ser utilizada a mesma Certificação, Titulação ou comprovante de realização de atividades de formação e/ou qualificação profissional para mais de uma forma de avanço na carreira, seja por promoção ou progressão.

Parágrafo Único - O professor detentor de dois cargos poderá usar a nova Certificação, Titulação ou comprovante de realização de atividades de formação e/ou qualificação profissional em ambos os cargos.

## Capítulo VI

### Das Atividades de Formação e Qualificação Profissional

Art. 17 - A qualificação profissional, visando à valorização do professor e à melhoria da qualidade do serviço público, ocorrerá com base no levantamento

prévio das necessidades, de acordo com o processo de qualificação profissional da Secretaria de Estado da Educação ou por solicitação dos professores, atendendo com prioridade a sua integração, atualização e aperfeiçoamento.

Parágrafo Único - Ao professor em estágio probatório fica garantido o desenvolvimento de atividades de integração, com o objetivo de inseri-lo na estrutura e organização dos Sistemas Educacionais e da Administração Pública.

Art. 18 - O professor que comprovar a realização de atividades de formação e/ou qualificação profissional terá direito à progressão na carreira, nos termos do artigo 14 desta lei.

Art. 19 - Fica assegurada a participação certificada do professor convocado para atividades de formação e qualificação profissional promovidas ou previamente autorizadas pela Secretaria de Estado da Educação sem prejuízo funcional e remuneratório.

## Capítulo VII

### Do Programa de Desenvolvimento Educacional

Art. 20 - Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, destinado ao professor, com objetivo de aprimorar a qualidade da Educação Básica da Rede Pública Estadual, de acordo com as necessidades educacionais e sócio-culturais da comunidade escolar.

§ 1º - O Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE será disciplinado mediante lei, que considere a experiência profissional do professor e os resultados dela obtidos em benefício da educação, e terá início dentro do prazo máximo de 12 (doze) meses, contados a partir da promulgação desta lei.

§ 2º - Enquanto não for aprovada a lei que disciplinará o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, este poderá ser implantado por decreto.

§ 3º - Se o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE não for implantado no prazo estabelecido no parágrafo primeiro, o professor que, contados 2 (dois) anos a partir da promulgação desta lei, estiver no Nível II, Classe 11, e obtiver curso de pós-graduação *stricto sensu* - mestrado ou doutorado, relacionado à área da educação, será automaticamente promovido para o Nível III, Classe 1, e terá progressão no Nível III a cada interstício de 3 (três) anos, nos termos e condições estabelecidos nesta lei.

Art. 21 - O professor que obtiver Certificação em decorrência da participação no Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, terá direito à promoção para o Nível III, Classe 1, da carreira e progressão nos termos da lei específica.

## Capítulo VIII

### Da Remuneração

#### Seção I

## Do Plano de Vencimentos

Art. 22 - Remuneração é a atribuição pecuniária pelo exercício do cargo de professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, que compreende o vencimento, valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, acrescido das gratificações previstas nesta lei.

§ 1º - Integram o vencimento o adicional por tempo de serviço e os valores percebidos pelo professor em decorrência de aulas ou serviços extraordinários, conforme estabelecido nesta lei.

§ 2º - Sobre o montante da remuneração incidirá contribuição previdenciária mensal, para efeitos de recebimento de proventos de aposentadoria.

§ 3º - Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, no que se refere às gratificações, aulas e serviços extraordinários, será considerada a média das contribuições.

Art. 23 - O professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná perceberá seu vencimento de acordo com o Anexo I - Tabela de Vencimentos, desta lei.

Art. 24 - Os proventos dos professores aposentados serão revistos na mesma proporção e data sempre que se modificar a remuneração dos professores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos professores em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

## Seção II

### Do Adicional por Tempo de Serviço

Art. 25 - O professor perceberá adicional por tempo de serviço, equivalente a um aumento periódico consecutivo, calculado da seguinte forma:

I - 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 05 (cinco) anos de efetivo exercício;

II - 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 10 (dez) anos de efetivo exercício;

III - 15% (quinze por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 15 (quinze) anos de efetivo exercício;

IV - 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 20 (vinte) anos de efetivo exercício;

V - 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício;

VI - 30% (trinta por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira,

ao completar 31 (trinta e um) anos de efetivo exercício;

VII - 35% (trinta e cinco por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 32 (trinta e dois) anos de efetivo exercício;

VIII - 40% (quarenta por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 33 (trinta e três) anos de efetivo exercício;

IX - 45% (quarenta e cinco por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 34 (trinta e quatro) anos de efetivo exercício;

X - 50% (cinquenta por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 35 (trinta e cinco) anos de efetivo exercício;

Parágrafo Único - Os adicionais previstos nos incisos VI, VII, VIII, IX e X deste artigo serão percebidos pela professora a partir de 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício, por ano excedente.

## Seção III

### Do Auxílio Transporte

Art. 26 - Os professores em exercício nos estabelecimentos de ensino, núcleos regionais da Educação, Secretaria de Estado da Educação e unidades a ela vinculadas receberão auxílio transporte correspondente a 24% (vinte e quatro por cento) sobre o vencimento do Nível I, Classe 5, da carreira, com incidência para todos os efeitos legais, proporcional à jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais.

Parágrafo Único - O percentual estabelecido no *caput* deste artigo poderá ser ajustado mediante decreto.

## Seção IV

### Das Gratificações

Art. 27 - Serão concedidas gratificações proporcionais à jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com as condições especificadas a seguir:

I - gratificação de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento do professor, segundo a carga horária, para o exercício no período noturno, compreendido a partir das 18 (dezoito) horas;

II - gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento inicial da carreira do professor, correspondente ao Nível I, Classe 1, para o exercício da função de diretor de estabelecimento de ensino.

Parágrafo Único - O professor em exercício da função de diretor auxiliar de estabelecimento de ensino perceberá gratificação equivalente a 90% (noventa por cento) da gratificação percebida pelo professor em exercício da função de diretor.

Art. 28 - As gratificações previstas nesta lei poderão ser percebidas de forma cumulativa.

## **Capítulo IX**

### **Do Regime de Trabalho e das Férias**

Art. 29 - O regime de trabalho do professor será de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais, por cargo.

§ 1º - O regime de trabalho do professor que ministrar aulas nas disciplinas de ensino profissional poderá ser de 10 (dez) horas semanais, com vencimento equivalente à metade do vencimento do professor com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais.

§ 2º - Poderá haver alteração de regime de trabalho de 10 (dez) para 20 (vinte) e de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, por cargo, até o limite máximo de 40 (quarenta) horas semanais, ou o inverso, por acordo que contemple o interesse da Educação, definido pela Secretaria de Estado da Educação, e a opção do professor, mediante adequação proporcional de seu vencimento à carga horária trabalhada.

§ 3º - O professor com regime de trabalho de 10 (dez) ou 20 (vinte) horas semanais poderá prestar serviço ou ministrar aula extraordinária, até o limite máximo de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo, para tanto, remuneração proporcional à carga horária trabalhada, sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira.

Art. 30 - A hora-aula do professor em exercício de docência será de até cinquenta minutos, assegurado ao aluno o mínimo de oitocentas horas anuais, nos termos da lei.

Art. 31 - É garantida a hora-atividade para o professor em exercício de docência, correspondente a 20% (vinte por cento) da carga horária do seu regime de trabalho.

Parágrafo Único - A hora-atividade deverá ser cumprida na escola, podendo ser cumprida fora da escola, excepcionalmente, em atividades autorizadas pela Secretaria de Estado da Educação, desenvolvidas no interesse da educação pública.

Art. 32 - As férias do professor serão de 30 (trinta) dias consecutivos, segundo o calendário escolar elaborado de acordo com as normas previstas em lei.

Parágrafo Único - O professor em função de docência terá direito, além das férias previstas no *caput* deste artigo, a um recesso remunerado de 30 (trinta) dias, condicionado ao cumprimento do calendário escolar, composto de 200 (duzentos) dias letivos e 10 (dez) dias destinados a atividades de formação continuada.

## **Capítulo X**

### **Das Disposições Gerais, Transitórias e Finais**

#### **Seção I**

#### **Das Disposições Gerais**

Art. 33 - Os cargos de professor e especialista de Educação, que compõem o Quadro Próprio do Magistério da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, ficam transformados em cargos de professor, sendo que os ocupantes dos referidos cargos ficam enquadrados no presente Plano de Carreira do professor, obedecidos os critérios estabelecidos nesta lei.

Art. 34 - Ficam criados mais 24 (vinte e quatro) mil cargos de professor para compor a Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, a serem oportunamente preenchidos, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos

Art. 35 - Será constituída comissão pelos secretários de Estado da Educação e da Administração e Previdência para proceder e acompanhar o processo de enquadramento.

Parágrafo Único - O servidor que se sentir prejudicado poderá requerer reavaliação à comissão que, no caso de indeferimento, remeterá ao secretário de Estado da Administração e Previdência, em grau de recurso.

Art. 36 - Os servidores do Quadro de Pessoal Permanente do Magistério Público Estadual, regidos pela Lei Complementar nº 7, de 22 de dezembro de 1976, ficam enquadrados no presente Plano de Carreira do professor, no nível correspondente à sua titulação, da seguinte forma:

I - ficam enquadrados no Nível Especial I os atuais ocupantes de cargo de professor e especialista de educação - PC3, do Quadro Próprio do Magistério;

II - ficam enquadrados no Nível Especial II os atuais ocupantes de cargo de professor e especialista de educação - PD4, do Quadro Próprio do Magistério;

III - ficam enquadrados no Nível Especial III os atuais ocupantes de cargo de professor e especialista de educação - PE5, do Quadro Próprio do Magistério;

IV - ficam enquadrados no Nível I os atuais ocupantes de cargo de professor e especialista de educação - PF6, do Quadro Próprio do Magistério;

V - ficam enquadrados no Nível II os atuais ocupantes de cargo de professor e especialista de educação - PG7, do Quadro Próprio do Magistério.

Parágrafo Único - O enquadramento do professor nas respectivas classes em que se encontram será feito na forma do Anexo III - Tabela de Enquadramento, desta lei.

Art. 37 - Os professores e especialistas de Educação aposentados oriundos do Quadro de Pessoal Permanente do Magistério Público Estadual ficam igualmente enquadrados na matriz de vencimentos que corresponda à sua habilitação/titulação obtida anteriormente à sua aposentadoria, na classe em que se encontrava quando a obteve.

Art. 38 - Ficam considerados em extinção, permanecendo com as mesmas nomenclaturas, os cargos de orientador educacional, supervisor educacional, administrador escolar na medida em que vagarem, assegurando-se tratamento igual ao que é oferecido ao professor, inclusive o direito ao desenvolvimento na carreira, para aqueles que se encontram em exercício.

Art. 39 - Fica extinta a gratificação no ensino especial, prevista no artigo 75, da Lei Complementar nº 7, de 22 de dezembro de 1976.

Art. 40 - Os professores e especialistas de Educação que se encontrarem, à época de implantação do presente Plano de Carreira do professor, em licença sem vencimentos para trato de interesse particular, serão enquadrados por ocasião da reassunção, nos termos desta lei.

Art. 41 - O enquadramento não ensejará redução de vencimentos.

Art. 42 - Ao ocupante do cargo de professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná é assegurada, nos termos da Constituição Federal, a liberdade de associação sindical, com os direitos e garantias a ela inerentes.

Art. 43 - Fica assegurado ao professor em disponibilidade funcional para desempenho de mandato eletivo em sindicato ou associação de classe o direito de promoção e progressão na carreira, e retorno à lotação de origem.

## Seção II

### Das Disposições Transitórias

Art. 44 - Para garantir os direitos previstos nesta lei, cuja eficácia dependa de regulamentação ou de disciplina legal, aplicam-se as normas regulamentares vigentes.

Art. 45 - Para efeitos de promoção e progressão na carreira, ficam resguardadas as situações contempladas pela Lei Complementar nº 100/2003.

Art. 46 - Fica assegurado aos professores e especialistas de Educação que, na data da promulgação da presente lei, percebem gratificação por atendimento pedagógico especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais, o recebimento da referida gratificação, enquanto permanecerem no exercício dessa atividade, com incidência previdenciária e incorporação dos proventos de aposentadoria na forma do artigo 22 da presente lei.

## Seção III

### Das Disposições Finais

Art. 47 - O Plano de Carreira do professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná será implantado de acordo com as normas estabelecidas nesta lei, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 48 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, inclusive financeiros, a partir de fevereiro de 2004.

## ANEXO I

### TABELA DE VENCIMENTO

#### CARGO: PROFESSOR - JORNADA DE 20 HORAS

	CLASSES										
Níveis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Nível III	1.101,03	1.156,08	1.213,89	1.274,58	1.338,31	1.405,23	1.475,49	1.549,26	1.626,72	1.708,06	1.793,46
Nível II	643,75	675,94	709,73	745,22	782,48	821,61	862,69	905,82	951,11	998,67	1.048,60
Nível I	515,00	540,75	567,79	596,18	625,99	657,29	690,15	724,66	760,89	798,93	838,88
Nível Especial III	437,75	459,64	482,62	506,75	532,09	558,69	586,63	615,96	646,76	679,09	713,05
Nível Especial II	386,25	405,56	425,844	447,13	469,49	492,96	517,661	543,49	570,67	599,20	629,16
Nível Especial I	360,50	378,53	397,45	417,32	438,19	460,10	483,10	507,26	532,62	559,25	587,22

**ANEXO II**  
**TABELA DE VENCIMENTO**  
**CARGO: PROFESSOR - JORNADA DE 40 HORAS**

	CLASSES										
Níveis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Nível III	2.202,06	2.312,17	2.427,77	2.549,16	2.676,62	2.810,45	2.950,97	3.098,52	3.253,45	3.416,12	3.586,93
Nível II	1.287,50	1.351,88	1.419,47	1.490,44	1.564,96	1.643,21	1.725,37	1.811,64	1.902,22	1.997,34	2.097,20
Nível I	1.030,00	1.081,50	1.135,58	1.192,35	1.251,97	1.314,57	1.380,30	1.449,31	1.521,78	1.5597,87	1.667,76
Nível Especial III	875,50	919,28	965,24	1.013,50	1.064,18	1.117,38	1.173,25	1.231,92	1.293,51	1.358,19	1.426,10
Nível Especial II	772,50	811,13	851,68	894,27	938,98	985,93	1.035,22	1.086,99	1.141,33	1.198,40	1.258,32
Nível Especial I	721,00	757,05	794,90	834,65	876,38	920,20	966,21	1.014,52	1.065,25	1.118,51	1.174,43

**ANEXO II**  
**DENOMINAÇÃO DO CARGO**

Professor.

**FORMA DE PROVIMENTO**

Ingresso para concurso público de provas e títulos, realizado para cada área de conhecimento específica de currículo escolar, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

**REQUISITOS PARA PROVIMENTO**

1. Formação em nível superior para a docência em cada área de conhecimento específica do currículo escolar, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, em curso de licenciatura plena ou outra graduação com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente.

2. Formação em nível superior em Pedagogia.

**ATRIBUIÇÕES**

1. Docência na Educação Básica, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:

1.1. Participar na elaboração da proposta pedagógica da escola.

1.2. Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola.

1.3. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

1.4. Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.

1.5. Ministrar os dias letivos e as horas-aulas estabelecidas.

1.6. Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

1.7. Colaborar com as atividades de articulação com as famílias e a comunidade.

1.8. Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e do processo de ensino-aprendizagem.

2. Atividades de Suporte Pedagógico direto à docência na Educação Básica, voltadas para planejamento, administração, supervisão e orientação educacional, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:

2.1. Coordenar a elaboração e execução da proposta pedagógica da escola.

2.2. Administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da escola, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos.

2.3. Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas.

2.4. Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho dos docentes.

2.5. Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento.

2.6. Promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

2.7. Informar os pais ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola.

2.8. Coordenar, no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional.

2.9. Acompanhar e orientar o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias.

2.10. Elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da escola.

2.11. Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e da escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais.

2.12. Acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino.

**ANEXO III**  
**TABELA DE ENQUADRAMENTO**

Situação atual		Enquadramento	
Nível	Referência	Nível	Classe
C3	01	Especial I	01
C3	02	Especial I	02
C3	03	Especial I	03
C3	04	Especial I	04
C3	05	Especial I	05
C3	06	Especial I	06
C3	07	Especial I	07
C3	08	Especial I	08
C3	09	Especial I	09
C3	10	Especial I	10
C3	11	Especial I	11

Situação atual		Enquadramento	
Nível	Referência	Nível	Classe
E5	01	Especial III	01
E5	02	Especial III	02
E5	03	Especial III	03
E5	04	Especial III	04
E5	05	Especial III	05
E5	06	Especial III	06
E5	07	Especial III	07
E5	08	Especial III	08
E5	09	Especial III	09
E5	10	Especial III	10
E5	11	Especial III	11

**ANEXO III**  
**TABELA DE ENQUADRAMENTO**

Situação atual		Enquadramento	
Nível	Referência	Nível	Classe
D4	01	Especial II	01
D4	02	Especial II	02
D4	03	Especial II	03
D4	04	Especial II	04
D4	05	Especial II	05
D4	06	Especial II	06
D4	07	Especial II	07
D4	08	Especial II	08
D4	09	Especial II	09
D4	10	Especial II	10
D4	11	Especial II	11

Situação atual		Enquadramento	
Nível	Referência	Nível	Classe
F6	01	Nível I	01
F6	02	Nível I	02
F6	03	Nível I	03
F6	04	Nível I	04
F6	05	Nível I	05
F6	06	Nível I	06
F6	07	Nível I	07
F6	08	Nível I	08
F6	09	Nível I	09
F6	10	Nível I	10
F6	11	Nível I	11

## MENSAGEM Nº 005/2004

Curitiba, 16 de fevereiro de 2004.

Situação atual		Enquadramento	
Nível	Referência	Nível	Classe
G7	01	Nível II	01
G7	02	Nível II	02
G7	03	Nível II	03
G7	04	Nível II	04
G7	05	Nível II	05
G7	06	Nível II	06
G7	07	Nível II	07
G7	08	Nível II	08
G7	09	Nível II	09
G7	10	Nível II	10
G7	11	Nível II	11

Situação atual		Enquadramento	
Nível	Referência	Nível	Classe
		Nível III	01
		Nível III	02
		Nível III	03
		Nível III	04
		Nível III	05
		Nível III	06
		Nível III	07
		Nível III	08
		Nível III	09
		Nível III	10
		Nível III	11

**À Diretoria Legislativa.**

Senhor Presidente:

Tenho a honra de submeter, por intermédio de V. Exa., à elevada deliberação dessa ilustre Assembléia, a inclusa Proposta de Emenda Constitucional que altera a redação do inciso I, do artigo 124, da Constituição do Estado do Paraná, bem como a redação do *caput* do artigo 56, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescentando-lhe os parágrafos 4º e 5º, mantendo-se somente a redação do parágrafo 1º e transformando o parágrafo 3º em parágrafo 5º.

A proposta objetiva, além do aperfeiçoamento do texto constitucional que trata da Procuradoria Geral do Estado, transferir para a referida instituição, de forma gradual e segura, as atribuições atualmente exercidas pelos integrantes da Carreira Especial de Advogado do Estado do Paraná nos órgãos jurídicos do Poder Executivo, no âmbito da administração direta, bem como das entidades autárquicas e fundações públicas, com exceção das universidades públicas, extinguindo-se, na vacância, os cargos e funções que constituem a sobredita carreira especial de advogado.

Estabelece, ademais, outros instrumentos para que se alcance a desejável atuação uniforme e coordenada de toda a Administração em matéria jurídica, inclusive por parte dos demais entes descentralizados, sob orientação da Procuradoria Geral do Estado.

Expostos, assim, os motivos que determinaram a apresentação da proposta, que se reveste de inegável interesse público, submeto o assunto a essa Casa de Leis.

Reitero a V. Exa. os protestos de minha alta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**À Diretoria Legislativa.**

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O inciso I, do artigo 124, da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

“I - a representação judicial e extrajudicial do Estado, a consultoria e o assessoramento jurídico do Poder Executivo, no âmbito da administração direta, bem como das fundações públicas e das autarquias estaduais, exceto as universidades públicas estaduais;”

Art. 2º - O artigo 56, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56 - O assessoramento jurídico nos Poderes Legislativos e Judiciário será prestado pelos atuais ocu-



pantes de cargo e empregos públicos de advogado, assessor e assistente jurídico que, nos respectivos poderes, integrarão carreiras especiais.

§ 1º - O assessoramento jurídico, nos órgãos do Poder Executivo, será coordenado pela Procuradoria-Geral do Estado, objetivando atuação uniforme.

§ 2º - As atribuições previstas no artigo 124, inciso I, serão exercidas pelos integrantes da Carreira Especial de Advogado do Estado e pelos Procuradores do Estado, condicionada à adequação de sua estrutura organizacional, na forma da lei complementar, sem prejuízo da possibilidade de imediata designação de Procuradores do Estado para a execução de tarefas específicas, por ato do Procurador-Geral do Estado.

§ 3º - A Carreira Especial de Advogado entra em processo de extinção, assegurando-se aos seus atuais titulares o exercício das atribuições respectivas, bem como a ascensão funcional, nos termos da legislação em vigor.

§ 4º - Os cargos vagos da Carreira Especial de Advogado do Estado do Paraná, tornada em extinção, a que não concorram candidatos à sua ocupação por promoção, serão acrescidos ao quadro da carreira de Procuradores do Estado, e distribuídos entre as classes desta carreira, na forma de lei complementar.

§ 5º - Aos integrantes da Carreira Especial de Advogado do Estado aplica-se, em identidade de condições aos Procuradores do Estado, o disposto no artigo 125, parágrafos 2º e 3º, desta Constituição.

Art. 3º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

## Ofícios:

### OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/CC/324 a 326, 328 a 339, 342 e 343/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs

370/2003: De autoria do deputado Doutor Luciano, que veda, conforme especifica, discriminação aos portadores de epilepsia, o qual foi convertido em Lei nº 14.255. **Anote-se - Arquivo-se.**

496/2003: De autoria do deputado Jocelito Canto, que denomina de Waldemar Teodoro a Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, o qual foi convertido em Lei nº 14.256. **Anote-se - Arquivo-se.**

486/2003: De autoria do deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre hasteamento da Bandeira do Estado, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.257. **Anote-se - Arquivo-se.**

696/2003: Do Poder Executivo, que dispensa de pagamento, obrigações tributárias decorrentes de fatos geradores do IPVA, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.621. **Anote-se - Arquivo-se.**

685/2003: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do

Paraná - Cohapar, o imóvel que especifica, situado no município de Araucária, destinado à construção de casas populares, o qual foi convertido em Lei nº 14.262.

**Anote-se - Arquivo-se.**

708/2003: Do Poder Executivo, que revoga a Lei nº 13.977/2002, e conseqüentemente, deixa sem nenhum efeito as Leis nºs 12.941/2000 e 12.954/2000, o qual foi convertido em Lei nº 14.263. **Anote-se - Arquivo-se.**

660/2003: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a instituir, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, o Fundo Estadual Antidrogas, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.264. **Anote-se - Arquivo-se.**

697/2003: Do Poder Executivo, que cria, na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, os 02 (dois) cargos de provimento em comissão, de chefe de Núcleo Regional, símbolo DAS-5, o qual foi convertido em Lei nº 14.265. **Anote-se - Arquivo-se.**

683/2003: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Rotativo da Polícia Militar do Paraná, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.266. **Anote-se - Arquivo-se.**

597/2003: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a criar Fundo Rotativo em Estabelecimentos de Ensino, Núcleos Regionais de Educação, nas Unidades Descentralizadas da Secretaria de Estado da Educação e nas Delegacias de Polícia, o qual foi convertido em Lei nº 14.267. **Anote-se - Arquivo-se.**

682/2003: Do Poder Executivo, que institui indenização por morte ou invalidez de integrantes dos quadros da Polícia Civil e da Polícia Militar do Estado e das carreiras de Agente Penitenciário e de Agente de Execução, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.268. **Anote-se - Arquivo-se.**

720/2003: Do Poder Executivo, que estabelece o quantitativo de cargos de Professor de Ensino Superior, integrantes da carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná, conforme especifica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.269. **Anote-se - Arquivo-se.**

610/2003: De autoria do deputado Hermes Fonseca, que institui a Semana de Prevenção de Acidentes de Trânsito nas rodovias do Estado do Paraná, o qual foi convertido em Lei nº 14.270. **Anote-se - Arquivo-se.**

487/2003: De autoria do deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre fornecimento de cadeira de rodas para deficientes físicos e idosos, nos estabelecimentos que especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.271. **Anote-se - Arquivo-se.**

566/2003: De autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que denomina de Instituto de Medicina Legal Doutor Elias Zacarias, o prédio do Instituto Médico Legal de Curitiba, com sede nesta Capital, o qual foi convertido em Lei nº 14.272. **Anote-se - Arquivo-se.**

304/2003: De autoria do deputado Durval Amaral, que dispõe sobre grafia braille, dos números e painéis de

elevadores, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.273. **Anote-se - Arquivo-se.**

540/2003: De autoria do deputado Geraldo Cartário, que reserva vagas a afro-descendentes em concursos públicos, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.274. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC/001/2004, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº:

384/2003: De autoria do deputado Nereu Moura, que dá nova redação ao anexo único, da Lei nº 13.976/2002, que cria o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCB, o qual foi convertido em Lei nº 14.278. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC/312/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 539/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/313/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 126/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/315/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 248/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/316/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 123/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/317/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 609/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/318/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 351/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/319/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRAL-

MENTE o Projeto de Lei nº 494/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/320/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 375/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/321/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 669/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/340/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 040/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/341/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 409/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/344/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 329/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/348/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 453/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli, por considerar contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/003/2004, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 586/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/004/2004, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 575/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/005/2004, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRAL-

MENTE o Projeto de Lei nº 673/2003, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/006/2004, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 022/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/327/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 686/2003, do Poder Executivo, por julgar as partes vetadas inconstitucionais. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/345/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 583/2003, do Poder Executivo, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/346/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 584/2003, do Poder Executivo, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/347/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 666/2003, do Tribunal de Justiça, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/007/2004, do senhor governador do Estado, restituindo a este Poder Legislativo, o Projeto de Lei nº 567/2003. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 937/2003, do Sr. Francisco das Chagas Lopes da Cunha, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando liberação de recursos do convênio com a Prefeitura Municipal de Palotina-PR, no valor de R\$40.000,00 do Ministério e R\$22.636,70 - Contrapartida, para apoiar a pavimentação do Parque de Exposições João Leopoldo Jacomel. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 595/2003, do Sr. João Carlos Buffara Lopes, gerente geral da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros no valor de R\$65.748,86 (sessenta e cinco mil, setecentos e quarenta e oito reais e oitenta e seus centavos), destinado ao município de Toledo, no âmbito do Prodesa, modalidade execução de promoção do Cooperativismo Nacional. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 921/2003, do senhor Francisco das Chagas Lopes da Cunha, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando liberação de recursos do convênio com a Prefeitura Municipal de Irati-PR, no valor de R\$19.520,00 do Ministério e R\$4.880,00 - Contrapartida, para apoiar a 26ª Festa do Pêssego - 14ª Festa do Borrego no Rolete - 9ª Festa Nacional da Cerveja Caseira - 4ª Feira de Sabores - 3º Salão de Negócios, no período de 13 a 14 de dezembro de 2003. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 961/2003, do senhor Francisco das Chagas Lopes da Cunha, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando liberação de recursos do convênio com a Central Regional de Comercialização do Centro Oeste do Paraná - Cercopa, no valor de R\$28.700,00 do Ministério e R\$7.600,00 - Contrapartida, para apoiar o Programade Capacitação e Formação de Famílias de Agricultores de Guarapuava/PR. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 002/2004, da Sra. Benedita da Silva - ministra de Estado da Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Paraná, no valor de R\$247.000,00, referentes ao Projeto de Revisão do BPC-LOAS 4ª Etapa. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 158/2003, do Sr. Antonio de Pádua Nacif - gerente geral da Embrapa Café, comunicando convênio de Cooperação Técnica e Financeira, firmado entre a Embrapa e o Estado do Paraná, através do Instituto Agrônômico do Paraná, no valor total de R\$198.651,00, com o objetivo de pesquisa agropecuária. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 197, 197-A e 197-B/2003, da Sra. Benedita da Silva - ministra de Estado da Assistência Social, informando transferências de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social / PR, destinados à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 914/2003, do Sr. Francisco das C. Lopes da Cunha, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando liberação de recursos do convênio com a Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand / PR, no valor de R\$18.000,00 - do Ministério, e R\$2.000,00 - contrapartida, para efetuar a aquisição de equipamentos para perfuração de poços artesianos. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 910/2003, do Sr. Francisco das C. Lopes da Cunha, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando liberação de recursos do convênio com a Prefeitura Municipal de Diamante do Norte / PR, no valor de R\$25.000,00 - do Ministério, e R\$2.580,00 - contrapartida, para apoiar a realização da 2ª Festa das

Frutas, no período de 11 a 14/12/2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 891/2003, do Sr. Francisco das C. Lopes da Cunha, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando liberação de recursos do convênio com a Prefeitura Municipal de Marialva / PR, no valor de R\$36.000,00 - do Ministério, e R\$9.343,00 - contrapartida, para efetuar a aquisição de equipamentos para transformação de uva em produtos comerciais para montagem de uma cantina. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 821/2003, do Sr. Francisco das C. Lopes da Cunha, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando liberação de recursos do convênio com a Sociedade Rural de Iporã / PR, no valor de R\$17.863,64 - do Ministério, e R\$1.000,00 - contrapartida, para apoiar realização do Seminário Agropecuário durante a 16ª Expo Iporã. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 583/2003, do Sr. Hermes Ricardo Matias de Paula, presidente do FNDE, comunicando liberação de recursos destinados ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, no valor de R\$510,00, ao Programa PNAI - PNAE Indígena. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 517/2003, do Sr. Hermes Ricardo Matias de Paula, presidente do FNDE, comunicando liberação de recursos destinados ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, no valor de R\$806,40, ao Programa PNAC - PNAE Creche. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC/002/2004, do Sr. Governador do Estado, que comunicou seu afastamento do país, entre 23/01 a 30/01/2004, atendendo convite do Exmo. Sr. presidente Luís Inácio Lula da Silva, para integrar a comitiva que visitou a Índia e a Suíça. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/G 006/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando seu afastamento com destino à Europa, no período de 17 a 28 de fevereiro do corrente exercício, que na Alemanha (Nuremberg), participará da Biofac - Feira de Produtos de Agricultura Orgânica, e na França acompanhará o julgamento da questão do Estado do Paraná com a empresa de energia elétrica El Paso junto à Câmara Arbitral de Paris. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 009/2004

Curitiba, 17 de fevereiro de 2004.

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a V. Exa. para comunicar-lhe que com o término da minha licença para tratamento de saúde, nesta presente data estou reassumindo as minhas funções parlamentares.

Na oportunidade, renovo a V. Exa. protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

## Indicação:

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Sirvo-me do presente para informar que o novo líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores é o deputado Elton Carlos Welter.

Na oportunidade, aproveito o ensejo para renovar meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Líder do PT

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 017

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 244/2003, de minha autoria, que declara de Utilidade Pública a Ferapamelon - Federação das Associações de Pais e Mães do Norte do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) BARBOSA NETO

### REQUERIMENTO Nº 042

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, conforme disposto no artigo 127, do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 642/2003, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) DURVAL AMARAL

### REQUERIMENTO Nº 038

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, as adiante nominadas deputadas com assento nesta Casa de Leis, REQUEREM à Mesa seja reservado o Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 08 (oito) de março, para a comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Farão uso da palavra, na oportunidade, as três deputadas estaduais, signatárias deste documento.

Requer, outrossim, sejam expedidos convites para autoridades e mulheres de destaque para participar dessa data comemorativa.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(aa) ELZA CORREIA

LUCIANA RAFAGNIN

CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 023

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER à essa Presidência, a realização de Sessão Solene de entrega de título de Cidadã Honorária a Ilma. Sra. Chieko Aoki, a ser realizada no dia 22 de março de 2004, às 17h00, logo após o término da Sessão Plenária, no Plenário desta Casa de Leis, para formalizar a Lei de nº 14.232 de 2003.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) MARCOS ISFER

## REQUERIMENTO Nº 008

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, votos de pesar à família Gomes, pelo falecimento, no dia 26 de janeiro, em Jundiá do Sul, do empresário Eduardo Ferreira Gomes, aos 52 anos. Deixa esposa e três filhos.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

## REQUERIMENTO Nº 012

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem mui respeitosamente, REQUERER votos de pesar aos familiares da Sra. Helena Kolody, pelo falecimento ocorrido em 14 de fevereiro. O Paraná sofre uma grande perda, uma das maiores escritoras paranaenses que deixou mais de 20 (vinte) obras e divulgava o nome do Estado do Paraná por todo o país.

Solicito a especial gentileza em notificar a família acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

ALEXANDRE CURI

## REQUERIMENTO Nº 040

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem mui respeitosamente a este douto Poder Legislativo, REQUERER que, depois de ouvido o Plenário, seja registrado em Ata desta Sessão Plenária, votos de pesar à família do Dr. João George Löewen, procurador do município de São José dos Pinhais de 1997 a 2004, falecido em 28 de janeiro do corrente ano.

Requer ainda, que seja dado ciência à família dos votos de profundo pesar através de sua esposa, Sra. Irmgard Löewen, enviando correspondência à Rua René Descartes, 158 - Jardim Aristocrata - CEP 83.030-070 - São José dos Pinhais, PR.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

Dr. João George Löewen, homem de caráter ilibado, leal a seus princípios, fiel em sua fé cristã, grande

colaborador por duas gestões administrativas frente ao cargo de procurador do município de São José dos Pinhais, 1997-2004, durante o período que ocupou o cargo, cumpriu com lealdade, competência e profissionalismo as suas funções, surpreendeu a todos a notícia de seu falecimento no dia 28 de janeiro de 2004.

Nasceu no dia 15 de junho de 1944, em Curitiba, mudou-se para São José dos Pinhais em 1968 e, no ano seguinte, formou-se pela Faculdade de Direito de Curitiba, fez pós-graduação na Escola de Formação em Administração de Empresas de São Paulo, vinculada à Fundação Getúlio Vargas. Além disso, participou de inúmeros cursos, seminários, simpósios e congressos nas áreas de Administração, Finanças, Auditoria, Recursos Humanos e Direito. Trabalhou a maior parte de sua vida na área de Telecomunicações, antiga Telepar, onde fez carreira profissional, começando nesta empresa como auxiliar administrativo, chegando a gerente de departamento, cargo mais elevado na empresa, aposentando-se no mesmo. O Dr. João George Löewen foi sempre um estudioso de Direito Administrativo, especializando-se na área de Licitações e Contratos.

Como parlamentar desta Casa de Leis e companheiro do Dr. João George Löewen por duas gestões como vice-prefeito de São José dos Pinhais, cumpre-me o dever de lhe prestar uma singela homenagem, ressaltando as suas virtudes de respeito, honradez e dignidade, requerendo aos meus nobres pares a aprovação de voto de profundo pesar pelo falecimento deste grande cidadão do Paraná e, que seja notificada a sua família, através de sua esposa Irmgard Löewen, Rua René Descarte, nº 158 - Jardim Aristocrata - CEP 83.030.070 - São José dos Pinhais, PR, pedindo ao Todo Poderoso que console toda a sua família.

## REQUERIMENTO Nº 043

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia, a inserção nos anais desta Sessão, de voto de profundo pesar pelo falecimento da poeta Helena Kolody, na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, dia 14 de fevereiro, aos 92 anos.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Nascida em Cruz Machado, a 12 de outubro de 1912, vivendo em Curitiba desde 1927, onde seu pai, Miguel Kolody, abriu um armazém de secos e molhados.

Tendo estreado na literatura com o poema “A Lágrima”, em 1929, Helena deixa à posteridade extensa obra poética, com 25 livros, uma vida de magistério exemplar, luz de gerações no Instituto de Educação do Paraná, e uma fama literária que ultrapassou as fronteiras da província, de dimensão nacional e internacional.

Doutora *Honoris Causa* da Universidade Federal do Paraná, membro da Academia Paranaense de Letras,

Helena Kolody foi exemplo para gerações de literatos e poetas.

Deixa a irmã, Olga Kolody, de 88 anos, valorosa companheira nos momentos de delicado sofrimento que antecederam sua passagem para a eternidade.

Enriqueceu a bibliografia paranaense com as obras: Paisagem Interior (1941), Música Submersa (1945), A Sombra no Rio (1951), Poesias Completas (1962), Vida Breve (1964), Era Espacial (1966), Trilha Sonora (1966), Antologia Poética (1967), Tempo (1970), Correnteza (1967), Infinito Presente (1980), Poesias Escolhidas (1983), Sempre Palavra (1985), Poesia Mínima (1986), Viagem no Espelho (1988), Ontem agora (1991), Reika (1993), Sempre Poesia (1995), Viagem ao Espelho - 2ª edição (1995), Caixinha de Música (1996), Sinfonia da Vida (1997), Luz Infinita (1997), Viagem no Espelho - 3ª edição (2001), Poemas do Amor Impossível (2002).

Dela, os versos: “Tudo o tempo leva. A própria vida não dura. Com sabedoria, colhe a alegria de agora, para a saudade futura.

#### REQUERIMENTO Nº 002

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de São João do Triunfo, pela passagem de seus 114 anos de emancipação política, no último dia 15 de fevereiro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Olisses Bacil, prefeito municipal; ao vice-prefeito, Sr. Acir Vagner, bem como a todos os senhores vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A base do povoamento de São João do Triunfo começou em 1864, com João Nunes de Souza. Não demorou muito e Rio da Vargem, primeira denominação da localidade, teve um novo morador, Antônio Dotes, que chegou em 1867, com ele vieram outras pessoas.

Logo foi construída uma capela, na qual foi entronizada a imagem de São João Batista. Muitas casas foram construídas ao redor da pequena igreja. Em 16 de março de 1871, pela Lei Provincial nº 254, São João do Triunfo foi elevado à categoria de freguesia.

Pela Lei Estadual nº 13, de 08 de janeiro de 1890, foi criado o município. O território de São João do Triunfo abriga o distrito de Palmira, que no início do século recebeu imigrantes poloneses através das colônias Rio dos Patos e Brumado. Palmira recebeu foros de município em 10 de abril de 1909, pela Lei nº 874. Mais tarde o município de Palmira foi extinto e anexado ao de São João do Triunfo.

Pela Lei nº 93, de 14 de setembro de 1948, o município passou a sede de comarca, sendo instalado em 25 de janeiro de 1949.

Portanto, na festiva data da comemoração dos 114 anos de emancipação política de São João do Triunfo toda a população merece nosso aplauso pela dedicação com que vem colaborando para o completo desenvolvimento do município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, orgulha-se em cumprimentar efusivamente toda a população do município de São João do Triunfo na significativa data de 15 de fevereiro.

#### REQUERIMENTO Nº 007

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, votos de louvor, aplauso e congratulação ao Exmo. Sr. governador Roberto Requião, pela indicação de Stênio Jacob à presidência da Sanepar, por tratar-se de uma pessoa inteligente, competente e leal, conforme mostra a sua história na vida pública paranaense.

Sala das Sessões, em 17.02.2004

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa do Exmo. Sr. governador Roberto Requião de reconduzir Stênio Jacob à presidência da Sanepar merece louvor, aplausos e congratulação de toda sociedade paranaense, pois trata-se de uma personalidade pública da mais alta competência. Eleito prefeito de Curitiba, em meados da década de 80, Roberto Requião indicava Jacob Stênio para a presidência da URBS, onde criou com sucesso a Frota do Povo da capital, sendo o primeiro em todo país a iniciar a integração do sistema de transporte coletivo, começando pelo terminal rodoviário da Fazenda Rio Grande, quando ainda era um distrito de Mandirituba, onde este deputado exercia mandato de prefeito.

Stênio Jacob, também foi brilhante em sua primeira passagem pela presidência da Sanepar no primeiro governo de Roberto Requião, na primeira metade de década de 90. Além de suas ações sociais, com a ampliação da rede de água tratada para todo Estado, impõe-se a memória recordar que naquela ocasião Stênio determinou a implantação do sistema de água potável na Fazenda Rio Grande a custo zero para a população.

Foi nesta gestão que a Sanepar se tornou referência em saneamento para toda a América do Sul, com seus técnicos prestando consultorias em vários países do mundo. E agora, com a volta de Stênio na presidência da Sanepar, temos a certeza de que mais esta vitória será do povo do Paraná, pois sobram nele sensibilidade social para consolidar os projetos do programa de governo nesta área de saneamento.

#### REQUERIMENTO Nº 025

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja consignado nas Atas dos trabalhos de hoje, votos de louvor a Dom Sérgio Aparecido Colombo, bispo diocesano de Paranavaí, pela posse ocorrida em 01 de fevereiro de 2004, desejando boas-vindas ao Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao homenageado no seguinte endereço: caixa postal 453, Paranavaí / PR - CEP 87701-970.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

**JUSTIFICATIVA:**

Nasceu em Cajobi / SP, em 29 de agosto de 1954, filho de Antonio Colombo e Naldina Fiorotto Colombo. Coursou o primário no Colégio Divino Salvador em Americana / SP, e o primeiro e segundo graus no Instituto de Educação Estadual Presidente Kennedy, também em Americana. Ingressou no Seminário Arquidiocesano da Imaculada Conceição em Campinas / SP, no ano de 1974 onde cursou Filosofia, paralelamente cursou dois anos de Serviço Social (teoria) na Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Em 1977 iniciou o curso de Teologia na Faculdade de Teologia Nossa Senhora de Assunção em São Paulo. Convalidou o curso de Filosofia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras das Faculdades Associadas do Ipiranga em São Paulo. Foi ordenado diácono no dia 1º de junho de 1979 e presbítero no dia 06 de agosto de 1980.

Exerceu os seguintes ministérios: pároco nas paróquias do Senhor Bom Jesus (1980-1989) e São Manoel (1983-1987), ambas em Leme/SP. Auxiliar na paróquia de Santa Cruz em Santa Cruz da Conceição/SP (1983-1984). Vigário episcopal na Diocese (1985-1987) na Região Centro Norte (1994-1996) na Região Centro. Diretor espiritual dos alunos de Teologia no Seminário Diocesano (1986-1988) e dos alunos de Filosofia (1993-1995); coordenador diocesano da Pastoral (1988-1993); orientador da Pastoral dos Seminaristas (1996-1997) e por dez anos, mestre de cerimônias do Sólido Diocesano. Ao longo do exercício do Ministério participou do curso de extensão universitária nas áreas de Parapsicologia e Religião no Centro Latino Americano de Parapsicologia - SP.

Quando foi nomeado bispo em 10 de outubro de 2001, exercia o ministério de pároco em Iracemápolis/SP, Diocese de Limeira (1988-2001); era membro do Conselho Episcopal, do Conselho Presbiterial, do Colégio de Consultores, vigário geral da Diocese, colaborou na Escola Diocesana de Teologia e secretário das reuniões dos senhores bispos do Sub-Regional de Campinas. Exerceu o ministério de bispo auxiliar na Diocese de São Carlos / SP (2002-2003) e foi nomeado bispo diocesano de Paranavaí - PR pelo Papa João Paulo II, no dia 03 de novembro de 2003.

## REQUERIMENTO Nº 027

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de louvor ao Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Medicamentos e Cosméticos - Lepemc, da Universidade Estadual de Maringá pelos 20 anos de trabalho em favor da comunidade maringaense.

Requer ainda, a expedição de diploma de Honra ao Mérito, para o Lepemc - Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Medicamentos e Cosméticos, da Universidade Estadual de Maringá pelos vinte anos de funcionamento e relevantes serviços prestados à comunidade de Maringá.

Criado no início da década de 80, o laboratório produzia apenas medicamentos essenciais para atender a comunidade local, como água boricada, o mercúrio cromo, a água oxigenada e o xarope de iodeto de potássio.

Funcionando como laboratório-piloto, ele fabricava cosméticos de higiene, proteção e conservação e, ao mesmo tempo, realizava análises de controle de qualidade dos produtos, com o objetivo de garantir a eficácia terapêutica e a segurança de uso e de aplicação.

Com a evolução dos trabalhos, em 1987 surgiu a estrutura do atual Lepemc, permitindo inclusive a implantação de nova habilitação no curso de Farmácia: Farmácia Industrial.

A partir de 1993, o laboratório passou a produzir medicamentos em escala industrial e, em decorrência disso, começou a ser fiscalizado pelo Programa Nacional de Inspeção em Indústrias Farmacêuticas e Farmoquímicas, sendo acompanhado e avaliado em todas as etapas de produção e de controle de qualidade dos medicamentos produzidos, significando que as atividades do Lempec estão dentro dos padrões de qualidade exigidos.

O laboratório deu início a parcerias com a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, fornecendo medicamentos para utilização em diversas prefeituras do Estado, via SUS. Atualmente, a distribuição é feita através de convênio com o consórcio integrado pelas secretarias de saúde paranaenses.

Com equipe de doze funcionários, entre professores, técnicos administrativos, auxiliares e técnicos de nível superior, o Lepemc conta com área construída de 485 metros quadrados.

O laboratório desenvolve atividades de ensino, através de estágios curriculares; de pesquisa, por meio de projetos voltados para o desenvolvimento de novos produtos; e de extensão, por meio da produção de medicamentos.

A Universidade Estadual de Maringá é instituição de ensino com o compromisso de se tornar pólo de formação de profissionais de qualidade e dessa forma, além da qualidade de ensino proporcionada pela estrutura do

Lepemc, esse órgão gera importante renda para a instituição e respectivos pesquisadores e funcionários.

Àqueles que não acreditam no potencial das Universidades paranaenses, o laboratório na UEM é exemplo de desenvolvimento e produção em escala industrial.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 016

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, secretário de Estado da Segurança Pública, para que interceda junto ao delegado Jaber Makul Hanna Saadi, superintendente da Polícia Federal no Paraná, no sentido de que seja aumentado o efetivo de policiais federais que desempenham suas funções junto ao Aeroporto Internacional Afonso Pena em São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) VANDERLEI IENSEN

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de estar ocorrendo uma enorme dificuldade no atendimento aos turistas que chegam ao nosso país, pois conforme informações, apenas 02 (dois) policiais federais estão a serviço no referido aeroporto, ocasionando uma demora considerável na liberação de turistas que visitam nosso Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 026

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando ao mesmo a construção de módulo policial próximo da Igreja Sagrado Coração de Jesus, em Maringá, ou a determinação de policiamento 24 horas naquela localidade, situada na Vila Morangueira.

Segue anexo abaixo-assinado dos moradores do referido bairro maringaense, que demonstram o inconformismo da população com a violência da região e com as situações de risco a que estão expostos diariamente, convivendo com marginais cuja ousadia a cada dia cresce diante da falta de policiamento ostensivo.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 029

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER seja enviado ao senhor secretário de Estado da Administração, expediente com pedido de informações pormenorizadas e providências, conforme segue:

1. qual a atual situação do SAS; indicar área de abrangência, forma de funcionamento e serviços médicos credenciados, indicar custos mensais atualizados dos últimos seis meses;

2. quando funcionará o sistema de atendimento à saúde e odontologia dos servidores públicos nos moldes do ex-IPE, conforme já declarado pelo governo no ano anterior, com atenção integral à saúde do servidor público? Indicar metas e estudos já realizados e provável entrada em funcionamento. Indicar provável custo mensal.

3. Existe algum outro estudo na área de atendimento à saúde do servidor, incluindo odontologia, e os custos previstos? Se positivo, qual a data provável de funcionamento?

4. E qual a situação atual do Hospital da Polícia Militar?

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 030

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições legais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente ao secretário de Estado da Educação, Maurício Requião, e ao presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, pedido de informações detalhadas segundo o preceito constitucional, incluindo o que diz respeito à de responsabilidade funcional, conforme segue:

1. o jornal O Estado do Paraná, edição de 05 de outubro de 2003, página 8, traz uma série de afirmações acerca da “Universidade do Professor” ou de Faxinal do Céu. Requer-se as seguintes informações e documentos:

a) quando foi instalada a “Universidade do Professor”, quais seus objetivos, qual foi o fundamento legal utilizado para sua instituição?

b) Quem administrou a entidade? Quais benefícios trouxe para a sociedade e para o Estado do Paraná? Que cursos eram ali ministrados? Por quem e a que custo?

c) Qual a situação dos administradores e das contas da entidade desde a sua instituição até hoje?

d) Qual o custo de manutenção mensal e anual e até a presente data e qual a fonte de recursos?

e) Formas de contratação de pessoal e compra de material e manutenção;

f) o Sr. Arthur Oliveira citado na referida nota do jornal possui ou possuía alguma empresa? Foi a sua empresa a vencedora de algum certame licitatório? Existem pendências junto ao Tribunal de Contas acerca da administração da “Universidade do Professor”? Anexar documentos contendo relatórios, custos, convênios, cópias de licitações. Anexar cópia de relatórios e julgamentos do Tribunal de Contas.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR



## REQUERIMENTO Nº 031

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER seja enviado ao senhor secretário de Estado do Ensino Superior, pedido de informações, conforme segue:

1. o imóvel hoje pertencente à Associação Banesado passará para a abrangência de que Secretaria ou entidade?

2. O valor estimado para compra de R\$2,76 milhões está previsto no orçamento de 2004 e no plano pluri-anual?

3. Qual o papel da UFPR: ela apenas dará os cursos e concederá os títulos acadêmicos ou certificação ou será de sua responsabilidade a contratação de pessoal docente, funcionários, material de consumo, custeio, capital?

4. Quais os cursos e quantos alunos para cada curso?

5. Qual a previsão de custos para a implantação da Universidade? Qual a participação de cada entidade no custeio e manutenção da mesma?

6. Será uma Universidade do Litoral com todas as características acadêmicas e legais de uma universidade ou apenas título simbólico?

7. Qual o papel da Faculdade Estadual de Paranaguá no processo e que investimentos serão alocados na entidade para melhoria de suas atividades e melhor aproveitamento da Instituição no âmbito do desenvolvimento do litoral?

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

## REQUERIMENTO Nº 032

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e constitucionais, REQUER seja enviado expediente ao secretário de Estado do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Dr. Aldair Rizzi, pedido de informações detalhadas segundo o preceito constitucional incluindo o que diz respeito à de responsabilidade funcional, conforme segue:

1. quantos e quais foram os convênios assinados e realizados entre o Estado do Paraná, através da Seti e entidades coligadas (Tecpar, Fundação Araucária, Fundo Paraná, Paraná Tecnologia, Universidades e outras) com o Citpar e no período de 1½º de janeiro de 1995 até a presente data? Indicar os valores de cada convênio e o objeto, assim como os resultados obtidos e o nome das pessoas envolvidas e valores recebidos. Anexar cópia dos convênios e aditivos, assim como relatório dos mesmos.

2. O jornal O Estado do Paraná de 12 de outubro de 2003, página 8, diz que: "...um repasse de R\$40 milhões do governo Lerner para o Citpar (Centro de Integração de Tecnologia do Paraná), sem licitação, foi usado, entre outras coisas, para pagar viagens particulares de secretários de Estado para o exterior..."

Requer-se:

- a) o envio de cópia dos documentos que eventualmente indiquem tal repasse;
- b) nome da autoridade que assinou tal repasse;
- c) tipo de convênio ou modalidade jurídica que amparasse tal repasse;
- d) nome dos secretários ou servidores públicos ou privados beneficiados;
- e) data das viagens e destino, assim como os custos e o objetivo (?) da viagem.

3. Atualmente existe algum convênio ainda entre a Seti, suas coligadas com o Citpar? Quais e os valores? Anexar cópias dos convênios, projeto e relatórios e nome de pessoas envolvidas.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

## REQUERIMENTO Nº 033

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições legais e constitucionais; REQUER seja enviado expediente ao secretário de Estado do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Dr. Aldair Rizzi, pedido de informações detalhadas segundo o preceito constitucional incluindo o que diz respeito à de responsabilidade funcional, conforme segue:

1. a Seti por si ou através de suas coligadas (Fundação Araucária, Paraná Tecnologia, Fundo Paraná, Tecpar, Universidades), firmou algum convênio ou protocolo com Instituições de Pesquisa e/ou de Ensino (Faculdades, Universidades) do exterior entre 1995 e até a presente data? Indicar quais entidades, a modalidade de convênio ou protocolo, autoridade que autorizou, forma legal e valores. Indicar ainda o nome de servidores públicos ou privados beneficiados com os programas, data de suas viagens para o exterior, tempo de permanência, local de estudos e tipo de estudos realizados, a procedência e custos. Anexar cópia dos convênios e protocolos, aditivos e a relação nominal dos beneficiados com os custos e eventuais benefícios para o Estado. Indicar a fonte dos recursos.

2. A Seti por si ou por suas coligadas acima indicadas, mantém atualmente algum tipo de convênio com alguma instituição do exterior ou mesmo do país? Indicar valores e o nome de servidores e instituições beneficiadas. Anexar cópia de convênios.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

## REQUERIMENTO Nº 034

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e legais REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente à secretária de Estado da Cultura, Vera Mussi, ao ministro da Cultura, Gilberto Gil e ao presidente do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, solicitando providências no repasse

de recursos financeiros e técnicos para obras de conservação e reparos da histórica Igreja de Santo Antônio, matriz da cidade de Lapa.

A matriz, em estilo barroco simples, data de 1784 e foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1938, sendo o 14º edifício tombado pelo Instituto no país naquela ocasião.

Por ser tombado e declarado monumento de interesse público nacional, certamente merece tratamento melhor que aquele dado pelo superintendente do Iphan no Paraná, conforme declaração na Gazeta do Povo de 18 de janeiro de 2004, página 12, e totalmente equivocada, já que não se trata do aspecto religioso em causa, mas do monumento assim declarado nos termos da lei brasileira.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 035

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Renato Guimarães Adur, no sentido de viabilizar a reforma e ampliação do Terminal Rodoviário Urbano do município de São José dos Pinhais.

O município de São José dos Pinhais tem assistido a um enorme desenvolvimento e crescimento populacional, tanto pela presença de empresas de médio e grande portes, como por sua situação estratégica com referência ao município de Curitiba e região metropolitana.

De tudo isto, e com cerca de duzentos e cinquenta mil (250.000) habitantes, e com a total superação do sistema de transporte coletivo centralizado no Terminal Urbano, a população, assim como o município, tem padecido grandes sofrimentos enormes desconfortos. A obra beneficiará de forma concreta o sistema de transporte coletivo da região metropolitana, assim como o processo de desenvolvimento regional almejado pelo atual governo estadual.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 044

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, solicitando as seguintes informações e documentos, relativos à Companhia Paranaense de Energia - Copel, com base no Decreto 253, de 29/01/2003:

1) como ocorreu a contratação de publicidade para a Campanha Luz Fraterna?

2) Sob qual dotação orçamentária ocorreram os pagamentos?

3) Houve processo de licitação específico para a campanha? Em caso afirmativo anexar cópia do processo licitatório incluindo o parecer jurídico que o analisou, na forma da Lei 8666/93, e em caso negativo as razões da dispensa, acompanhadas de todos os documentos que a instruíram (ex.: consulta ao Tribunal de Contas e a respectiva resposta);

4) Qual o montante de valores reservados para aplicação em publicidade por esta empresa no ano de 2003? Como foi definido este valor e em que ocasião?

5) A Copel possuía disponibilidade financeira para suportar o custo da publicidade realizada? Anexar cópia do balanço e das disponibilidades financeiras em setembro, outubro e novembro de 2003;

6) qual foi a empresa responsável pela produção da campanha, qual o custo e a forma da contratação?

7) A Secretaria de Comunicação do Estado teve participação na campanha? Em caso afirmativo anexar cópia dos ofícios, memorandos, bem como outros atos que impliquem nesta participação;

8) por que motivo a Copel não utilizou o convênio existente entre a empresa e as emissoras de rádio e televisão (AERP) para veiculação da campanha;

9) havia alguma outra campanha publicitária em andamento na ocasião que estivesse vinculada ao convênio com a AERP? Qual a mídia utilizada? Juntar cópias do material publicitário desta campanha;

10) quem define as prioridades das campanhas publicitárias da Copel?

11) Em algum momento o governador Roberto Requião ou o secretário Ailton Pissetti tiveram participação decisiva na veiculação da campanha?

12) Quem definiu ou determinou a participação pessoal do governador Roberto Requião na campanha?

13) Por que motivo, as inserções veiculadas em emissoras de rádio com a voz do governador Roberto Requião são de três minutos, enquanto que nas demais, feitas por locutores, a inserção é de um minuto?

14) Quem autorizou colocar no fechamento das peças publicitárias o logotipo do Estado do Paraná? É legal o uso do logotipo quando a contratação partiu da Copel?

15) Qual o parecer técnico de marketing que definiu investir R\$120.000,00 na Rádio Rock de Curitiba, considerando-se que a referida rádio tem uma programação essencialmente dirigida aos jovens das classes A e B, desvirtuando-se totalmente do público alvo da Campanha Luz Fraterna?

16) No caso de ter ocorrido contratação direta com as referidas emissoras, houve o zelo e a transparência de se solicitar às mesmas as tabelas de custo de cada um dos veículos?

17) A contratação foi realizada de acordo com as propostas apresentadas ou houve o estabelecimento de um "custo padrão" para a veiculação?

18) No período em que foi veiculada a referida campanha, levou-se em consideração o nível de audiência?

cia de cada emissora? Em caso afirmativo, que método foi utilizado? (pesquisa de algum instituto, por exemplo);

19) foi exigida a apresentação das CND's determinadas por lei, das empresas contratadas?

20) Houve retenção dos impostos e contribuições devidas em face dos valores repassados?

21) Anexar cópia de todos os contratos realizados com cada veículo de comunicação, bem como os comprovantes de veiculação;

22) anexar ainda, cópia de todos os empenhos de pagamento e cópia de cheques;

23) anexar cópia de todos os pareceres jurídicos e técnicos que orientaram a referida contratação, bem como de consultas ao tribunal de Contas do Estado e sua respectiva resposta;

24) anexar, por fim, cópia das propostas feitas pelas empresas contratadas, obtidas por ocasião da pesquisa de preços, antes da contratação.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(aa) BARBOSA NETO, DOUTOR LUCIANO, JOCELITO CANTO, RATINHO JÚNIOR e RENI PEREIRA.

#### REQUERIMENTO Nº 045

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. secretário de Estado da Comunicação Social, Antonio Carlos Pissetti, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto nº 253, de 29/10/2003:

a) é correta a afirmação divulgada pela imprensa de que a liberação das verbas para custeio da publicidade do programa Luz Fraterna foi feita pela Secretaria de Comunicação?

b) Quem foi o efetivo ordenador de tais despesas?

c) Coube à Secretaria da Comunicação a escolha dos veículos de divulgação e a repartição de valores entre eles?

d) No caso de ser a responsável pela distribuição dos valores, que critérios foram utilizados para nortear esta distribuição?

e) A Secretaria da Comunicação foi a responsável pela produção do material publicitário da campanha?

f) Em caso afirmativo, qual a empresa contratada para este fim? De que modo se deu a contratação? Através de licitação?

g) Em relação à pergunta anterior, favor juntar os procedimentos que orientaram a contratação, o contrato e os empenhos de pagamento.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(aa) BARBOSA NETO, DOUTOR LUCIANO, JOCELITO CANTO, RATINHO JÚNIOR e RENI PEREIRA.

#### REQUERIMENTO Nº 046

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao secretário de Estado da Fazenda, Dr. Heron Arzua, informar quais os credores inscritos em "restos a pagar" até a presente data e que não reclamaram os respectivos créditos, conforme informou o governador Roberto Requião em seu discurso proferido na abertura da sessão legislativa de 16 de fevereiro último.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inserção nos trabalhos da presente Sessão Ordinária, da matéria publicada no jornal Gazeta do Povo do dia 8 de fevereiro, intitulada *Low Profile*, de autoria do Sr. Carlos Nasser.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) BARBOSA NETO

### Projeto de Resolução:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º - Fica criada a Comissão Permanente de Assuntos Municipais na estrutura institucional da Assembléia Legislativa do Paraná, com atribuições definidas nesta resolução.

Art. 2º - Os artigos 30 e 33 da Resolução nº 159/90 - Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná passam a ter a seguinte redação:

"Art. 30 - As Comissões Permanentes são:

...

XIX - Comissão de Assuntos Municipais".

"Art. 33 - ...

...

"§ 19 - Cabe à Comissão de Assuntos Municipais manifestar-se naquilo que diz respeito à organização, criação, fusão de municípios, bem como sobre as proposições a que se refiram a competências institucionais e legais dos municípios do Paraná, e sobre convênios aditivos e outros realizados entre o Estado e seus Órgãos e os municípios: acompanhamento das ações municipais em sua múltiplas responsabilidades e que visam o desenvolvimento sistêmico e orgânico do Estado e da sociedade paranaense, assim como sobre projetos de lei e outras iniciativas que envolvam interesses dos municípios: outras atividades correlatas."

Sala das Sessões, em 13.02.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 005/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Canaã de Proteção aos Menores, no distrito de Entre Rios, cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

Em conformidade com a Lei nº 6994/78, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cíveis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná estamos apresentando a presente proposição, para declarar de Utilidade Pública a Associação Canaã de Proteção aos Menores, com sede e foro no município de Guarapuava/PR.

Fundada em 07 de dezembro de 1973, a entidade tem por objetivo e finalidade, de acordo com seu estatuto, amparar e abrigar menores desamparados, rejeitados, abusados e órfãos, promovendo-lhe assistência alimentar, educativa, sanitária.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

**PROJETO DE LEI Nº 006/2004**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação dos Produtores Rurais de São Roque, com sede e foro no município de Dois Vizinhos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

**JUSTIFICATIVA:**

No dia onze de abril de dois mil e dois, reuniram-se os produtores rurais de São Roque, no pavilhão da comunidade, todos com o objetivo de criar a Associação de Produtores Rurais de São Roque.

Durante a reunião foi elaborado o estatuto da Associação, o qual foi submetido à votação, a proposição em pauta obteve a aprovação consensual, verificando unanimidade dos votos. Na seqüência da reunião houve a votação para a escolha da diretoria, que ficou com a seguinte formação: presidente, Carlos Zanella; vice-presidente, Arcildo Kuguel; tesoureiro, Pedro Biancatto; vice-tesoureiro, Jaime Selinger; secretário, Erasmo Rizelo; vice-secretário, Ézio Zanelatto; e, para o conselho fiscal, foram escolhidos, Deonilso Mezzalira, Dionízio Cruzetta, Hilário Zanellato.

Esta diretoria administrará a Associação pelos próximos dois anos.

A Associação de Produtores Rurais de São Roque é uma sociedade sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, situada na comunidade de São Roque, na cidade de Dois Vizinhos e foro jurídico na Comarca de Dois Vizinhos, Paraná.

**PROJETO DE LEI Nº 007/2004**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a doar ao município de Alto Paraná o imóvel pertencente ao Estado do Paraná, localizado na sede daquela municipalidade, constituída pelo lote de terra nº 01 da quadra 372, com área total de 450,00m2, objeto da Transcrição nº 0582 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Alto Paraná.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será doado à Prefeitura Municipal de Alto Paraná e deverá ser utilizado exclusivamente para funcionamento do Lar da Criança, não podendo ter destinação diversa sob pena dessa doação tornar-se automaticamente sem efeito, ficando ainda gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

Estamos apresentando esta proposição com o objetivo de doar o mencionado imóvel ao município de Alto Paraná para que ali a Prefeitura possa construir um espaço físico para oferecer amparo a menores, edificando o Lar da Criança.

A doação vai possibilitar que a municipalidade possa realizar projetos que serão de grande valia no amparo às crianças carentes da comunidade.

Diante da nobre finalidade a que se destina a doação do imóvel, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

**PROJETO DE LEI Nº 008/2004**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Arpac - Associação Regional dos Pescadores Amadores de Cianorte, com sede e foro no município de Cianorte.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

A Arpac - Associação Regional dos Pescadores de Cianorte, entidade sem fins lucrativos, é uma ONG declarada de Utilidade Pública Municipal que tem por finalidade estatutária a defesa e fiscalização ambiental da bacia do Rio Ivaí, promovendo educação, proteção, conservação e a recuperação ambiental, principalmente na área de preservação permanente, e, nos rios, o repovoamento da fauna aquática.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

**PROJETO DE LEI Nº 009/2004**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica instituído o Fundo de Preservação do Parque Estadual de Vila Velha - Funprevive, vinculado à Secretaria de Estado do Turismo.

Art. 2º - O Funprevive tem como objetivos:

I - fomentar e incentivar o ecoturismo;

II - capacitar pessoal para atendimento e orientação dos visitantes do parque, bem como os cuidados com a preservação do local;

III - angariar recursos para investimentos.

Art. 3º - O Funprevive será administrado por um Conselho Executivo constituído dos seguintes membros:

I - secretário de Estado do Turismo;

II - um representante do município de Ponta Grossa, indicado pelo chefe do Executivo Municipal;

III - um representante do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 4º - O Conselho Executivo terá as seguintes competências:

I - coordenar, supervisionar e deliberar sobre a implantação do Funprevive;

II - avaliar e aprovar todos os contratos e demais procedimentos referentes à administração do Parque Estadual de Vila Velha que envolvam recursos do Fundo;

III - elaborar em cada exercício financeiro um Plano Anual de Investimentos para o ano seguinte, estabelecendo as prioridades para aplicação dos recursos do Funprevive;

IV - receber sugestões e denúncias e dar-lhes o devido encaminhamento.

Parágrafo Único - As funções de membro do Conselho do Funprevive não serão remuneradas.

Art. 5º - As finanças do Funprevive serão constituídas por recursos provenientes de:

I - cobrança de ingresso para visitação do local;

III - doações de pessoas físicas.

Art. 6º - As receitas do Funprevive serão usadas e aplicadas exclusivamente na realização de seus objetivos.

Art. 7º - A cada final de exercício a Secretaria de Estado do Turismo emitirá balanço contábil das receitas e aplicações e movimentações financeiras dos recursos do Funprevive, o qual deverá ser apresentado e aprovado pelo Conselho Executivo e pela Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 8º - Os dispositivos desta lei serão regulamentados no Regimento Interno do Funprevive, que será aprovado por decreto do Executivo Estadual.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) JOCELITO CANTO

**JUSTIFICATIVA:**

Recentemente o Governo do Estado do Paraná reabriu o Parque Estadual de Vila Velha para visitação.

O local foi objeto de trabalho de recuperação, e atualmente pode ser visitado por até 800 (oitocentas) pessoas diariamente, mediante agendamento prévio.

O local não somente é procurado para fins turísticos, mas também para o estudo e a pesquisa.

Sendo assim, é necessário que seja constantemente preservado para evitar a ação de vândalos.

Necessária ainda, a manutenção dos equipamentos, em especial do elevador de Furnas, de forma a possibilitar seu uso freqüente e seguro.

Por fim, tanto o turismo de lazer como o cultural, exigem pessoal treinado e capacitado para um bom atendimento.

Todas estas situações exigem recursos. Considerando que haverá cobrança de ingresso, pretende-se através do presente projeto de lei, reservar recursos angariados com os mesmos, bem como com contribuições e doações, para aplicação no próprio Parque, de forma planejada e democrática e com a participação da comunidade.

Para tanto, pedimos o apoio dos nobres pares desta Casa.

**PROJETO DE LEI Nº 010/2004**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica proibida a fabricação e a comercialização de armas de brinquedo em todo o Estado do Paraná.

Art. 2º - Entende-se por armas de brinquedo qualquer artefato cuja aparência possa confundi-la com arma verdadeira ou seja similar a uma.

Art. 3º - Equipara-se à venda qualquer transação, ainda que não onerosa, capaz de transferir a propriedade do bem, tal como a colocação promocional.

Art. 4º - A não observância da proibição acarretará ao infrator:

I - multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor das mercadorias expostas ou vendidas pelo estabelecimento;

II - apreensão das mercadorias.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor após 120 (cento e vinte) dias da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) JOCELITO CANTO

#### JUSTIFICATIVA:

Questão recentemente debatida em todo o país refere-se à comercialização e ao porte de armas de fogo, em face de questões relevantes como o aumento da violência e do potencial lesivo desses equipamentos.

Ocorre que ao mesmo tempo em que se procura incentivar a população ao desarmamento, nada se faz em relação às armas de brinquedo.

A arma de brinquedo é vista ainda como um objeto inofensivo. Todavia, cabe lembrar que diversos assaltos já foram realizados utilizando-se armas de brinquedo para intimidação das vítimas.

Tanto é assim que até 1996 eram inúmeras as discussões jurídicas a respeito do aumento da pena no crime de roubo com uso de arma de brinquedo. O STJ, então assim posicionou-se na Súmula 174: “no crime de roubo, a intimidação feita com arma de brinquedo autoriza o aumento da pena”.

Este posicionamento somente foi abandonado quando a Lei nº 9.437/97 no seu artigo 10 criando novo tipo penal, impôs a pena de detenção de um a dois anos e multa para quem utilizar arma de brinquedo, simulacro de arma capaz de atemorizar outrem, para o fim de cometer crimes.

Considerando que a Lei Federal 10.826/2003 que disciplina o registro, a posse e a comercialização de armas de fogo, vem dificultar a compra de armas, é possível prever que haverá maior procura pelos artefatos de brinquedo que imitem as originais. Não há como ignorar que as vítimas não têm condição de distinguir tratar-se de arma fictícia ou não.

Por outro lado, cabe analisar a questão do ponto de vista da educação infantil. Se a sociedade pretende erradicar o uso de armas por entendê-las nocivas ao convívio social, capazes de provocar inúmeras tragédias, por que motivo incentivar a fabricação e o comércio de brinquedos deste gênero? Mesmo que se diga que os policiais

também portam armas, em uma brincadeira alguém sempre será o bandido.

Diversas vezes ainda, a imprensa tem noticiado o cometimento de crimes com armas de fogo por menores que não possuíam qualquer intenção de praticá-los, mas apenas reproduziam, com arma verdadeira, as brincadeiras que lhes ensinaram com armas de brinquedo.

A proibição da fabricação e da comercialização ou promoção de armas de brinquedo no Estado do Paraná vem a se caracterizar como medida preventiva ao uso de armas verdadeiras, posto que tende a erradicar a idolatria ao uso de armas como meio de proteção ou promoção na sociedade, e por esta razão, pedimos o apoio dos nobres pares desta Casa.

#### PROJETO DE LEI Nº 011/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Todo brinquedo, material escolar ou peças de vestuário infantis apreendidos e encaminhados à Polícia Civil do Estado do Paraná, como produto falsificado, deverá ser doado a instituições médicas e filantrópicas localizadas no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O material apreendido deverá ser analisado pela Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, que verificará a qualidade das mercadorias e atestará a possibilidade da utilização por crianças.

Art. 2º - A Polícia Civil do Estado do Paraná solicitará aos representantes legais das marcas apreendidas (detentores das patentes de brinquedos, material escolar e vestuário infantil) no Brasil, autorização para a distribuição do material apreendido com fins filantrópicos.

Art. 3º - Atendida as especificações do artigo anterior, as mercadorias apreendidas serão encaminhadas para a Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social do Estado do Paraná.

Art. 4º - A Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social do Estado do Paraná promoverá a distribuição do material apreendido para instituições filantrópicas e de caridade.

Parágrafo Único - As Instituições que queiram receber doações deverão apresentar solicitação à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social do Estado do Paraná.

Art. 5º - Sempre que possível, a Secretaria do Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social do Estado do Paraná descaracterizará a logomarca do fabricante (alvo de apreensão) antes da sua distribuição.

Art. 6º - A doação das apreensões não comprometerá o andamento dos processos do Poder Judiciário, que

deverão estar devidamente instruídos quanto à quantidade, qualidade e destino dado às mercadorias.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres senhores parlamentares, tenho a honra de apresentar o presente projeto de lei que dispõe sobre a destinação de material falsificado apreendido pela Polícia Civil do Estado do Paraná. Esta situação diminui o número de mercadorias falsificadas, e assim faz com que as mercadorias que pagam impostos circulem com maior frequência, aumentando a arrecadação para os cofres públicos.

Outro fator a ser levado em consideração diz respeito ao fato de que atualmente, os produtos falsificados apreendidos, são destinados à incineração. Com o presente projetos pretendemos fazer com que esse material seja utilizado de forma mais proveitosa e leve maior alegria às crianças carentes, e assim, possa investir na sua alegria e formação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 012/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescentado o parágrafo 10 ao artigo 25 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, com a seguinte redação:

“§ 10 - O saldo credor do imposto apurado será convertido em Fator de Conversão e Atualização Monetária do ICMS - FCA, no último dia do mês do período de apuração e reconvertido em moeda corrente:

a) no último dia do mês seguinte para lançamento no campo “saldo credor do período anterior” do livro Registro de Apuração do ICMS;

b) na data da utilização do crédito quando esta se der de forma desvinculada da conta gráfica;

c) na data da transferência do crédito.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29 de dezembro de 2003.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A atualização monetária dos créditos de ICMS foi medida pioneira, adotada pelo governador Roberto Requião, quando do seu primeiro mandato, através do Decreto nº 2944, de 27/12/1993, como forma de evitar perdas ao setor produtivo, em especial ao setor exportador, que costumeiramente, no desenvolvimento de suas

atividades, apresenta saldo credor em sua conta gráfica de ICMS.

Com tal medida, que perdurou até dezembro de 2003, portanto, por dez anos, foi atendido pleito dos órgãos representativos da indústria, comércio, cooperativa e, principalmente, dos exportadores, que requeriam um tratamento igualitário: se o Estado, quando o contribuinte atrasa o pagamento do ICMS, exige o pagamento com juros e correção monetária, nada mais justo que quando o contribuinte possuir saldos credores de ICMS, os mesmos também sejam monetariamente atualizados, pois, apesar de a inflação haver baixado significativamente, a não atualização monetária dos créditos acarretará uma perda da ordem de 10% ao ano, aumentando o custo Brasil e, por vezes, até inviabilizando a atividade empresarial.

Assim, a recente revogação da permissão da atualização monetária dos saldos credores, que se deu com o advento do Decreto nº 2418, de 29 de dezembro de 2003, afetará significativamente a atividade empresarial, retirando do Estado do Paraná um diferencial de atração de empresas, diminuindo assim a geração de empregos, objetivo maior a ser alcançado no presente momento.

Adite-se ainda que, o argumento preponderante para a revogação citada estava calcado na falta de lei que lhe desse suporte, ensejando a presente iniciativa como forma saneadora a esta questão legal.

É por tais razões que solicito aos demais deputados o apoio para a aprovação do presente projeto de lei, como forma de manter-se o Paraná como pólo principal de atração de empresas, concedendo-se às mesmas um tratamento tributário isonômico e justo.

PROJETO DE LEI Nº 013/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre a criação e implantação de índice que possibilite acompanhar o desenvolvimento social dos municípios do Estado, a ser denominado Índice Paranaense de Responsabilidade Social - IPRS.

Art. 2º - O IPRS deverá ser elaborado por órgão competente do Poder Executivo, diretamente ou através de convênios, a partir de dados fornecidos diretamente pelos municípios, bem como por outros dados que venham a ser considerados necessários, oriundo de órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado, ou ainda, de instituições públicas federais.

Art. 3º - A metodologia a ser adotada para a elaboração do IPRS deverá considerar como variáveis relevantes para a indicação dos resultados obtidos pelos municípios, dentre outros que venham a ser fixados pelo Poder Executivo, o desempenho nas áreas de educação,

emprego, finanças, públicas, habitação, ocorrências policiais e saneamento básico.

Art. 4º - Os índices de responsabilidade social e os indicadores de desempenho por área serão divulgados bianualmente, através dos órgãos oficiais do Estado, no segundo e quarto anos de mandato dos governos municipais.

Parágrafo Único - A primeira edição do relatório do IPRS deverá ocorrer no ano de 2007, observando-se a partir de então a periodicidade prevista.

Art. 5º - Os municípios que omitirem ou não prestarem as informações para a elaboração do IPRS no prazo solicitado serão considerados inadimplentes sociais, podendo ser proibidos de firmar convênios com o governo estadual.

Art. 6º - Aos municípios que, segundo o relatório do IPRS, obtiverem significativa evolução em relação ao posicionamento no índice anterior, no geral ou em área específica, poderão ser conferidos certificados de reconhecimento pelo esforço em prol da causa social, assim como aos que mantiverem em posição de excelência.

Art. 7º - Os dados apurados para a elaboração do IPRS serão utilizados como referência para o planejamento das políticas estaduais, principalmente na área social.

Art. 8º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações próprias, consignadas em programas de trabalho específicos para esse fim.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará esta lei, especialmente no que se refere à definição do órgão responsável pela elaboração do IPRS.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

O acompanhamento do Índice Paranaense de Responsabilidade Social permitirá aos órgãos do Poder Público, Municipal e Estadual acompanhar o desenvolvimento dos municípios, bem como facilitar o Governo a definir prioridades, direcionar investimentos e estabelecer as prioridades, para desenvolver no decorrer do mandato. Este índice específico para o nosso Estado possibilitará novas formas de controle e acompanhamento dos municípios paranaenses, principalmente no âmbito sócio-econômico. Outro aspecto importante de salientar é que, com este índice, a população poderá fiscalizar e cobrar resultados dos governantes.

## PROJETO DE LEI Nº 014/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Surdos do Centro do Paraná, com sede e foro na cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres senhores parlamentares, tenho a honra de apresentar a Associação de Pais e Amigos dos Surdos do Centro do Paraná, entidade sem fins lucrativos, que muito vem contribuindo com o desenvolvimento da região do município de Ivaiporã, apoiando as atividades de artesanato e pintura, assistindo e orientando às famílias dos deficientes, bem como desenvolvendo atividades de integração social. Importante salientar que a entidade apóia atividades culturais e artísticas, buscando arrecadar fundos para auxiliar os deficientes auditivos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

## PROJETO DE LEI Nº 015/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual o Clube da Costela de Londrina, situado na Rua Henrique Dias, 567, Jardim Nova Londres, Londrina - PR, CEP 86.015-820, CNPJ 00.237.634/0001-62.

Art. 2º - A declaração de Utilidade Pública a que se refere o artigo 1º, será assegurada pelo compromisso dos usuários de manutenção e recuperação das suas instalações.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

O Clube da Costela de Londrina, é uma sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, fundada em 1994 e que tem por objetivo principal a obtenção de recursos e repasses destes a outras entidades filantrópicas com sede na cidade de Londrina-PR.

Os referidos recursos são obtidos através da venda de costela assada, saladas e bebidas, todas as quartas-feiras e domingos. A entidade também realiza eventos agendados, nos quais os resultados são reverti-



dos para entidades previamente selecionadas. Todas as sobras, de ambas as promoções, são remetidas para albergues em Londrina, os quais atendem as pessoas em moradias.

Face ao exposto e testemunhas que somos do excelente trabalho desenvolvido pela referida entidade, esperamos o devido apoio dos nobres pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

**PROJETO DE LEI Nº 016/2004**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual o Centro de Educação Infantil Tia Lana, situado na Rua Rudolpho Diesel, 935 - Jardim Tóquio, Londrina - PR, CEP 86.063-330, CNPJ 81.758.153/0001-02.

Art. 2º - A declaração de Utilidade Pública a que se refere o artigo 1º, será assegurada pelo compromisso dos usuários de manutenção e recuperação das suas instalações.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) BARBOSA NETO

**JUSTIFICATIVA:**

O Centro de Educação Infantil Tia Lana, fundado em 1989, tem como finalidade proporcionar o desenvolvimento físico e psíquico, de crianças de 2 a 6 anos, oferecendo: alimentação, cuidados maternos, higiene, assistência social, médica e odontológica, recreação e orientação pedagógica.

O mesmo também é mantenedor da Creche Tia Lana, a qual atende mães que necessitam trabalhar e não têm com quem deixar seus filhos, funcionando por 12 horas diárias, buscando desenvolver, de diferentes formas, a cultura e educação dessas crianças, acompanhando o crescimento de cada uma e atuando com responsabilidade e dedicação.

Face ao exposto e testemunhas que somos do excelente trabalho desenvolvido pela referida entidade, esperamos o devido apoio dos nobres pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

**PROJETO DE LEI Nº 017/2004**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o domínio do Estado, na figura do Departamento de Estradas de Rodagem-PR, a administração e manutenção da estrada que liga o município de Coronel

Domingos Soares, ao quilômetro 1,5 da estrada PR-449, município de Palmas, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) MARCOS ISFER

**JUSTIFICATIVA:**

É de suma importância para a região a estadualização da estrada que liga o município de Coronel Domingos Soares à estrada PR-449 no município de Palmas. Deve-se ressaltar que com esta iniciativa estaremos beneficiando diversos habitantes da região, melhorando não somente o trânsito dos munícipes, mas, sobretudo, oferecendo melhores condições para o escoamento de diversos produtos.

Devemos salientar também que a referida cidade de Coronel Domingos Soares é extremamente carente de recursos financeiros para arcar com a conservação e a manutenção do trecho mencionado, vez que sua Prefeitura precisa atender a tantas outras demandas da população.

Consubstanciado na certeza de que a administração pública em qualquer nível tem como meta e base o bem público, ensejamos os bons préstimos do DER-PR, para desempenhar a conservação e a manutenção da estrada supra citada.

Assim sendo, espero contar com o apoio dos colegas à aprovação deste projeto de lei.

**PROJETO DE LEI Nº 018/2004**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Apoio Sócio-Familiar "Formando o Cidadão de Astorga" - Ceasfam, com sede e foro no município de Astorga.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

**JUSTIFICATIVA:**

O Centro de Apoio Sócio-Familiar "Formando o Cidadão de Astorga" - Ceasfam, é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.

Tem por finalidade promover o atendimento sócio-familiar de adolescentes oriundos de bairros ou de famílias econômica e socialmente carentes, visando capacitação profissional, cujas idades estejam contidas nos limites entre os quatorze e dezoito anos, discipli-

nando-se a admissão do candidato na forma do Regulamento Interno da entidade.

Os programas da entidade são todos inscritos junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, na cidade de Astorga. Na forma do Estatuto do Centro de Apoio (artigo 37), não há distribuição de dividendos, bonificações ou vantagens pecuniárias de qualquer natureza aos sócios, conselheiros ou diretores, cujos cargos serão exercidos gratuitamente.

O Centro de Apoio realiza trabalho social relevante e merece o título de Utilidade Pública Estadual, o que pode ser comprovado através do relatório de atividades anexo ao processo.

#### PROJETO DE LEI Nº 019/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibido o uso de herbicida derivado de sal dimetilamina do ácido 2,4 - Diclorofenoxiacético (2,4-D), Herbicida Hormonal do grupo dos Fenoxiacéticos, no Estado do Paraná.

Art. 2º - As infrações desta lei acarretarão as penalidades previstas nos artigos 15 e seguintes da Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal em seu artigo 23 estabelece a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, preservar as florestas, a fauna e a flora. Dispondo em seu artigo 24, VI que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

O artigo 225 da Carta Magna, assevera que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, o inciso V, assegura que *incumbe ao "Poder Público controlar a produção, a*

*comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.*

A Lei nº 7.802/89, em seu artigo 10, determina que *"competem aos Estados e o Distrito Federal, nos termos dos artigos 23 e 24 da Constituição Federal, legislar sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio, e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como fiscalizar o uso, o consumo, o comércio, o armazenamento e o transporte interno"*.

A utilização do Ácido diclorofenoxiacético (2,4-D) causa danos irreversíveis ao meio ambiente, como se verifica pela análise dos dados abaixo, constantes em documento da Organização Mundial da Saúde (PESSATI, M. L. Ácido 2,4-Diclorofenoxiacético - Aspectos Ambientais. "2,4 - Dichlorophenoxyacetic acid - acid - aspects, World Health Organization, International Programme on Chemical Safety, Geneva, 1989", Curitiba, mimeo, 1998). É inquestionável que os estudos realizados pela Organização Mundial da Saúde gozam de grande aceitação na comunidade científica internacional, servindo os mesmos de base para as políticas públicas de praticamente todos os países do mundo, inclusive do Brasil.

As condições em que o 2,4-D e outros herbicidas quimicamente relacionados são preparados, quais sejam, meio em geral fortemente alcalino e temperaturas elevadas, propiciam a formação de dibenzo-p-dioxinas policloradas (CDD), produtos altamente cancerígenos. Sua pirólise produz certos isômeros de CDDs. Esta informação é importante, pois justifica a proibição da incineração. Por esta razão, em alguns países, tem sido reduzido o uso do 2,4-D e do 2,4,5-T em parques e áreas públicas, devido aos seus possíveis efeitos tóxicos, especialmente em relação às CDDs (dioxinas).

Os sais de amina ou álcali e os ésteres são usados na proporção de 0,2 a 2,0kg de ingredientes ativo por hectare, sendo que os ésteres podem atingir 6,0 kg/ha. Formulações granulares são usadas como herbicidas aquáticos na proporção de 1 a 122kg/ha. Esses dados mostram uma variação muito grande entre as dosagens utilizadas. Outrossim apesar do composto ter sido desenvolvido e utilizado desde a Segunda Guerra Mundial, pouco se sabe sobre seus efeitos em diferentes ambientes, os quais se expressam com uma variabilidade muito alta. Em determinado ambiente, uma dosagem pode ser ineficiente e, em outro ambiente, manifestar efeitos muito tóxicos. Desta forma, a segurança ambiental com a utilização do 2,4-D é muito baixa, principalmente em países com diversidade climática e ambiental tão grande como o Brasil.

Embora o 2,4-D não persista no solo, devido à sua rápida degradação, sem consumo e biodisponibilidade são fortemente influenciados pelo conteúdo de matéria orgânica do solo, atividade microbiológica e condições ambientais como luminosidade, temperatura e pH. Como é grande o número de variáveis que potencialmente interferem na biodegradabilidade do 2,4-D, torna-se difícil prever as consequências ambientais de seu uso. Além disto,

os dados de biodisponibilidade e dissipação, até o momento, são altamente inconsistentes.

Algumas algas são capazes de reter o 2,4-D. Estes organismos, base da cadeia trófica, podem acumular o 2,4-D e, desta maneira, aumentar os efeitos do composto no ambiente. Outrossim, segundo dados publicados nos Critérios de Saúde Ambiental da OMS, muitas culturas de algas de água doce degradaram o 2,4-D, em duas semanas e somente uma cultura reteve 64% do 2,4-D adicionado. Mas estes dados foram extraídos de trabalhos que utilizaram tratamentos com concentrações tão baixas como 0,01 mg/litro, quando deveriam ter utilizado níveis até 1000 vezes maiores, para não subestimar os efeitos deletérios do composto.

Foi verificado, também, que alguns microorganismos podem ser capazes de degradar o composto. No entanto, uma menor degradação foi observada em solos ácidos e uma redução no pH para valores inferiores a 6 inibiu a degradação bacteriana. Como os fungos normalmente liberam grande quantidade de ácidos orgânicos, eles podem, por este mecanismo, inibir a quebra ou a biodegradação do 2,4-D, aumentando o tempo de permanência do composto no ambiente, o que ocorre mais particularmente em solos tropicais, como no Brasil.

Estudos de campo demonstraram a degradabilidade do 2,4-D. Quando aplicada uma determinada dose de 2,4-D, os valores residuais em peixes, crustáceos e larvas de insetos parecem pequenos, mas quando comparados com os valores de LC50 para estes organismos, observa-se que os níveis residuais, mesmo em 8 dias após, podem ser fatais para várias espécies. Outro aspecto a ser ressaltado é que os maiores valores observados de acúmulo pelos organismos ocorreram 24 horas depois da aplicação e não 8 dias ou 3 semanas depois, como discutido no trabalho.

Com a aplicação de 112kg de 2,4-D como éster de butoxietanol/ha de formulação granular verificou-se que as amostras de húmus continham níveis muito variados do composto (entre 0,14 e 58,8mg/kg), sendo que a maior concentração do resíduo foi encontrada 10 meses após a aplicação. Ou seja, além de se observar, mais uma vez, uma variabilidade extremamente alta no acúmulo do composto pelo húmus, também fica evidente o alto tempo residual do composto no ambiente. Deve considerar-se que 10 meses não é um tempo curto, uma vez que muitas culturas agrícolas são plantadas e colhidas num prazo menor que este.

A fixação de nitrogênio por algas aquáticas foi afetada em concentrações de 400mg/litro e eliminada a 600mg de ácido 2,4-D (sal de sódio) por litro. Quando ésteres de 2,4-D foram aplicados, a fixação de nitrogênio pela alga verde-azul *Anabaena* ficou comprometida com doses acima de 36mg/litro. Como no experimento foram testadas doses de 36 a 324mg/litro, não é correto afirmar que é com doses acima de 36mg/litro que houve comprometimento da fixação de nitrogênio em *Anabaena*, porque não foram testadas doses menores. Talvez uma dose de

5mg/litro também afetasse a fixação de nitrogênio nesta espécie. Além disso, quando o 2,4-D foi aplicado sobre uma alga verde aquática, verificou-se redução na divisão celular, a qual foi paralisada e com crescentes anormalidades nos cromossomos durante a divisão celular, proporcionais à exposição ao 2,4-D. A exposição a ésteres do 2,4-D reduziu a produtividade nestes organismos em até 50%. Considerando que estes organismos formam a base da cadeia trófica e respondem por 40% do oxigênio produzido no planeta, o desequilíbrio destes organismos no sistema poderia ter graves repercussões ambientais, com efeitos diretos e indiretos sobre o homem.

O 2,4-D também mostrou-se inibitório para todos os tipos de fungo do solo. Existe uma grande variação na sensibilidade entre diferentes espécies de seres vivos em resposta à mesma formulação do 2,4-D. Ademais, os organismos se tornam mais sensíveis quando a temperatura da água aumenta. Estes dados são de grande importância, pois, no Brasil, um país tropical, é de se esperar efeitos mais deletérios do 2,4-D, o que, aliado à grande variação de toxicidade em função da espécie, diminui a segurança quanto aos riscos ambientais do composto.

Destaca-se, ainda, o nível 1 de tóxico máximo aceitável, sugerindo com menor que 1mg/litro, o que é extremamente baixo e facilmente ultrapassado em regiões que utilizam este herbicida, já que os próprios dados citados na publicação da OMS indicam que “para doses de aplicação recomendadas, a concentração de 2,4-D na água tem sido estimada ser um máximo de 50 mg/litro e muitas aplicações conduziram a concentrações na água muito menores do que isto (entre 0,1 e 1,0 mg/litro).”

Com base na toxicidade do ácido 2,4-D para larvas de caranguejo, autores do trabalho sugeriram um nível de tóxico máximo aceitável como sendo menos de 1 mg/litro. Será possível que num ambiente aonde a concentração chega a 50 mg/litro sobreviva alguma larva de caranguejo, se com apenas 1 mg/litro já se observam efeitos do 2,4-D? E as aplicações que resultaram em concentrações entre 0,1 e 1,0 mg/litro não causariam tais efeitos?

Com relação aos invertebrados de água doce, a LC50 48 horas para *Daphnia magna* foi apenas 0,1 mg de éster de 2,4-D por litro. Formulações de 2,4-D na forma de dimetilamina ou ácido livre se mostraram menos tóxicas. Como considerar segura, então, a utilização de um herbicida que, mesmo com a aplicação das doses recomendadas, pode chegar a concentrações de 50 mg/litro?

Os valores de LC50 para peixes também variam consideravelmente segundo a espécie, estágio de vida e formulação do herbicida, sendo que as formulações éster representam maior perigo para peixes. A larva é o estágio de vida mais sensível, e temperaturas maiores provavelmente aumentam a toxicidade deste herbicida para peixes.

Verificaram-se os efeitos de diferentes formulações para peixes de água doce e peixes estuarinos, observando-se uma variação na sensibilidade de até 1000 vezes, ou seja, dependendo da formulação, a toxicidade para a mesma espécie pode ser até 1000 vezes maior. Como pode ser constatado, a toxicidade varia grandemente em função da formulação, o que significa menor controle sobre os riscos ambientais decorrentes do seu uso. Estes valores mostram, ainda, o perigo real da utilização deste herbicida. Pode-se imaginar, portanto, o desastre ecológico que poderia ser causado pelo uso inadequado de uma formulação do tipo éster, butoxietanol ou butoxietil para espécies aquáticas. Desta forma, sendo o Brasil um país tropical, não deveriam ser utilizados apenas parâmetros de proibição de países de primeiro mundo, de clima frio, onde o composto tenderia ser menos tóxico.

Os níveis de efeitos não observados (NOELs) do 2,4-D estão abaixo de 1 mg/litro para a maioria dos peixes testados, utilizando-se como parâmetro os valores de LC50 96 horas. Estes valores indicam a concentração de produto em que se tem, embora muito discutido, uma maior segurança sobre os riscos ambientais do produto. Como os valores para peixes foram basicamente abaixo de 1 mg/litro, estes valores deveriam ser, por si só, proibitivos pois, como já visto, os valores na água chegam facilmente a 50 mg de 2,4-D por litro, muito acima da concentração na qual não se observariam efeitos tóxicos. Este dado mostra, com grande evidência, a falta de segurança ambiental, principalmente para ambientes de água doce (as mais estudadas), quando do uso deste herbicida.

Para aplicação terrestre, o 2,4-D é geralmente usado nas formas menos voláteis, como ésteres de cadeia-longa, para reduzir os danos de derivatização das pulverizações. Embora estes compostos normalmente não sejam tóxicos para insetos benéficos, com abelhas e inimigos naturais de pestes, alguns efeitos adversos têm sido reportados, normalmente vinculados à privação alimentar indireta causada pelo herbicida.

Como para os organismos aquáticos ou ésteres são os mais tóxicos, ocorre aqui uma nítida controvérsia ao seu uso. Uma determinada formulação sempre será danosa para o meio ambiente: ou tóxica para o meio aquático (ésteres) ou tóxica para o meio terrestre (sais e ácido livre). Esta característica implicaria em permitir-se um uso restrito do 2,4-D (permitir o uso de uma formulação e proibir outra), o que geraria grande dificuldade técnica e fiscalizatória. Portanto, fica difícil imaginar qualquer formulação que, no Paraná, um Estado agrícola, mas com grande área aquática, não cause danos ambientais.

Estudos em roedores do gênero *Microtus*, e citados na publicação da OMS, afirmam que o herbicida não apresenta perigo. No entanto, segundo outros trabalhos, citados na mesma publicação, quando exemplares machos receberam apenas 10% da LC50 diariamente, por 10 ou 20 dias (400 mg/kg), o peso do testículo (um índice

da espermatogênese) e as divisões na espermatogonia foram significativamente reduzidas em relação aos valores controle.

Foi observado, ainda, cerca de 78% de aumento no número de insetos, peste e, também, aumento na ocorrência de infecção fúngica em milho quando tratados com 2,4-D como sal de trietanolamina.

Somados aos fatores já discutidos, existem dados limitados dos efeitos do 2,4-D e suas formulações nas comunidades de organismos. As informações sobre os riscos são, portanto, sempre obtidas por extrapolação de estudos com espécies únicas. Sendo assim, torna-se evidente o grande risco ambiental em decorrência do uso das diferentes formulações do 2,4-D, principalmente para países tropicais, com ambientes tão diversos e com biodiversidade tão privilegiada como o Brasil e conseqüentemente para o Estado do Paraná.

Além dos dados técnicos elaborados pela Organização Mundial da Saúde, que nos fazem concluir pela alta nocividade de contaminação ao meio ambiente, existem inúmeros trabalhos acadêmicos sobre as conseqüências para a saúde humana em virtude da utilização do 2,4-D e seus derivados, destacando-se neste campo a tese de Luiz Fernando Pereira, da Universidade Federal do Paraná, bem como outros artigos assinados em conjunto com outros pesquisadores. Transcreve-se a título de ilustração alguns trechos dos documentos supra-citados. “Os fenoxiácidos na forma de sal são prontamente hidrolizados para a forma de ácidos livres (Herne, 1966) e, não sendo significativamente metabolizados em mamíferos, são excretados na urina (Grunow & Bohme, 1974). O 2,4-D encontra-se mais concentrado nos rins por um mecanismo de transporte ativo (Berndt & Hoschier, 1973)”... “O 2,4-D, o 2,4,5-T e seus derivados são potencialmente tóxicos, podendo provocar uma série de distúrbios digestivos, neurológicos e musculares. Essas substâncias persistem no meio ambiente e sua absorção quase sempre se dá por via oral, podendo ocorrer por inalação.”

Destaca-se também o estudo realizado pelo professor catedrático em Farmacologia da USP e UM, professor Heitor Segundo Guilherme Mediria, o qual desenvolveu inúmeras pesquisas sobre os efeitos do 2,4-D em animais e seres humanos nos Estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná (Relatório Projeto Finep nº 4.2.88.0377-00, Surehma, 1991, Curitiba). As fotografias inclusas no referido estudo impressionam pelo alto poder de contaminação do herbicida Tordon 2,4-D.

Outro importante estudo foi elaborado pela professora Ana Lucia Tararhuch, do Departamento de Fisiologia do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná. Nesse trabalho, constatou-se a incidência renal em ratos que bebiam água contaminada com o herbicida Tordon, que tem como princípio ativo o 2,4-D. O risco de contaminação da população é grande, uma vez que os mananciais de água do Paraná estão contaminados por agrotóxicos (em 1984 o percentual de con-

taminação era de 70%), conforme estudos técnicos da antiga Surehma. Os dados da Secretaria Estadual da Saúde do Paraná confirmam que nos últimos 10 anos ocorreram mais de 9000 casos de intoxicação por agrotóxicos no Paraná, tendo havido no mesmo período mais de 900 mortes.

Ante a gravidade do problema, existem iniciativas, inclusive, algumas oriundas de trabalhadores rurais e da comunidade em geral, em diversos municípios paranaenses, para que seja proibido o uso desse agrotóxico. Conforme dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas, de 1993 a 1995, foram registrados 12.866 casos de intoxicação por agrotóxicos em todo o País. Mas, segundo o Fundacentro, órgão de pesquisas do Ministério do Trabalho, esse número deve ultrapassar 200.000, pois estima-se que apenas 1% a 2% das intoxicações por pesticidas sejam notificadas.

No Estado do Paraná a área total de lavouras gira em torno de 5.100.000 ha (dependendo do ano agrícola). Deste total, aproximadamente 1.250.000 ha são compostos pelas lavouras suscetíveis aos herbicidas hormonais, sem contar os mais de 2.000.000 ha de matas que também são suscetíveis a estes herbicidas.

Vale salientar que as explorações das culturas suscetíveis (hortaliças, feijão, amora para a criação do bicho-da-seda, fumo, mandioca, algodão, café, uva, espécies florestais de folhas largas e frutas em geral, etc.) são cultivadas nas pequenas propriedades agrícolas, sendo as principais (ou única) fontes de renda e emprego da mão-de-obra dos pequenos agricultores familiares que, no Paraná, são os principais responsáveis pela produção de alimentos da cesta básica e das matérias-primas que abastecem a agroindústria do Estado.

Vale lembrar que as aplicações do herbicida 2,4-D e seus derivados são realizados a céu aberto, isto é, no campo, sem levar em consideração a topografia, a velocidade e a direção dos ventos, a umidade relativa do ar, a proximidade com lavouras suscetíveis, a existência de cursos d'água, as matas ciliares e os locais habitados.

Deve-se também levar em consideração que quando o herbicida 2,4-D é aplicado sem os devidos cuidados, as gotas da mistura água + herbicida podem provocar sérios prejuízos econômicos, sociais e ambientais a grandes distâncias do local de aplicação, já que as recomendações de controle das ervas daninhas nas lavouras consideram apenas os aspectos econômicos. Dessa forma, todos os riscos ocupacionais e ambientais que deveriam ser analisados não o são. Isso permite provar de antemão que o agrotóxico não será utilizado conforme deveria, implicando na possibilidade da ocorrência de acidentes com prejuízos econômicos a terceiros, com riscos à saúde e com danos ao meio ambiente.

As penalidades a serem aplicadas aos infratores da presente lei, são as constantes do artigo 15 e seguintes da Lei Federal nº 7802/89:

“Art. 15 - Aquele que produzir, comercializar, transportar, aplicar ou prestar serviços na aplicação de

agrotóxicos, seus componentes e afins, descumprindo as exigências estabelecidas nas leis e nos seus regulamentos, ficará sujeito à pena de reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, além da multa de 100 (cem) a 1000 (mil) MVR. Em caso de culpa, será punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, além da multa de 50 (cinquenta) a 500 (quinhentos) MVR.

Art. 16 - O empregador, profissional responsável ou o prestador de serviço, que deixar de promover as medidas necessárias de proteção à saúde e ao meio ambiente, estará sujeito à pena de reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, além de multa de 100 (cem) a 1000 (mil) MVR. Em caso de culpa, será punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, além de multa de 50 (cinquenta) a 500 (quinhentos) MVR.

Art. 17 - Sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, a infração de disposições desta lei acarretará, isolada ou cumulativamente, nos termos previstos em regulamento, independente das medidas cautelares de estabelecimento e apreensão do produto ou alimentos contaminados, a aplicação das seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa de até 1000 (mil) vezes o Maior Valor de Referência - MVR, aplicável em dobro em caso de reincidência;

III - condenação de produto;

IV - inutilização de produto;

V - suspensão de autorização, registro ou licença;

VI - cancelamento de autorização, registro ou licença;

VII - interdição temporária ou definitiva de estabelecimento;

VIII - destruição de vegetais, partes de vegetais e alimentos, com resíduos acima do permitido;

IX - destruição de vegetais, partes de vegetais e alimentos, nos quais tenha havido aplicação de agrotóxicos de uso não autorizado, a critério do órgão competente.

Parágrafo Único - A autoridade fiscalizadora fará a divulgação das sanções impostas aos infratores desta lei.”

Pelo exposto, torna-se imprescindível a aprovação urgente do projeto de lei que ora apresentamos, para o qual contamos com o apoio dos ilustres parlamentares desta Casa.

## PROJETO DE LEI Nº 020/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo Estadual a denominar Governador José Richa, a ponte edificada sobre o Rio Ivaí, na divisa entre os municípios de Santa Mônica e Tapira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

## (a) LUIZ ACCORSI

## JUSTIFICATIVA:

Londrina reconhece e aplaude a excelente administração nela implantada pelo prefeito José Richa, na gestão que teve início em 1973.

Todo o Paraná lembra sua transformação em verdadeiro canteiro de obras e todo o funcionalismo público ainda lhe é grato pelas conquistas lavradas em seu governo, o primeiro pela via direta, iniciado em 1983.

O Senado e a Câmara Federal lembram-no como notável democrata, dono de liderança nata, manifestante de posições firmes, cordial, conciliador.

A história do ex-governador José Richa e da democracia do Brasil andam juntas. A partir da década de 60, Richa consolidou-se como um dos principais líderes políticos do país, ao ser eleito deputado federal em 62 e reeleito quatro anos depois. Começava aí a sua luta pela liberdade de opinião e pela participação do povo nos destinos da Nação, ao lado de expoentes como Ulysses Guimarães, Mário Covas e Tancredo Neves.

Logo após o golpe do regime militar de 64, José Richa ajudou a fundar o Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, partido de oposição à ditadura. A destacada atuação política levou-o a assumir a Prefeitura de Londrina, em 73, cidade que o adotou quando tinha apenas cinco anos, ainda em 1939.

Foi eleito senador em 1978 como um dos políticos mais respeitados do país. Com sua influência política, enfrentou o regime militar pela volta da democracia e foi um dos grandes líderes do movimento “Diretas Já” em 1984, uma autêntica e fundamental mobilização para a volta das eleições diretas para a Presidência da República.

Como governador do Paraná, nos anos de 83 a 86, foi responsável pela maior política de eletrificação do Estado. Durante o seu governo foi realizado o programa Clic Rural, através do qual a Copel instalou energia elétrica em milhares de propriedades do interior paranaense.

Até hoje, José Richa é reconhecido como o governador mais popular entre o funcionalismo estadual, em especial no setor educacional. Ele foi o responsável pelo primeiro pagamento do décimo-terceiro salário aos servidores e realizou visíveis melhorias no Instituto de Previdência do Estado, o IPE.

Na sua gestão, José Richa ampliou e melhorou as estradas do Paraná, e com a Lei 8104/83, Richa implantou o Pmisa - Programa de Manejo Integrado de Solo e Água, básico para a revitalização e consolidação da agricultura paranaense.

A destacada atuação como governador levou José Richa novamente ao Senado, em 1986.

Após cumprir mais um mandato e concorrer ao governo do Paraná em 90, José Richa deixou a política para dedicar-se à família e aos seus negócios.

Ultimamente trabalhava como conselheiro de diversos grupos empresariais, como a Vasp e a Itaipu Binacional.

Foi um dos coordenadores da campanha de José Serra à presidência da República, ano de 2002.

José Richa nasceu na cidade de São Fidélis, no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1934 e veio para o Paraná em 1939. Era formado em Odontologia pela nossa Universidade Federal.

Deixou viúva a esposa, companheira, irmã e amiga, dona Arlete, com a qual teve três filhos: o José Richa Filho, o Carlos (Beto) Richa e o Adriano.

O seu e nosso companheiro Hélio Duque, ex-deputado federal, disse de José Richa: “Morreu José Richa, mas o seu exemplo de homem público será, sempre, imorredouro. Jovem filho de imigrantes libaneses, deixa aos pósteros, um currículo de riqueza existencial inesquecível e que haverá de ser um roteiro para todo homem público que pratica a política nos fundamentos aristotélicos de servir ao bem comum.”

Finalizo afirmando estar convencido da unanimidade desta Casa quanto à aprovação deste documento, assim como a sanção por parte de S. Exa. o senhor governador do Estado, Roberto Requião.

É uma das formas das quais dispomos para manifestar o nosso reconhecimento, a nossa gratidão, por tudo o que representou o homenageado para Londrina, para o Paraná e para o Brasil.

## O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Neivo Beraldin.

## O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados:

O jornal O Estado do Paraná traz hoje uma matéria do ex-secretário de Obras de Curitiba, Leopoldo Campos. Segundo o jornal, a matéria enfoca a questão do eixo metropolitano proposto pelo prefeito Cássio Taniguchi; o prefeito vai gastar 73 milhões de reais para construir uma 3ª pista de 8 quilômetros e 800 metros.

De acordo com o jornal, uma análise comparativa feita entre o custo da obra licitada e os preços oficiais definidos pela tabela, conforme Decreto nº 118/2003, em alguns pontos a obra custa 27% a mais no Decreto Municipal. 7,70 a mais. Na questão da fiscalização da obra, dos 73 milhões, levando-se em conta que o normal é 3%, seriam 4 milhões, está sendo destinado 10 milhões e 400 mil reais.

Então, senhores deputados, em verdade a prefeitura de Curitiba contrai um empréstimo do Banco Mundial para construir uma 3ª pista na BR-116 o que vai possibilitar que trafeguem mais carros, mais ônibus, causando mais poluição e não resolve o problema do transporte coletivo da região metropolitana e tampouco de Curitiba.

Nós temos uma outra proposta que é o metroviário. Por que o metroviário? Porque Curitiba não suporta mais o engarrafamento do trânsito, porque o plano diretor feito em 1943 já colocou os trilhos de trem exatamente onde a cidade iria crescer para que se utilizasse esse sistema integrado como sistema rodoviário. É verdade que todas as capitais brasileiras já possuem esse sistema, a exemplo, Porto Alegre, Recife, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, também Paris, a Europa e o mundo.

Há uma diferença, querem gastar além do que nosso povo precisa gastar e querem endividar a nossa cidade. Se colocarmos um comparativo, seguindo a linha de trem de Araucária a Curitiba, que são 38 quilômetros, seria possível viabilizar um transporte mais rápido, mais seguro e mais barato num preço muito aquém do que o prefeito de Curitiba pretende gastar em 8 quilômetros, na BR-116.

Os estudos de viabilidade técnica estão conosco, os comparativos são flagrantes e evidentemente nos levam a acreditar que mais uma vez se contraiu dinheiro internacional para super faturar obras e para passar à população mais simples o pagamento dessas prestações. É bom lembrar que quando a Prefeitura deve, quem paga é sempre o cidadão mais pobre, porque é justamente o cidadão mais pobre que precisa da presença da Prefeitura local e do Poder Público.

Então, quero reforçar o depoimento da entrevista dada pelo engenheiro Leopoldo Campos ao jornal O Estado do Paraná. Ele que foi secretário de Obras, ele fez os cálculos e chegou a essa conclusão. Reforço hoje, nesta tribuna para que a população do Paraná tome conhecimento de mais um fato que traz prejuízo à população da nossa Capital.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o senhor deputado Natálio Stica.

**O SR. NATÁLIO STICA**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Na semana que se passou regressamos de Cuba. Três deputados desta Casa estiveram acompanhando uma delegação do governador do Estado do Paraná: a deputada Elza Correia, o deputado Jocelito Canto e este deputado que ocupa a tribuna. Acompanhamos a delegação do governador composta por três secretários, o secretário da Saúde, Dr. Carlos Xavier; secretário da Indústria e Comércio, Luiz Mussi e o secretário da Educação, Maurício Requião.

Estivemos naquele País inicialmente para discutir e conhecer especificamente a área de saúde, já que sabemos que aquele país tem um grande trabalho voltado à área de saúde e educação. Foi uma semana em que nós nos dividimos nas saídas, conforme estava planejado, com as três Secretarias, já que não podíamos ao mesmo tempo acompanhar todos os secretários nas suas agendas.

Mas com certeza o deputado Jocelito e a deputada Elza também vão dizer o que eles viram e qual o sentimento que perceberam naquele País.

Mas, muito rapidamente, até porque o tempo é exíguo, queria dizer que trouxemos de Cuba experiências que vão ser fundamentais para o povo do Paraná, em especial na área de saúde. E quero parabenizar o trabalho do secretário, Dr. Cláudio Xavier. O Dr. Cláudio, que levou uma equipe, conseguiu assinar vários protocolos de intenções. Um deles já para os próximos meses trazer para o Brasil e para o Paraná uma equipe de médicos de Cuba para que faça um diagnóstico da saúde do nosso Estado para saber quais as parcerias que poderemos assinar entre o Paraná e Cuba. Visitamos o Laboratório Central de Cuba na área de vacinas. E lá, como já sabemos, está muito avançado e já está um protocolo assinado de produção para o Paraná da vacina de meningite, e outras vacinas que já estão fazendo uma análise para futuros acordos num protocolo de intenções onde o Paraná será beneficiado com essas vacinas. Visitamos hospitais e o que pudemos perceber é que embora a pobreza exista naquele País, embora o boicote de 45 anos por parte dos Estados Unidos, deputada Luciana Rafagnin, aquele país está vivendo na área da saúde e na área da educação o que nós podemos dizer o maior respeito ao ser humano. Para cada 120 famílias há um posto de saúde aonde chama-se o médico de família. Mora no andar de cima o médico ou a médica e na parte de baixo é o consultório, é o primeiro atendimento a 120 famílias cadastradas. E este médico ou esta médica de família tem o acompanhamento nas casas das famílias. A saúde lá é preventiva e caso precise de um encaminhamento, a médica da família ou o médico encaminha para uma clínica e se o tratamento for mais específico, encaminha-se a um hospital, completamente de graça. As pessoas daquele país têm todo um tratamento médico - desde uma consulta a um transplante, a uma operação, a uma cirurgia ou o que precisar.

Visitamos Casas Lares, como por exemplo, deputado Elton, Casas Lares para grávidas que 10, 15 dias antes do parto, conforme indicação médica, vêm e se instalam numa Casa Lar. Uma mulher que tem gravidez de risco ou que mora num lugar mais longínquo e em especial na área agrícola daquele País, para ficar próximo do hospital, fica numa dessas Casas.

A deputada Elza e o deputado Jocelito vão falar um pouco mais sobre Cuba. E estou preparando um relatório para que, depois do carnaval, junto com os deputados que me acompanharam, mostrar o que nós vimos e o que vamos trazer, na parceria que vamos fazer de Cuba com o Brasil, inclusive na área de comércio feito muito bem pelo secretário Mussi para parcerias entre o Estado do Paraná e aquele País que, repito, com todo o boicote que tem, faz com que o ser humano, o cidadão tenha dignidade, tenha respeito que não vemos aqui em nosso País.

Não há milionários como há no Brasil, mas lá também não há miseráveis e pessoas que morrem de fome como ainda morrem no Brasil. Portanto, temos muito que aprender com aquele pequeno País, mas que tem um povo culto e sério e que vamos ainda discutir aqui. Existem erros, mas muito mais certos, felizmente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

A Mesa registra a presença do prefeito Ari Siqueira, de Rio Negro, que está acompanhado com as rainhas e princesas da colonização alemã na comemoração dos seus 175 anos. Nosso agradecimento pela visita e os nossos parabéns aqui em nome da nossa Casa.

No Pequeno Expediente, ainda, concedemos a palavra ao deputado Luiz Nishimori.

**O SR. LUIZ NISHIMORI**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Uma preocupação muito grande me traz esta tarde a esta tribuna!

Trata-se da falta de leitos na Unidade de Tratamento Intensivo do Hospital Universitário de Maringá, em função do atendimento que ali se faz em caráter regional e tem sobrecarregado a capacidade de internamento do HU.

Esse último final de semana foi verdadeiramente problemático, pois oito pacientes ficaram sem atendimento de UTI, mesmo com a disponibilidade de leitos em hospitais da região, pois faltaram médicos para fazer o acompanhamento.

Ontem à tarde, seis pacientes conseguiram transferência e internamento em outros hospitais.

O HU de Maringá possui oito leitos de UTI adulta, seis leitos na UTI pediátrica e outros seis na neonatal. Metade desses leitos entraram em funcionamento no ano passado, junto com a inauguração da nova ala do hospital, juntamente com o atendimento 24 horas para casos de urgência e emergência.

Em toda a cidade de Maringá existem, atualmente, 54 leitos disponíveis na rede pública, o que seria auto suficiente em termos municipais, porém, a sua condição de cidade pólo regional, atrai também o atendimento de dezenas de outras cidades.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Este é um problema estrutural, que a Secretaria de Estado da Saúde precisará equacionar, investindo em novos leitos de Unidade de Tratamento Intensivo, para adultos, crianças e neonatal, nos hospitais dos municípios que circundam Maringá, aliviando assim a demanda para a cidade pólo.

O diretor clínico do HU, Dr. Luiz Nery, tem se desdobrado para atender o excedente dos leitos, com atendimento especializado, e também, mantendo contato constante com outros municípios de maior porte da região para facilitar a transferência de doentes.

Mas, existe um outro problema, a falta de ambulância com um médico específico para acompanhar o transporte, quando se tem conhecimento de leitos vagos em outras cidades, o que muitas vezes faz com que o paciente aguarde fora do leito especializado da UTI.

Sabemos que esta é uma situação geral do Estado que mesmo com o esforço do governo, ainda precisa de um aumento muito grande de vagas de UTI, pois o aumento do atendimento de pacientes também cresceu de forma assustadora.

A direção do Hospital Universitário tem procurado contratar médicos em regime de CLT (trabalhador de caráter temporário), para suprir uma possível falta de médicos em algumas especialidades, até que receba autorização para a realização de concurso público para completar o corpo clínico do HU.

Há necessidade de uma união de esforço entre o HU e o sistema municipal de saúde - o Samu, com o seu atendimento móvel de urgência, para que haja maior agilidade no encaminhamento do paciente e um melhor relacionamento entre os hospitais e a central de leitos, que é o órgão encarregado de encontrar uma vaga de UTI para o paciente e determina a sua transferência.

Faço este registro, senhor presidente, para que seja salvaguardado o nome da direção do Hospital Universitário que não tem poupado esforços para equacionar o problema e apresentar a imediata solução.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Jocelito Canto, pelo tempo de cinco minutos.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Senhor presidente, senhores deputados.

Inicialmente gostaria de fazer uma saudação ao Canal 21, que está transmitindo ao vivo a partir de hoje, as Sessões Plenárias, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Nossos cumprimentos à direção do Canal 21, a seus profissionais, a sua equipe de jornalismo que está aqui, porque eu acho que para a Assembléia é muito importante. O cidadão que está em casa pode acompanhar e fiscalizar o trabalho que nós desenvolvemos aqui.

A nossa saudação a todos que estão nos assistindo, pelo Canal 21, aqui de Curitiba.

Queria reiterar o que disse o deputado Stica a respeito da viagem que nós fizemos a Cuba, juntamente com a comitiva do governo do Estado e desta Casa, onde fomos conhecer programas de governo, situações da saúde, da educação, da indústria e do comércio naquele país. Voltamos maravilhados com algumas coisas que vimos por lá, principalmente na questão de saúde, onde vimos fatos maravilhosos.

Estivemos, também, visitando a educação ao lado do secretário Maurício Requião. A questão da educação é muito bem tratada por parte do governo cubano. Acho



que isso serviu para aprendermos um pouco mais e vermos que dá para fazer no Brasil algumas coisas que estão acontecendo lá.

O secretário Cláudio Xavier firmou vários protocolos, como também o secretário Mussi, da Indústria e Comércio, e o secretário Maurício Requião. Esses convênios, esses protocolos vão nos dar algum knowhow.

Quero destacar que nessa viagem, além do deputado Stica, esteve conosco a deputada Elza Correia e que de maneira brilhante acompanhou e foi fundamental nessa viagem. Na sequência ela vai falar também sobre esse caso.

Nós estamos protocolando nesta tarde, um pedido especial de Cidadão Honorário, e que nós estamos colocando ao presidente da OAB de Ponta Grossa, que passa a ser o presidente nacional da OAB. É um prêmio que se dá e se oferece a um brilhante advogado de Ponta Grossa, que passa a ser o presidente Nacional da OAB, lá em Brasília.

Preocupa-nos, também, senhor presidente senhores deputados o fato de que o governo proibiu, suspendeu os testes seletivos ao que se refere à contratação de professores para as universidades no Estado do Paraná. Eu chamaria a atenção aqui do governo, porque as aulas irão iniciar em breve e é necessário que haja pelo menos a realização do teste.

Se o governo tem problema, até a título de incentivo, de precaução fazer o teste agora e depois discutir à questão. O que não pode é suspender como foi suspenso e não dando uma satisfação para as universidades. As universidades não terão como reabrir a partir de março, se não tiverem contratado esses professores.

Fica aqui o alerta ao governo, deputado Ângelo Vanhoni, para que tome as providências, para que o governo não cometa esse erro com o ensino superior e com as universidades do Estado do Paraná.

Gostaria de fazer um agradecimento ao secretário Cláudio Xavier, porque hoje em Ponta Grossa, eu vi agora o deputado reclamando sobre a questão da falta de leitos, lá para a outra região do Paraná, não estamos contentes, mas já melhorou bastante a questão em Ponta Grossa.

Hoje, senhor presidente, em Ponta Grossa vem funcionando cerca de 14 leitos, além daqueles 16 que já existiam.

Nesse primeiro ano do governo Roberto Requião e do trabalho do secretário Cláudio Xavier temos 16 leitos já funcionando em Ponta Grossa. Os dez leitos do Hospital Cidade, que foi uma sugestão nossa, e encampada pelo secretário Cláudio Xavier, já estão lotados em Ponta Grossa. Hoje pela manhã conversava com o Dr. Mansur, que é o proprietário do Hospital. Ele disse que os dez já estão funcionando e já estão lotados. O mesmo acontecendo com os quatro leitos na Santa Casa e no Hospital Bom Jesus.

No dia 3 de março o Hospital Santa Casa colocará em funcionamento uma UTI Neonatal que vai beneficiar as crianças dos Campos Gerais. E, ao mesmo tempo, o Hospital Cidade recebeu mais 30 leitos para internamento.

Não estamos ainda como queremos, mas já dobrou a capacidade de leitos de UTI em Ponta Grossa.

Valeu a pena caminhar de Ponta Grossa até Curitiba. Valeu a pena cobrar aqui nesta Casa. Valeu a pena os movimentos. Valeram as reivindicações. Valeu a cobrança de área. Hoje Ponta Grossa tem o dobro do que tinha em um ano desse governo.

Nós que criticamos este governo, temos que aqui destacar que o governo Roberto Requião e o secretário Cláudio Xavier dobraram as UTI's em Ponta Grossa. E, ao mesmo tempo, nessa viagem que fizemos a Cuba, tivemos a oportunidade de conhecer o secretário em pouquinho mais, a sua personalidade e a sua figura. Entendemos que ele tem muito amor pelo que faz. Ele é dedicado, esforçado. Está no governo especialmente porque gosta da saúde.

É por isso que nós, de Ponta Grossa, estamos mais alegres, mais motivados, porque dobrou a capacidade de leitos, graças ao secretário Cláudio Xavier.

Deixo aqui a minha homenagem ao secretário Cláudio Xavier. Para mim ele está na Secretaria porque sabe o que está fazendo, está lutando, trabalha, é dedicado e tem amor ao que faz. O Paraná tem um grande secretário na área da saúde. Parabéns secretário! Ponta Grossa lhe agradece, e eu, como representante dessa cidade e dos Campos Gerais, agradeço-lhe, por fazer da saúde de Ponta Grossa o dobro do que era.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra a deputada Elza Correia.

#### A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, nobres companheiros e companheiras, imprensa, funcionários, convidados e visitantes.

Quero aproveitar a oportunidade para dizer que, da nossa cidade de Londrina nos visitam os cartórios André Rabaw e Cesário Rocha. Sintam-se em casa.

Gostaria de falar da importância que foi essa nossa viagem a Cuba. É de fundamental importância e responsabilidade que apresentemos contas dessas viagens que são pagas com o dinheiro público. Portanto, temos que apresentar nossos relatórios como representantes da Assembléia Legislativa.

Lá em Cuba era a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que estava representada pelos companheiros Stica e Jocelito Canto.

Foi uma viagem muito importante. Voltamos com uma impressão tão positiva de um país que tem a proporção do Estado do Paraná, onze milhões de habitantes,

do ponto de vista de extensão de área um pouquinho menor que o Estado do Paraná.

Portanto, o que vimos lá nos motiva, anima-nos. E, apesar de vivermos num país gigantesco de proporções, percebemos que, quando há vontade política, as coisas acontecem. Evidentemente que é um outro regime, nós aqui vivemos vários “Brasis” dentro do Brasil e um sistema capitalista onde a prioridade não é o ser humano, não é o homem; diferente de Cuba, onde o cidadão, o povo, a pessoa humana é o maior patrimônio.

Ficamos impressionados com o nível dos avanços tecnológicos, científicos e da modernidade na área da saúde, conforme já foi falado pelos nossos colegas. Em Cuba a mortalidade materna é zero e isso é muito impressionante, ninguém morre por questões de complicação de parto como acontece aqui no Brasil por falta de assistência.

Foi erradicado o analfabetismo, não existe analfabeto. As crianças entram às 07h00 e saem às 17h00 das escolas, escolas estas, organizadas, de quinze a vinte alunos em cada sala, com equipamentos modernos para atendimento à criança, porque lá o Governo sabe que quando investimos em educação, realmente, investimos no futuro do desenvolvimento do progresso na Nação. É muito interessante o processo educacional em Cuba. Lá as crianças é que mostram a escola, elas sabem tudo da sua escola, desde a biografia do nome da escola até quantos alunos são matriculados, quais as matérias, discussões, é realmente comovente ver o envolvimento da comunidade e do povo cubano na questão da educação.

O horário que as crianças passam na escola, das 07h00 até às 17h00 fora as aulas normais, elas têm aula de música, de línguas, de educação física, teatro, enfim, tudo dentro da aptidão da criança.

Visitamos também a Universidade Pedagógica de Cuba. Lá os professores, ao mesmo tempo que capacitam-se, já trabalham nas escolas que existem dentro da própria universidade, de primeiro grau que lá eles chamam de “pioneiros” e também o que nós consideramos segundo grau. Como lá não existe a exploração dos cursinhos para vestibular, há um turno que é de preparação dos alunos para entrarem na universidade. Então, os professores, ao mesmo tempo que são formados, já trabalham dentro da universidade, nas escolas. Existe também em Cuba o atendimento às crianças portadoras de necessidades especiais, crianças cegas, autistas, surdas-mudas e outros problemas de paralisia.

Evidentemente vamos apresentar tudo isso num relatório, vamos entregar a cada deputado, para acompanhar melhor essa experiência que aqui é muito pouco tempo para relatarmos.

Não poderíamos deixar de falar da área de saúde. Como já dissemos, visitamos um hospital público onde existem quase mil leitos, novecentos e oitenta leitos, quarenta especialidades e a população tem um atendimento de primeira linha.

É evidente que existem problemas, como o sucateamento das estruturas, a frota de carros é de 1940, é um verdadeiro museu de carros antigos e também problemas do ponto de vista do desenvolvimento das cidades, geração de renda, empregos. Um professor, um médico em Cuba ganha muito pouco, mas tem a garantia da sua residência, da educação dos seus filhos e da saúde subsidiada pelo Governo. É uma outra história, outra realidade e, realmente, foi uma grande oportunidade até para conhecermos um pouco melhor aquele país que só conhecíamos por meio da literatura.

O secretário da Educação empenhou-se significativamente em Cuba, assinou vários convênios com a área de educação; nos acompanhou também a secretária financeira da Itaipu Binacional, Gleice Rofman, nossa companheira do PT, que também assinou um convênio para instalação de um hospital de doenças tropicais, que Cuba é bastante avançada nesse sentido. Foi uma carta de intenções assinada e, posteriormente, o convênio vai ser assinado.

Não poderíamos deixar de visitar, estando em Cuba, a Federação das Mulheres Cubanas. É uma federação extraordinariamente importante. A valorização das mulheres em Cuba, companheiras deputadas, é realmente impressionante. Cuba tem seis ministras e vinte e nove vice-ministras.

Não existe uma decisão do Governo Cubano que não passe pela Federação das Mulheres Cubanas. Lá, realmente, a mulher é ouvida, a mulher ocupa cargos públicos, cargos de mando, cargos de poder, de decisão. Então, realmente é fantástico como existe o respeito pela mulher cubana, principalmente porque todo o processo da revolução as mulheres tiveram papel fundamental.

Em 1961, quando foi proposta a campanha de alfabetização em Cuba, em um ano Cuba foi alfabetizada. As mulheres representavam 70% dos participantes daquela grande campanha de alfabetização.

É muito interessante vermos como apesar de todas as dificuldades, de todo embargo, do mundo ter virado as costas para Cuba, como Cuba resiste e resiste porque o seu povo participa do processo de apesar de ser uma ditadura de esquerda. Temos as nossas dificuldades em entender várias questões, mas é muito impressionante ver a defesa do povo cubano àquele regime.

Perguntávamos se não havia oposição em Cuba. O que foi colocado, que nas últimas eleições 3% dos cubanos votaram contra Fidel. Então, também há oposição em Cuba, há oposição em qualquer lugar do mundo, mas esses 3% é do povo cubano que não aceita a ditadura da esquerda, são igualmente tratados com dignidade, recebendo todos os benefícios como cidadãos cubanos.

Teríamos muitas outras coisas para colocar, mas o tempo é curto, vamos depois apresentar o relatório junto com os companheiros Stica e Jocelito Canto.

Queria dizer que, em Londrina, o governador Roberto Requião volta pela quarta vez, levando recursos.

Junto com o prefeito Nedson Micheleti, inauguramos escola no Patrimônio Regina; inauguramos uma obra esperadíssima e bastante solicitada pela população da região sul que é o Corpo de Bombeiros e também para o lançamento da Patrulha Escolar no Colégio Vicente Rige.

Portanto, várias ações do Governo Roberto Requião, que tem a sua proposta a interiorização, a participação mais efetiva do governo no interior do Estado. Londrina, sem dúvida nenhuma, tem sido uma cidade bastante respeitada pelo governador Roberto Requião.

Era isso, senhor presidente. Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, último orador inscrito, deputado Plauto Miró Guimarães.

#### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhores deputados.

Venho à tribuna hoje, para tecer alguns comentários sobre o que estou vendo no nosso Brasil, no Governo Federal.

Antes de entrar nesse assunto, quero parabenizar a deputada Elza e os demais deputados do município de Londrina que estão recebendo recursos do governo do Estado do Paraná, enquanto em nossa cidade de Ponta Grossa, muito pouco chega.

Tivemos o governador lá, no ano passado, em uma solenidade muito bonita, com muitos servidores públicos - aqueles que ocupam os cargos de confiança do Governo, e o governador, deputada Cida, anunciou trinta milhões de reais para a nossa cidade de Ponta Grossa para a construção de casas, obras de infra-estrutura, enfim, para várias áreas, e até agora nada lá chegou! Está aí o último prazo para licitação, que é o mês de junho, e se até lá elas não acontecerem, nós não teremos a condição de ver essas obras na nossa querida Ponta Grossa. O tempo está correndo e nós estaremos acompanhando para, inclusive, cobrar do Governo do Estado as promessas que foram feitas na nossa cidade, da liberação de trinta milhões de reais. Parabéns aos deputados de Londrina, porque nós em Ponta Grossa realmente estamos tendo dificuldades junto ao Governo para liberar os recursos que ela merece, acredito eu, porque deu a vitória ao Roberto Requião nas eleições do ano de 2002.

Mas o que me traz aqui, senhor presidente, é uma análise profunda que faço olhando as últimas décadas, olhando os últimos anos: o compromisso que o Partido dos Trabalhadores assumiu perante a população brasileira, o Brasil novo que iria ser construído no momento em que o Partido dos Trabalhadores chegasse ao Poder maior do nosso Brasil, à presidência da República. E, para chegar na presidência da República e para fazer o projeto que o Partido dos Trabalhadores queria, precisava também ter o apoio do Congresso Nacional. E a população brasileira correspondeu ao chamado do Partido, ao chamado do presidente da República e, maciçamente, elegeu o Lula, presidente. Uma grande

Bancada de senadores e deputados federais foi eleita pelo Partido dos Trabalhadores e Partidos aliados na campanha eleitoral e o Brasil novo que nós tanto esperávamos, junto com milhões de brasileiros, é o Brasil que está aí!

Escutei, nos últimos dez ou quinze anos, a promessa do combate à fome dos brasileiros, que passam fome nos quatro quadrantes do nosso Brasil; o Brasil da igualdade social, todos tendo uma condição semelhante; o Brasil da ética na relação política, na convivência política e da posição política; o Brasil de combate à corrupção, o Brasil que faria um combate maciço à corrupção; o Brasil do governo dos trabalhadores, dos pobres, dos humildes. E o que estamos vendo neste um ano de governo no nosso País?

Estamos vendo, sim, um presidente da República - oriundo dos trabalhadores - que não gosta do Brasil, pouco aqui pára. Mais de sessenta viagens fez só no primeiro ano. Bateu o recorde dos demais presidentes que estiveram à frente do governo brasileiro!

Está aí um governo que gosta de viajar com segurança! Todo presidente tem que viajar com segurança, sim, mas, foi lá no outro continente comprar um avião de cinquenta e sete milhões de dólares, cento e setenta milhões de reais e em um momento em que nós ouvíamos que o Brasil passa por dificuldades e tem que economizar! Sim, o presidente mandou comprar este belo avião para poder, com certeza, ampliar as suas viagens nesses próximos anos de governo, pelos quadrantes do nosso planeta!

Vemos também o governo que de onze milhões de desempregados, passou para treze milhões, só no primeiro ano de governo! Um governo que ficou de resolver os problemas da reforma agrária no nosso país e o que nós vemos?

Conversa! Recursos cortados do Incra, recursos que foram tirados dos investimentos nos assentamentos da reforma agrária no nosso País e, em especial, no nosso Estado do Paraná! Está aí a fazenda Araupel, que muita conversa ouvimos e até agora nada aconteceu, companheiros! É só conversa!

#### (Passa a fazer uso do Horário da Liderança do PFL)

E para concluir, quero aqui dizer ao Valdomiro Diniz, aquele que tornou-se símbolo neste novo governo, da corrupção, o símbolo da corrupção dentro do Palácio do Governo.

Tenho aqui, senhor presidente e senhores deputados, uma matéria de lá, no passado, quando o presidente Lula, ainda sindicalista, falou no momento em que se pedia e corria dentro da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, um pedido de CPI para investigar a negociação da reeleição do presidente anterior. Olhe a declaração clara do presidente ético Luiz Inácio Lula da Silva. Eu diria que o presidente está tomando uma posição covarde: "Quem não deve, não teme! Lula em

2000.”, sobre o esforço do Fernando Henrique para evitar a CPI sobre a denúncia contra o Eduardo Jorge, que tinha uma posição semelhante também ao Valdomiro Diniz.

Companheiros! Companheiros! A ética está indo por água abaixo! Tudo aquilo que vocês pregaram nas últimas décadas está fugindo, desaparecendo! Estão caídos todos na mesma planície, todos juntos! Aqueles que no passado não queriam as CPI's, hoje querem! E aqueles que queriam veementemente, hoje não querem mais! Vamos investigar! Vamos fazer aquilo que o Lula falou! Vamos analisar! Vamos cair na realidade; Porque, de conversa, o Brasil está cheio!

Obrigado, senhor presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Horário do Grande Expediente, com a palavra o deputado Fernando Ribas Carli, pelo período de trinta minutos.

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente e senhores deputados.

Em primeiro lugar, quero aqui saudar a todos os deputados neste início de legislatura. Dizer que é uma honra poder participar nesta Casa, ao lado de cada um das senhoras e dos senhores deputados.

Quero também aqui realçar e ressaltar as palavras proferidas pelo ilustre deputado Plauto Miró Guimarães, líder do PFL, quando faz suas colocações a respeito do que acontece no contexto da política nacional. Mas, deputado Plauto Miró Guimarães, não só lá em Brasília as coisas estão acontecendo. Aqui, no Paraná, elas estão acontecendo de uma maneira muito parecida. Tivemos há mais de um ano, senhor presidente, a instalação de um novo governo, de um novo governo que disse que vinha para mudar, para reformar, para encaminhar o Estado.

Nós assistimos, neste último ano que passou, uma grande quantidade de chacotas, de melindres, de brincadeiras, de gozações. Tanto é que a reunião que é realizada, às segundas-feiras, já foi batizada pela imprensa, como a Escolinha do Professor Raimundo. Foi lá, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, na Escolinha do Professor Raimundo, que funciona todas as segundas-feiras e tal qual na televisão, esta escolinha tem o Rolando Lero, o seu Boneco, o “Saúde é o que Interessa”, mas eles não têm pressa. Tanto é verdade que estão morrendo pessoas por falta de internamento, porque acabaram com a Central de Leite. Tem o Sambari Love, tem o Canabrava, minha gente, tem até o “seu Peru”. Todos eles bajulando o amado mestre. E foi nesse ambiente que o professor Raimundo, mais precisamente o governador Requião, resolveu me atacar, dizendo que existem, obras de escolas que estão paralisadas em Guarapuava porque o dinheiro não foi gasto nas escolas e foi gasto em campanha eleitoral!

O governador Roberto Requião deve uma explicação ao povo do Paraná, aliás, deve muitas explicações aos paranaenses! É esta cobrança que faço nesta tribuna,

senhor presidente, livre e democrática da Assembléia Legislativa, tem como motivação este ataque sórdido e rasteiro, uma calúnia torpe que sofreu nas semanas que passaram por parte deste desgoverno que hoje ocupa o Palácio Iguazu! E mais ainda, usando os meios de comunicação oficial que quero crer seja inconstitucional porque o Canal Paraná não pertence ao governador do Estado, pertence a todos os paranaenses e tornou-se um instrumento de propaganda política, tal qual faziam os nazistas! Esta é que é a verdade, tornou-se o Canal Paraná um grande canal de divulgação dos discursos e das posições do governador! Não é possível que o Sr. Requião continue a agir como se estivesse acima do bem e do mal, como se fosse um juiz de todas as causas, como se fosse o dono da verdade absoluta e incontestável.

As denúncias fabricadas sobre obras paradas em escolas de Guarapuava não passam disso, são denúncias fabricadas, acusações montadas, senhor presidente, versões falsas que escondem na origem um crime, um crime cometido pela atual administração do governador Requião. E certamente os senhores querem saber qual é o crime. O crime é a moratória que este desgoverno decretou no dia 6 de janeiro de 2003, logo depois de tomar posse no Governo do Paraná! Essa moratória é a responsável pela falta de conclusão das obras que foram denunciadas, com estardalhaço, pelo desgoverno atual! Esta é a origem da suposta irregularidade! Eu vou relatar aos senhores o que aconteceu:- em primeiro lugar quero dizer que não se trata de obras oriundas de emendas parlamentares, foram obras reivindicadas por este deputado para a cidade de Guarapuava, cumprindo o dever parlamentar de qualquer membro desta Casa, em levar melhorias, em levar recursos para os municípios que aqui representam! Quero dizer que eles estão mal informados e mal intencionados porque as obras não são escolas, não foram escolas não, foram, sim, canchas cobertas, em escolas estaduais! Escolas foram feitas, mais de 8 escolas novas, cada uma com mais de 10 salas de aula e foram todas concluídas, foram canchas cobertas em escolas estaduais! As obras foram licitadas pela Secretaria de Estado de Obras Públicas! Diversas empresas ganharam essas licitações, senhor presidente, foram 11 quadras! Em 7 quadras as empresas que ganharam tinham fôlego suficiente para tocar estas obras; agilizaram-nas, concluíram-nas até dezembro, entregaram a obra e receberam o que tinham para receber. As outras 4 canchas cobertas foram ganhas por empresas menores, sem capital suficiente para bancar a obra, dependiam de receber as medições. Receberam pelo que fizeram da medições até dezembro; a partir de janeiro se instalou o desgoverno e não pagaram mais, e é claro, estas empresas, sufocadas, pequenas micro empresas, não puderam dar continuidade na obra. Só que o culpado de isso estar acontecendo é o atual governo, que paralisou os pagamentos! E quero crer, senhores deputados, que é um fato muito curioso, depois de um ano de desgoverno, vem dizer que existem obras paralisadas.

Que governo é esse, deputado Rossoni, que leva um ano para ver que tem obras paradas? Este é o compasso, é a música que toca o atual governo. Mas isso não é e nunca foi novidade partindo do atual governador.

Lembro aos senhores que no seu primeiro governo, deixou mais de 20 mil casas populares começadas, a maioria delas somente com a viga de baldrame executada, em um convênio com as prefeituras, em que o Estado entrava com os recursos e as prefeituras com os terrenos. Quem as concluiu foi o governo que o sucedeu.

Isso sim é obra inacabada! Não fosse isso, senhores, estão aqui os documentos, quem quiser ver que venha. Estão aqui, 5 escolas estaduais. Ano 1993, gestão da Fundepar Maurício Requião, trocou apoio à sua candidatura de deputado federal. Cinco obras não foram concluídas e foram pagas na sua integridade. Três delas, o governo que o sucedeu, concluiu.

(Lê):

“E essa é uma das explicações que o desgovernador Roberto Requião deve ao povo do Paraná.

.....

Mas há muito mais a explicar aos paranaenses.

Vejamos uma delas: onde estão os 210 mil dólares enviados ao exterior no dia 19 de maio de 1998 pela mulher do então senador Roberto Requião?

Que fim teve o inquérito aberto pela Procuradoria Geral da República e pela Polícia Federal para investigar essa operação de lavagem de dinheiro?

Onde estão os laranjas usados nesta operação?

Onde está a Sra. Eliane Botelho Arevalo, que teve seu nome usado para mandar para o exterior os 250 mil reais depositados pela Sra. Maristela Quarenghi de Mello e Silva na agência do Banco Real na Avenida Vicente Machado, em Curitiba?

Onde estão os responsáveis pela agência da Caixa Econômica Federal em Parnamirim, no Rio Grande do Norte, que recebeu o dinheiro por um dia?

Onde estão os responsáveis pela Tupi Câmbios, de Foz do Iguaçu, que recebeu o dinheiro da Caixa Econômica e converteu tudo em dólares?

São respostas que o senhor Requião deve conhecer muito bem. São explicações que ele tem a obrigação de dar ao povo paranaense.

A Tupi Câmbios era uma grande lavanderia de dinheiro, talvez a maior da fronteira do Paraná com o Paraguai.

Segundo o procurador Celso Três, que fez as primeiras investigações das famosas contas CC-5, a Tupi era a “mais notória lavanderia de dinheiro da fronteira”.

Ela também está envolvida até o pescoço na lavagem de dinheiro investigada pela CPI do Banestado no Congresso Nacional.

Mas a remessa de dólares feita a partir de um depósito no Banco Real da Avenida Vicente Machado, em Curitiba, aparentemente nada tem a ver com o Banestado. Aparentemente.

Não quero levantar falsas suspeitas, como é prática corrente no atual desgoverno. Mas não posso calar diante da falta de explicações, da falta de respostas.

A Procuradoria da República e a Polícia Federal investigavam 8 contas fantasmas na agência da Caixa em Parnamirim, no Rio Grande do Norte, a pelo menos 3.500 quilômetros de Curitiba. As investigações começaram em julho de 1998, no Rio Grande do Norte, mas os índices que levaram à abertura do inquérito têm origem no Paraná.

A delegacia regional do Banco Central em Curitiba suspeitou do movimento de remessa de dólares para o exterior através de contas abertas no Banestado de Foz do Iguaçu e pediu à Procuradoria da República a abertura de inquérito.

Em seguida, as investigações levaram aos “laranjas” com contas correntes na Caixa Econômica Federal de Parnamirim, cidade próxima da Capital do Rio Grande do Norte, Natal.

Entre 20 de março e 3 de julho de 1998, as contas dos “laranjas” movimentaram R\$56 milhões - uma média diária de R\$1,3 milhão nos 43 dias úteis de operação.

A Procuradoria da República no Rio Grande do Norte não tem dúvidas sobre a ilegalidade que cercou os depósitos e saques nas contas dos “laranjas”.

Com a ajuda da Polícia Federal, ela descobriu que todo o dinheiro que passou pelas contas de fantasmas na Caixa Econômica de Parnamirim, foi parar na conta da Tupi Câmbios em Foz do Iguaçu.

Em defesa da mulher, o senhor Requião chegou a dizer que o dinheiro usado para comprar os dólares tinha origem legal.

O dinheiro seria oriundo da venda de um apartamento recebido por sua mulher em herança.

O imóvel estaria situado na Avenida Faria Lima, em São Paulo, e teria pertencido ao pai de Maristela, Leopoldo Quarenghi, morto há 22 anos.

Mesmo que a origem do dinheiro tenha sido legal, a Polícia Federal e a Procuradoria da República acham, com razão que toda a operação está sob suspeita.

E por que haveria suspeita de irregularidade? Ora, comprar dólares numa casa de câmbio, ainda mais com a intermediação de uma “laranja”, é, sim, caso para investigação policial.

Segundo documento da Caixa Econômica, que compõe o processo aberto pela Polícia Federal, os 250 mil reais depositadas na conta 4804-3, da “laranja” Eliane Botelho Arevalo na Caixa Econômica de Parnamirim, chegaram através de um DOC (Documento de Operação de Crédito) feito a partir da agência do Banco Real na rua Vicente Machado, em Curitiba.

Do Rio Grande do Norte, o dinheiro foi transferido por Eliane, com cheque assinado por ela, para a conta da Tupi Câmbios em Foz do Iguaçu e, de lá, para o Banco Del Paraná no Paraguai.

No total, a conta da “laranja” Eliane na Caixa Econômica recebeu depósitos no valor de

R\$8.704.600,92 - R\$4.159.336,67 em 29 cheques inter-agências e R\$4.545.264,25 em 29 DOC's eletrônicos, entre eles o DOC nº 722384, de Maristela Quarenghi de Mello e Silva.

Para transferir o dinheiro para a Tupi Câmbios, a "laranja" Eliane emitiu 72 cheques nominais, no valor de R\$8.689.295,00.

O cipoal que envolve os "laranjas", a Tupi Câmbios e o senador Requião e sua mulher tem diferentes versões, conforme o lado que se ouve.

Mas uma coisa é certa: um DOC eletrônico de 250 mil reais saiu de Curitiba e alimentou uma conta laranja numa cidade de 3.500 quilômetros de distância. Depois, viajou outros 3.500 quilômetros até Foz do Iguaçu, onde se transformou em 210 mil dólares, ao câmbio de R\$1,19 por um dólar, e de lá ganhou asas para o Paraguai.

Se tudo tivesse sido legal, por que haveria necessidade de o dinheiro fazer um passeio tão grande?

Se tudo fosse regular, por que esconder esse assunto do povo do Paraná?

Com a palavra o governador Roberto Requião. É ele quem deve explicações aos paranaenses."

Ontem ele esteve aqui e não deu explicações. Veio aqui para prestar contas. E tenho certeza, não só eu, todos os senhores esperavam, que ele viesse com sua eloquência, toda sua verve, demonstrar os novos rumos que o Paraná iria tomar, com um planejamento para o Estado nos próximos anos, com um diagnóstico efetivo do que virá a ocorrer no futuro do nosso Estado.

E o que nós assistimos foi, mais uma vez, um palanque eleitoral. Ataques em cima de ataques. Não foi capaz de definir um único projeto com visão de futuro!

Pensando no futuro dos nossos filhos e dos nossos netos, nós vimos, sim, um grande ritual de ataques. Mas, na verdade, quero lhes dizer, isto é uma grande, uma grossa cortina de fumaça que ele faz para encobrir o des-governo que aí está, para encobrir a incompetência de que nada fazem!

Agora, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, o pior de tudo, para mim, que ocorreu na sessão de ontem, foi o governador vir aqui tem 54 pessoas que talvez ele considere idiotas. Deu até "puxão de orelha" na Assembléia, dizendo que a Assembléia aprovou projetos que não deveria ter aprovado! Nunca o Poder Executivo pode se imiscuir no trabalho do Poder Legislativo! Veio aqui e disse mais, como se nós não soubéssemos fazer contas, como se aqui não tivesse engenheiros, administradores, empresários, como se aqui não existissem pessoas alfabetizadas, com inúmeras mentiras!

Primeiro, diz que o programa "Luz Fraterna", que o programa da tarifa social da Sanepar é o maior projeto de transferência de renda do nosso País. Está brincando conosco! Está brincando conosco! Será que ele não sabe fazer contas? Um só programa do governo federal, que já existia no governo anterior, por exemplo, o "Bolsa Escola" é um programa no mínimo vinte vezes maior que o seu "Luz Fraterna"! Aqui não tem idiota nenhum! Não

pense ele que aqui nós não sabemos fazer contas de somar, multiplicar, diminuir e dividir! Sabemos, sim!

Não venha ele dizer que cortou recursos, de uma ou de outra forma. Nós sabemos o que acontece, porque nós acompanhamos a execução orçamentária!

Vem ele nos taxar com a pecha de idiotas, dizer que com 70 milhões de reais ele faz a restauração e a conservação dos 10 mil quilômetros de estradas do Paraná! Isto é brincadeira! É brincadeira de mau gosto! Setenta milhões divididos por 10 mil quilômetros, dá 7 mil reais. Quero que alguém me prove que com 7 mil reais se restaura e se conserva 1 quilômetro de estrada em nosso Estado!

E por que não fez isto? Pelo que ele disse, ele fez uma economia muito grande. Então, este dinheiro - se 70 milhões é tão pouco - já deveria ter sido aplicado nas estradas e elas estariam nas melhores condições possíveis. Vir falar de pedágio! Será que ele esqueceu que ele é governador há um ano? Será que ele esqueceu que mandou um projeto para esta Casa pedindo autorização para fazer a encampação do pedágio, e que esta Casa votou por unanimidade o seu projeto? Inclusive com meu voto favorável e com minha declaração de voto, na tribuna, dizendo que votava pelo fim do pedágio!

E ainda vem falar que o pedágio é caro, Meu Deus! Assuma o Governo! Assuma uma posição de governador! Um ano já se passou! Vir querer jogar para a torcida, fazer discurso eloquente, dizendo que o pedágio é caro? Claro que é caro! Nós sabemos! E por que é que ele não baixa? Porque este engodo de reduzir praça de pedágio, dando mais um trecho, isto é presente que ele deu para uma das concessionárias.

Vir nos dizer, com todo o seu entusiasmo, que reduziu o ICM dos materiais de construção. Ora, meu Deus do Céu! Sabe o que ele reduziu? Foi publicado, está aí nas comunicações da Secretaria da Fazenda. Ele isentou do ICMS a areia e a pedra brita, que não representa 1% dos materiais de construção.

Eu queria ver na sua eloquência se ele isentasse de ICMS o cimento, o ferro, o material elétrico e o material hidráulico que são usados nas casas populares, porque estas são as coisas que realmente representa.

Então não venha dizer que fez redução, isenção de ICMS.

Os senhores tiveram a oportunidade, com a sua grande eloquência, com o seu entusiasmo fez aqui diversas citações em latim, como se estivesse peticionando em defesa do Paraná. Agora, por outro lado, o Estado perdeu prazo no Supremo Tribunal Federal, na questão dos bingos, deputado Rafael Greca. Perdeu prazo! Agora, o pior defeito que pode existir em um advogado, é perder prazo! Isto é coisa de estudante de Direito. Nem de estudante de Direito, porque é a primeira coisa que o estudante aprende nos bancos escolares: prazo!

Vejam só, perdem prazo!

De uma forma vem e, com citações em latim, querer demonstrar que é grande jurista. Por outro lado,

perde-se prazo numa questão que foi um “cavalo de batalha”. Por sinal nós temos um deputado, aqui, que sofreu na carne os horrores, que é o jogo do bingo, no qual eu sou favorável que se acabe.

Agora, perder prazo!

Deputado Dobrandino, homem sábio lá da fronteira, perder prazo, ou é incompetência ou é má fé! Não devemos esquecer que houve várias denúncias de que o bingo teria dado dinheiro na campanha do governo do Requião. Citaram nomes, que o deputado atual secretário-chefe da Casa Civil, Caíto Quintana e o secretário Romanelli teriam ido buscar o dinheiro. É a denúncia que existe. Precisamos verificar tudo isso.

Agora citou ele, também, deputado Plauto, revoltado contra a grande imprensa, - é bom que a imprensa saiba disso, escutou ontem, a grande imprensa, como ele tachou: os jornalões.

A verdade é a seguinte: quem não fala bem do governador vira jornalão ou jornaleco, porque jornal, nunca vai ser.

Ele chega dizendo que os jornalões estão contra o Paraná, a favor do poder econômico; criaram o risco Paraná.

Claro que existe o risco Paraná. Nós não estamos vivendo numa ilha.

Não vou entrar na questão do risco Paraná, para novos investimentos de empresas de outros Estados ou de outros países, embora eu não tenha essa xenofobia que eles têm, porque os investimentos que vieram para o Paraná geraram riquezas, empregos e estão gerando mais empregos no próprio governo, deputado Rossoni, porque faz propaganda que a produção industrial do Estado cresceu, que cresceu o número de empregos, tudo isso fruto de um trabalho anterior.

Não vou entrar no mérito desse risco, com esse investimento, mas vou entrar no mérito de um risco que existe e, que é muito simples de qualquer um dos senhores constatar: é só nós correremos o interior do Estado.

Vamos conversar com os nossos agricultores, vamos conversar com esses homens da mão calejada que estão lá em cima do trator, que estão na colheitadeira. Pergunte-lhes o risco Paraná, o risco Requião que implantou no Paraná, quando não permite que aqui seja plantada a soja transgênica! Esses mesmos agricultores terão que plantar a soja convencional, terão um custo de produção maior do que se tivesse plantado a soja transgênica. Na hora de vender, o preço é o mesmo, não tem diferencial de preço.

E quero dizer aos senhores, isso não é novidade, não.

Estávamos lá em Paris, o deputado Plauto, o vice-governador Orlando Pessuti, o deputado Miltinho Pupio, reunidos com os grandes compradores de soja do mundo. E essa questão foi colocada: a soja convencional teria um preço maior que a soja transgênica? E os grandes compradores disseram o seguinte: “para nós interessa preço”. Tanto é verdade que os chineses que eram a grande divul-

gação, que iriam comprar a soja orgânica do Paraná, no ano passado, até no meio de ano, tinham comprado 300 mil toneladas de soja geneticamente modificada do Rio Grande do Sul. E agora, no final do ano, voltaram para fechar um contrato de 500 mil toneladas, porque disseram que foi a melhor soja que chegou na China. Então, desmascara, cai por terra esse argumento.

O pronunciamento do governador no dia de ontem, demonstra, clara e rapidamente, que ele não mudou. É aquela estória: “pau que nasce torto, morre torto”. Ele não mudou. Continua sendo o mesmo embusteiro contumaz, pérfido, farsante. Construiu a sua carreira política em cima de dois pilares. Primeiro, na traição e segundo, na mentira. Traiu o falecido governador José Richa que o fez prefeito de Curitiba. Na sequência traiu o ex-governador Álvaro Dias que o apoiou na eleição de governador. E, para ganhar a eleição de 1990 de governador, a grande mentira: o caso Ferreirinha. Será que esqueceram do caso Ferreirinha? A história está aí! É só analisar!

Quero comunicar a todos desta Casa e a todo o Paraná, que os meus advogados já ingressaram com a emenda judicial para com o desgoverno que está aí, para com a pessoa que responde pelo desgoverno. Ele vai ter que provar em foro competente o que ele disse, as palavras que ele jogou ao vento. As palavras e a imagem que ele passou pela rede pública de televisão do Paraná para difamar um membro desta Casa. Ele vai ter que provar em juízo as acusações que fez. E quero lembrá-los que ele não é réu primário, não. Ele já foi julgado culpado por danos morais num processo que moveu um dos nossos desembargadores.

Por isso, perdoem-me os deputados, gostaria que pudessem me apartear. Tenho certeza que o aparte de cada um dos senhores iria enriquecer muito mais esse debate.

Tenho certeza que esse pronunciamento vai proporcionar outros e nós teremos condições de continuar nessa linha, porque vou procurar saber na Procuradoria, na Polícia Federal, como está o processo dos dólares. Queremos saber dessas obras, elas são realidades, estão paradas e foram pagas. Está aqui o relatório do Tribunal de Contas, estão aqui todos os documentos. Vou querer saber de tudo isso. Queremos saber, por exemplo, a questão da soja que sumiu. Eu acredito, deputado Leite, que lá em Paranaguá tenham pulverizado o tal de “doril”, porque sumiu um mil e seiscentas toneladas de soja! Até agora inquérito policial e nada se resolveu!

Senhores, quero, ao finalizar as minhas palavras, fazer um desafio ao governador Requião, ele que disse que tem escolas paralisadas em Guarapuava, que não foram concluídas porque o dinheiro foi usado em campanha, primeiro, já expliquei que não são escolas, são quatro canchas cobertas, mas o desafio que eu faço é o seguinte: quero ir com o governador em Guarapuava, juntamente com todos os senhores deputados para serem testemunhas e vamos ver se existe uma sala de aula que

tenha sido construída pelo governador Requião no seu outro mandato e neste primeiro ano de mandato.

É o desafio que lhe faço. Vamos ver se ele encontra uma obra na minha cidade. Gostaria que todos os senhores participassem dessa viagem a Guarapuava como testemunhas do fato de que não vamos encontrar em escolas de Guarapuava sequer uma latrina que tenha sido construída pelo governador Requião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário das Lideranças.

Consulta as Lideranças do PL, PSL, PPS, PSB.

(**Declinam**)

Consulta a Liderança do PTB se fará uso do seu tempo.

Com a palavra, o deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados:

Depois desse belíssimo pronunciamento do deputado Fernando Ribas Carli, eu, atentamente acompanhando o seu pronunciamento, chamou-me a atenção dois tópicos do seu discurso.

Primeiro, a questão da saúde que, realmente, temos problemas no Paraná, mas na nossa região de Ponta Grossa temos que agradecer o que foi feito. Segundo, deputado Carli, preste atenção no que irei falar. V. Exa. falou que o governador Requião o atacou, falando de obras inacabadas que ficaram do Governo anterior para o atual governo. Pois bem, vou dar um testemunho a seu favor: em Ponta Grossa, quando o governador Roberto Requião deixou a Cohapar, ficaram quatrocentas e oitenta casas inacabadas em Ponta Grossa que foram concluídas no Governo seguinte, numa parceria, acabamos com o programa Casa da Família e criamos um programa em que o povo construída contratando pessoas e aí terminamos o Núcleo Pimentel. Isso é verdadeiro! Ficaram quatrocentas e oitenta casas que terminamos como prefeito. O senhor tem toda razão.

O que mais me preocupou é que V. Exa. falou nesta tribuna, em bingo. E quando fala-se em bingo aqui eu não sei o que acontece que tem gente que treme! Ou ganha dinheiro do bingo ou tem o “rabo preso” com o bingo ou mexe nas “bicha” quando fala-se de bingo!

Eu queria, deputado Carli, falar a V. Exa. que me preocupe com a situação do bingo, porque V. Exa. falou que durante a campanha aconteceram denúncias no Paraná de que pessoas ligadas ao atual Governo foram denunciadas por um jornal de que estariam envolvidas com dinheiro do bingo na campanha e isso o senhor disse aqui nesta tribuna.

Estamos vendo, senhores deputados, a Assembléia do Rio de Janeiro abrir uma CPI para investigar os bingos; recentemente os jornais do Paraná e do Brasil noticiaram que há ramificações nos bingos de pessoas

envolvidas aqui no Estado do Paraná. A notícia está sendo veiculada pela imprensa nacional de que aqui no Paraná existem pessoas envolvidas com o Sr. Valdomiro Diniz e o deputado Carli vem a esta tribuna e também levanta uma suspeita de que pessoas podem estar envolvidas também na questão do bingo aqui no Estado do Paraná.

Esta Casa tem por dever prestar atenção no que acabamos de ouvir. Estamos vendo um escândalo em nível nacional, que envolve um homem ligado diretamente ao presidente da República, do outro lado estamos vendo que na campanha anterior os jornais publicaram notícias de que pessoas do atual governo receberam dinheiro dos bingos. E o que mais nos chama a atenção: que era que o governo Lula apoiava aqui no Paraná, na eleição passada?

Não apoiava o Álvaro Dias! E quem apareceu nas manchetes que estava sendo acusado de receber o dinheiro dos bingos? É só pegar a história que vamos ver que na campanha aconteceu a denúncia que o dinheiro do bingo também estava no Paraná.

Senhor presidente, para concluir, gostaria que esta Casa ficasse atenta, porque aonde tem fumaça tem fogo. E, certamente, depois da denúncia do deputado Carli, temos que ficar atentos porque se no Brasil rolou dinheiro dos bingos, aqui no Paraná também pode ter rolado. E pessoas que estão disfarçadas hoje de cordeiros, lá nas eleições eram os verdadeiros lobos.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PT, com palavra deputado Elton Carlos Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhores membros da Mesa, deputada de Maringá, Cida Borghetti, que representa a Mesa neste momento, senhores deputados, povo do Paraná, imprensa aqui presente.

Em nome da Liderança do PT, não podia deixar de manifestar neste dia, em função das colocações já feitas aqui neste Plenário.

Tenho orgulho de pertencer ao PT, do governo Lula e dos partidos aliados, que têm como meta sim, democratizar o país, a pessoas vinculadas ideologicamente que governavam o País há 500 anos.

O Brasil está sendo trabalhado com muita seriedade para melhorar a sua situação internacional e o Brasil tem tido o maior reconhecimento internacional no último ano, do governo Lula. E todos sabem disso.

O governo Lula lidera um processo internacional para colaborar inclusive com os países mais pobres que buscam o seu desenvolvimento econômico.

O governo Lula tem respeito invejável e que todos reconhecem, tem viajado no mundo levando empresários, muitas vezes para buscar espaço para as suas empresas nas questões internacionais.



No ano passado, aqui no Paraná a China comprou 200% a mais. Exportamos mais, comparando ao ano de 2002.

Um exemplo, que os negócios com a questão internacional serão boas. E neste sentido nós avançaremos.

O governo federal, tão logo teve a denúncia desse bicheiro, demitiu imediatamente e mandou investigar e apurar todos os fatos.

E aqui no Paraná, se não me falha a memória, o finado Oswaldo Magalhães, quando foi denunciada a questão da corrupção do Banestado Leasing, ainda o promoveram secretário de esportes, não tomaram as providências.

No governo Lula sim, se tomam as providências e se apuram os fatos.

Aqui no Paraná também, quantos e quantos convênios terceirizados fraudulentos que foram anulados e investigados com profundidade.

No dia de ontem, veio aqui a proposta para corrigir a distorção salarial dos professores. Projeto que tramitará em breve nesta Casa. Hoje mesmo a Comissão de Justiça analisará.

Também deu entrada um projeto formidável para o setor agropecuário do Paraná, que é o fundo de aval, deputado Stica, que já foi aprovado no ano passado por todos aqui. Dois milhões de reais para ajudar os nossos pequenos agricultores. É um governo que tem projetos.

E o governo Lula, está sim discutindo com o setor produtivo, está debatendo amplamente com os partidos aliados para mudar o Brasil, para colocar o Brasil cada vez mais em um cenário político positivo. O risco Brasil, quando Lula assumiu, era dois mil e quinhentos pontos e abaixou para em torno de quinhentos. Os juros, logo no início tivemos que subir um pouquinho para dar confiança internacional e caiu dez pontos só no ano passado e a tendência é cair mais. Isso é um sinal que o capital especulativo vai diminuir e vai ser investido no setor produtivo e a economia vai voltar a crescer. Infelizmente, no caos que o Brasil estava, na situação que estava ainda não conseguimos alavancar o desenvolvimento tão necessário para este país, para distribuir melhor a renda para o povo brasileiro, para trabalhador tão sofrido, que foi sempre muito explorado!

O Bolsa Família já aumentou o dinheiro para tirar a miséria de muita gente, para que as pessoas tenham um mínimo de renda para sobreviver. E aqui no Paraná a questão da energia elétrica e da água de graça, são programas que vêm ao encontro dos excluídos da sociedade. Tenho orgulho de pertencer ao governo Lula e, graças a Deus, estamos combatendo a corrupção, Operação Anaconda, e tantos outros pontos que estão tramitando. O PT defende, sim, a CPI das campanhas e aí sim vamos ver aonde é que vamos chegar. Agora, nós queremos o positivo neste País! Nós queremos o que é certo, queremos avançar, fazer com que o Brasil realmente cresça.

Infelizmente ou felizmente, é importante que exista a Oposição - é natural que seja importante! Mas, as

coisas vão mudar devagarinho e vão melhorar com toda certeza! Os sinais se apresentam por aí e nós temos toda a satisfação de lutar e defender e, agora na qualidade de Líder da Bancada, fazer com que realmente as coisas melhorem e nós sempre agiremos na melhor das intenções para que o povo brasileiro, o povo paranaense tenha a atenção devida. E não tenho dúvida que se pegarmos o Orçamento aprovado pela União no ano passado, este ano terá pela menos, apesar de que houve um corte pequeno, mais de dez bilhões de reais em investimentos e isso será revertido para os Estados e para os Municípios, para o orgulho do povo brasileiro e do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

No horário da Liderança do PSDB, com a palavra o deputado Valdir Rossoni.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Senhor presidente, senhores deputados:

A grande verdade, o que o deputado Carli, fez aqui, talvez seja um marco na história desta Casa. Quem ouviu o governador Requião no seu primeiro governo e ouviu ele ontem, não mudou nada do seu discurso! Ele procura esconder o que ele não faz em cima da sua agressividade, do seu arrojo.

Veja, deputado Rafael Greca, V. Exa. que conhece talvez Curitiba como ninguém - garanto que se andasse dentro de um carro de olho fechado, diria o nome da rua só pelo barulho que está fazendo. Mas o governador Requião veio aqui ontem e falou do Mundo que está errado e, segundo já se fala entre os entendidos, dizem que o governador Requião, no seu primeiro governo, se achava um ser supremo, quase um Deus.

Agora, no segundo governo, ele já tem certeza que é um ser supremo, um homem todo-poderoso. Esta é a grande verdade: ele mente. O deputado Carli está com toda a razão e o pior mentiroso é aquele que acredita na sua própria mentira.

Eu estou entrando com um requerimento apenas aqui e tenho vários sobre o seu pronunciamento, mas o tempo não vai me permitir de fazer o comentário. Um disse que os credores de 200 milhões de reais, deputado Durval Amaral, não compareceram para receber. Você acredita que algum credor não compareceu para receber. É só no mundo onde é governado por esse ser supremo. Porque no Brasil, eu não acredito.

Outra questão: um homem que vem aqui, que já governou o Paraná que acredita que vai nos enganar, que nós não sabemos fazer conta e que não andamos nas ruas do Paraná, principalmente, na Capital?

Quero dizer aos senhores que a minha família é pequena em Curitiba. Tenho uma filha, um filho, um genro, uma esposa e eu. No último ano todos nós fomos assaltados. Na última semana, deputado Durval Amaral, a minha filha se formou. No momento da cerimônia, no Teatro Guaíra, em que passava para as pessoas uma rosa, oferecida pelos formandos, eu recebi

uma rosa da minha filha, tinha um senhor de idade do meu lado, assistindo aquela cerimônia. Vi aquele homem de cabeça branca e passei a rosa para ele, até que viesse a minha. Ele me disse: Senhor, não tenho ninguém que está se formando. Estou aqui por causa dos meus parentes, porque o meu filho foi assassinado. Ontem fui em uma loja de automóveis, aqui em Curitiba, de repente chegou uma pessoa da família Madalosso, que na sexta-feira foi morto o seu sogro, com cinco tiros, em uma rua de Curitiba.

O governador do Paraná esqueceu que precisa cuidar da segurança. Diga-se de passagem, o Paraná está mal de secretário da Segurança. Primeiro teve o governador, que foi demetido por si próprio por incompetência. Agora, temos um secretário que está fazendo experiência na Secretaria da Segurança e o Paraná em polvorosa. Estamos virando a Rocinha do Rio de Janeiro.

Eu teria tantos assuntos, mas vamos voltar a falar dos companheiros do Valdormiro. Ora, minha gente, não vamos nos enganar! O Valdormiro morava no mesmo apartamento do Zé Dirceu. O mínimo de alguém que quer ser sério teria que fazer, era pedir demissão. Porque um homem que foi indicado doze anos, para cargos no governo do Rio de Janeiro, do governo federal, em todos os cargos e que dormia na minha casa, dizer que não tenho nada com isso e que, agora, não querem a CPI. Estou vivendo em outro mundo e poderia fazer outras considerações. mas não estou mais reconhecendo os companheiros do Valdormiro.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

No Horário do PDT, deputado Neivo Beraldin.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Senhor presidente, vou usar o horário do PDT, para lembrar aos membros da Comissão de Fiscalização na Assembléia Legislativa, que amanhã, às 11h00, estaremos realizando uma reunião no Plenarinho desta Casa, onde iremos tratar de diversos assuntos, entre eles, a questão do desvio de soja do Porto de Paranaguá.

Vamos tratar de aluguéis de automóveis que o Governo tem e outros assuntos já deliberados na Sessão da última reunião da Comissão de Fiscalização a qual eu tenho o prazer de presidir. Este ano será um ano que daremos prioridade a esta Comissão tendo em vista que no ano que passou estivemos, junto com outros companheiros, empenhados na CPI do Banestado.

Mas também, senhor presidente, senhores deputados, é um momento por demais importante e não pode passar em branco no dia de hoje, aliás quantos anos, quantos deputados se revezaram nesta tribuna para pedir a presença de um canal de televisão que transmitisse ao vivo, os pronunciamentos dos representantes da população do Paraná? Pois bem, hoje é chegado o dia, para confirmar um compromisso que o presidente Hermas Brandão dizia no final do ano que teríamos uma televisão transmitindo, ao vivo, as Sessões da Assembléia Legisla-

tiva. Ontem encontramos aqui na Casa o secretário de Estado da Indústria e Comércio, Luiz Mussi, que nos afirmava:- o canal 21 estará transmitindo ao vivo todas as Sessões e todos os momentos dos representantes do povo do Paraná.

Então, este é um momento de engrandecimento do parlamento, este é um momento que vai possibilitar à população do Paraná conhecer quem fala e porque fala, porque se emociona, porque se empenha em defender a população que, muitas vezes, não sabe porque não tem um canal de televisão para assistir.

Obrigado canal 21, obrigado Secretário Luiz Mussi por permitir que o Paraná tome conhecimento da situação, do trabalho, da magnitude do trabalho dos seus representantes que são os deputados estaduais!

Muito obrigado.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, nós nas últimas Sessões de 2003 entramos com um requerimento nesta Casa pedindo esclarecimento sobre a distribuição de verbas da Secretaria da Comunicação, sobre a Luz Fraterna, onde duas rádios receberam valores exorbitantes e ainda não recebemos a resposta de um Governo que tem a determinação do governador de responder isto rapidamente.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Rossoni, esta presidência vai pedir à assessoria da Mesa que providencie a resposta se a tiver, se não, que amanhã lhe dê a devida explicação com relação a esta questão.

Com a palavra o deputado líder do Governo, Ângelo Vanhoni.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Senhor presidente, senhores deputados.

Subo à tribuna hoje para, rapidamente, fazer um debate esclarecedor com o deputado Fernando Ribas Carli, da cidade de Guarapuava.

Deputado Ribas Carli, há um documento de uma Secretaria de Estado, a Secretaria de Obras do Estado do Paraná que identifica na cidade de Guarapuava, três escolas. V. Exa. tem razão quando diz que se trata de canchas, que se trata não de escolas mas de obras nessas escolas, e o resultado desta investigação apontou a seguinte conclusão: - primeiro lugar: - algumas dessas obras estão com praticamente 60 a 70% do recurso que foi pago e a realização física dessas obras apresentaram, no momento da investigação feita no ano passado, na cidade de Guarapuava, a realização de 5% das obras. Então o que aconteceu? 5% foi realizado, seja de uma cancha, seja do assoalho de um pátio ou seja da construção de algum galpão em alguma escola, algum laboratório, 5% foi construído mas 60% foi pago.

O senhor, como administrador público, como prefeito que foi da cidade de Guarapuava, concorda comigo que isso não é da boa prática da condução dos

negócios públicos. Pagar mais quando se faz menos. O senhor sabe disso. O levantamento feito pela Secretaria demonstrou essa irregularidade. A mesma construtora apresentou essa irregularidade e ela é responsável pelas três obras identificadas. Outro problema trazido à luz pela auditoria, diz respeito ao material utilizado que não correspondia com aquilo que estava prescrito no projeto físico. O Governo do Estado fez o seguinte: diante deste laudo organizado pela Secretaria de Obras do Estado do Paraná enviado ao Tribunal de Contas do Estado e a Procuradoria Geral do Estado para que tomem as devidas providências. Em função da irregularidade verificada responsabilize-se aqueles que cometerem algum delito em relação à conclusão ou não dessas obras. Se V. Exa. tem alguma responsabilidade sobre isso, eu, como deputado estadual e líder do Governo, não tenho como afirmar. Conheço V. Exa. e não tenho como afirmar se V. Exa. tem alguma responsabilidade sobre isso.

No entanto, diante das afirmações do governador do Estado de que V. Exa. tem alguma responsabilidade sobre isso, acho que V. Exa. está no caminho correto. Deve argüir judicialmente a interpretação dada pelo governador do Estado em relação à sua participação nesse episódio, em relação às emendas da cidade de Guarapuava e a liberação desse recurso. De outra sorte, acho que é esse o patamar do debate. Agora, V. Exa. utilizou a tribuna não só para isso. Utilizou a tribuna para defender o Governo passado, defender a situação de que o Estado do Paraná se encontrava no passado. V. Exa. praticamente defendeu de forma elegante, de uma forma envolvente que a Copel continuasse o seu processo de privatização e de abandono e de deterioração. V. Exa. defendeu que a Sanepar que é uma companhia que deve trazer água e V. Exa. que tem curso ligado a área da saúde sabe que água é fundamental para a vida humana sob dois aspectos: o primeiro que traz água potável e encanada para os cidadãos poderem garantir a sua sobrevivência; e o segundo na coleta do esgoto e tratamento dessa água para não prejudicar o meio ambiente. E na coleta de esgoto para não permitir que as doenças que se proliferam na natureza, para que elas não incidam nos seres humanos.

Deputado Ribas Carli, o senhor sabe que nós podemos gerir a questão da água, que é de saúde, sobre a égide do lucro. E foi transferido para a iniciativa privada, vendido a preço de banana 40% das ações da Sanepar. A Copel que leva energia elétrica, que traz luz, foram feitos dois contratos um com Cien e outro com a El Paso. E esse contrato previa o pagamento de um bilhão e duzentos milhões de dólares e para comprar energia a Copel tinha que comprar energia a preço caríssimo, 42 dólares o mw. Enquanto a Copel vende aqui por 4 dólares. Então vejam o que estava sendo feito na administração pública do Estado do Paraná.

Não estava aqui ontem, mas o governador Roberto Requião nesses 14 meses tem feito o quê? E os paranaenses são testemunhas, tem feito a tentativa de

reestruturar o estado, enquanto um ente público com a capacidade de prover a melhoria da condição de vida dos paranaenses. Resgatou o controle da Sanepar em uma atitude corajosa, determinada, investindo e apoiando essa empresa, discutindo a ruptura de um contrato que é um contrato lesivo.

Pergunto, deputado Ribas Carli: se o senhor foi obrigado a fazer um contrato que é lesivo para si e para sua família, o senhor vai à justiça tentar rever essas condições do contrato ou não? É claro que vai!

Será que nós, brasileiros, será que nós, paranaenses, teremos que dizer sim a um contrato como o da Copel e obrigar a Copel a comprar um bilhão e duzentos milhões de dólares ao preço da energia elétrica de 42 dólares o MW, enquanto que aqui no Brasil o MW é vendido a 4 dólares e vinte! E a Copel não precisa comprar energia. A Copel é exportadora de energia. A quem beneficiaria esse contrato? A não ser a destruição da Copel e aos investidores argentinos!

Eu me pergunto: qual o governador não estaria à frente do Estado do Paraná na defesa dos interesses do nosso povo, não tomaria a mesma atitude que o governador Roberto Requião tomou? E acho que o governador tem razão quando fez uma crítica à mídia nacional, ao Jornal Valor, ao Jornal da Gazeta Mercantil, à Folha de São Paulo... que risco Brasil é este, que risco Paraná é esse? Será que está errado defender os interesses públicos do nosso Estado? Será que está errado defender a moralidade e a ética na conduta dos negócios do Estado, tendo como visão o ser humano, tendo como visão os princípios da coletividade?

#### O SR. JOCELITO CANTO

O tempo do deputado Vanhoni já passou.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Peço ao deputado Vanhoni que conclua o seu pronunciamento.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

Criticam o governador por causa do combate ao bingo. Escuta: há algo pior? Dois aspectos. Vamos ser sinceros: o que acontece com o bingo no nosso Estado e em todo o Brasil? Pessoas que vão jogar e que, muitas vezes, são inúmeros os casos, destroem a si próprios e à sua família. Sem falar que as casas de jogo, em nosso país e sabemos disso, têm servido para lavagem de dinheiro e para outras coisas. Está errado o governador em defender que o Brasil não tenha bingo? Nós precisamos de bingo para desenvolver o Brasil? Vamos ser sinceros: nós precisamos disso para desenvolver o nosso Estado, para trazer mais riquezas? Não, não precisamos é de governo sério, de governo que pensa nas pessoas, de governo que aplica corretamente o dinheiro e que economiza para aplicar no que é correto. E isso o governador do Estado está fazendo e os paranaenses têm orgulho. Talvez tenha errado na afirmação dizendo que os programas sociais

são os maiores do Brasil em relação ao governo federal. mas o governo de São Paulo, o governo de qualquer Estado da nação não têm um programa como o programa para alimentar as crianças desnutridas, as crianças que mais precisam, das famílias carentes, que não têm uma alimentação adequada e o governo, neste ano, está com 60 milhões de reais aplicados para levar leite às crianças. E se criança não tiver proteína, não tiver um desenvolvimento até dois anos de idade vai comprometer a sua saúde, a sua capacidade mental para o resto da sua vida.

Senhores deputados, desculpem-me, mas os senhores estão com saudades do governo do Jaime Lerner, nós estamos num bom governo, os paranaenses sabem disso, têm correções a serem feitas no governo, precisamos fazer muito mais, mas o governador Roberto Requião está correto e o norte é o interesse do povo do Paraná.

Muito obrigado.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Sinto a aflição do deputado Vanhoni como Líder, quando começa a defender o indefensável. Não são os deputados que estão com saudades do governador Jaime Lerner, são os paranaenses que começam a ter saudades. Porque é um governo incompetente que não soube nem terminar as obras de Guarapuava e eu vou a Elza...

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Rossoni, a Liderança da Oposição terá 9 minutos e vinte segundos como teve o deputado Vanhoni.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Não, eu quero discordar de V. Exa. dessa forma de encaminhamento, porque eu usei o Horário da Liderança do meu Partido e não me sinto inferior nem à Liderança do Governo nem da Oposição, de nenhum Partido, e eu tenho o mesmo direito de ter a sua condescendência e tempo para que eu possa falar o mesmo tempo que os outros vão falar. Então, se V. Exa. me der 30 segundos, eu concluo meu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Gostaria de saber se V. Exa. vai falar pela Liderança da Oposição ou não?

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Não. Líder da Oposição é nosso eminente deputado Durval Amaral. Mas, eu fiz uso da Liderança do PSDB e não tive a mesma compreensão de V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Mas, a Liderança da Oposição terá o mesmo tratamento da Liderança do Governo.

**O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO (Pela Ordem)**

Perfeito o seu encaminhamento, senhor presidente, senão o PMDB também exigirá o seu tempo de condescendência.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Eu não nego o direito do PMDB, porque o tratamento tem que ser igual.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Pela Ordem, senhor presidente. Eu também quero mais 10 minutos do PTB, que não tive.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. terá a sua questão de ordem respeitada, se há questão de ordem a decidir.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Então, vou encaminhar a questão de ordem. Estou colocando esta questão, porque não é possível que o líder do Governo sobe à tribuna e tenha um tempo diferenciado que os outros Partidos tiveram. Estou colocando esta questão de ordem, porque senão todos os partidos têm o mesmo direito de requerer este tempo. E eu estou reclamando em nome do PSDB. Mas, este tempo tem direito o PMDB, tem o PT, e nós voltaremos a todos os Partidos. Eu abro mão deste tempo, mas gostaria que V. Exa. não tivesse esta complacência com o líder do Governo, que está nervoso, hoje. Eu sinto isto, que o deputado Vanhoni começa a se amarrar nas amarras do desgoverno deste País.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Rossoni, apenas para esclarecer: não há questão de ordem a ser decidida. Desculpe, não há este entendimento. Nós não estávamos no Horário das Lideranças. Nós estamos no Horário da Liderança do Governo e da Oposição, que é um horário a parte, estabelecido na pauta. Não há questão de ordem a decidir. E apenas e tão somente nós teremos a complacência com a Liderança da Oposição, que teve a presidência com a Liderança do Governo. Às vezes, deputado Rossoni, quando o assunto é palpitante, etc e tal, se pede a compreensão. Se não dá, é anti-democrático. Se dá, acontece o que está acontecendo.

Pela Ordem, com a palavra o deputado Fernando Ribas Carli. Se não foi citado o artigo, a presidência não vai aceitar a questão de ordem.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Rapidamente, um esclarecimento. Deputado Vanhoni, eu imaginei que o senhor estava presente quando fiz meu pronunciamento. O senhor falou que não estava na Sessão de ontem. Então, quero lhe dizer, tudo o que o senhor disse ali, eu não disse. Eu, em momento algum, disse que sou contra a tarifa. O que eu disse foram outras verdades. O senhor confundiu meu discurso. Acho que o

senhor esqueceu da Sessão. Todos os deputados escutam o que eu disse. Acredito que o deputado Vanhoni se olvidou quando disse que não estava presente. Creio que hoje o senhor não compareceu a esta Sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Senhor deputados, vou pedir a compreensão de V. Exas., porque todos conhecem o Regimento. Questão de ordem para responder pronunciamento é impossível isto.

Com a palavra o deputado Artagão Mattos Leão.

**O Sr. Artagão Mattos Leão**

Senhor presidente, vosso encaminhamento é extremamente pertinente. Na hora em que houve a concessão de alguns minutos a mais, foi feito um contato visual com a Liderança da Oposição e esta não se manifestou na data oportuna. Portanto, agora não é mais o momento oportuno para que se façam estas colocações. E não existe questão de ordem a ser resolvida. Portanto, solicito a V. Exa. que encaminhe o andamento normal da Sessão.

**O Sr. Valdir Rossoni**

Eu preferiria que o deputado Artagão lesse o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Com a palavra a Liderança da Oposição, deputado Durval Amaral.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero inicialmente cumprimentar o posicionamento brilhante do deputado Fernando Ribas Carli na Sessão desta tarde. Um pronunciamento que fica registrado nos Anais da Assembléia, na história da Assembléia, porque todos nós, parlamentares, paramos neste pronunciamento do Carli para ouvi-lo. Deu-nos uma verdadeira aula de democracia e de respeito aos cidadãos e a posição inclusive do próprio governador. Na medida que afrontado que foi soube buscar na justiça e, também, através de um instrumento legítimo que é a tribuna, que o parlamentar tem todas as condições de usar, e usou o deputado Carli com muita maestria.

O deputado Carli abordou temas que marcam profundamente esse Governo que aí está. Ele abordou temas com todo dissabor que possa trazer, ele até se aprofundou com dados que eu até desconhecia, com relação à lavagem de dinheiro, onde o Banco do Estado do Paraná foi largamente utilizado.

O deputado Fernando Ribas Carli abordou no final do seu pronunciamento o sumiço da soja do Porto de Paranaguá, quando se esvaziaram efetivamente aquelas unidades de conservação, simplesmente a soja ao longo deste ano havia desaparecido, se não me engano até usou uma expressão maravilhosa: quem sabe até foram pulverizadas com Doril e a soja sumiu.

Foi o que o deputado Carli afirmou desta tribuna. Ele afirmou, também, e tratou do prejuízo que o Governo do Paraná tem dado aos produtores rurais com a questão dos transgênicos. Ele afirmou, também, sobre as obras paralisadas, que esse governo não teve a mesma tratativa que teve o governo anterior, quando assumindo obras paralisadas, inclusive citou algumas na cidade e Ipiranga, onde 100% do recurso havia sido liberado e as obras não foram executadas. Mas, mesmo assim, o governo que o sucedeu, no passado, o atual governador levou adiante essas obras ou algumas delas, porque elas eram realmente necessárias. Ele abordou que esse governo, não obstante ao prejuízo causado a todos os municípios do Paraná, simplesmente paralisou as obras.

Olha, com relação aos convênios firmados entre os municípios e o Governo do Estado, o Governo, para fugir à responsabilidade fiscal dessas obras, forçou os prefeitos do Paraná a assinar um termo de ajuste, onde os prefeitos se comprometiam a concluir essas obras, para que o Governo ficasse efetivamente isento da responsabilidade junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e junto ao Ministério Público.

Agora, os prefeitos que em boa fé assinaram esse termos de ajuste já estão se vendo com o Tribunal de Contas e com o Ministério Público, para concluir obras. Inicialmente era de responsabilidade única e exclusiva do Governo do Estado.

Sinceramente, o pronunciamento do deputado Carli foi brilhante, foi em bom e claro português. Não foi em latim.

Eu, sinceramente, com todo o respeito e admiração que tenho ao nobre deputado Vanhoni, e até entendendo a postura da Liderança do Governo, nesse momento simplesmente abordou um discurso e um pronunciamento brilhante de uma maneira totalmente enviesada, de uma maneira que em momento algum o deputado Carli abordou. Não abordou em nenhum momento questões como a Copel e questões como a Sanepar. Mas, é claro existem pontuações que foram feitas pelo deputado Carli, que são indefensáveis à Liderança do Governo e a esse Governo que aí está. Por quê?

O que nós estamos vendo no Paraná e eu ouvi atentamente o pronunciamento, ontem, daquela tribuna, do nosso ilustre governador, que ao invés de fazer um balanço das suas ações de Governo, simplesmente fez balanço negativo, uma agenda negativa que não fortalece o Paraná, não projeta o Paraná e apenas diminui a grandeza do nosso Estado.

Eu não ouvi, daquela tribuna, o governador se referindo a quantos quilômetros de estradas foram pavimentadas neste Estado, deputado Nelson Justus, ao longo dos 14 meses. Eu não ouvi quantos quilômetros de estradas foram restauradas. Eu não ouvi quantas ambulâncias foram distribuídas. Eu não ouvi da tribuna quantas creches foram construídas, quantos postos de saúde foram construídos. Eu não ouvi uma agenda positiva, que construa esse Estado. Não ouvi quantas indústrias vieram

para o Paraná ao longo desses últimos 14 meses. Mas tenho ouvido o clamor dos empresários, de empresas nacionais e multinacionais que me afirmam toda semana, que não entendem como um protocolo, um contrato firmado entre uma empresa privada e o Governo do Estado possa ser desrespeitado pelo Governo que aí está.

As multinacionais ficam mais perplexas ainda. Porque as nacionais ainda entendem os factóides lançados todos os dias pelo Governo que aí está, mas as multinacionais não entendem. Como é que um contrato entre uma empresa privada e um Governo de Estado possa ser desrespeitado. Não dá para entender.

Vejam, por exemplo, o veto ao meu projeto de lei, que impunha ao Procurador Geral do Estado a responsabilidade de entrar com a ação regressiva contra o governante ou secretário de Estado que por dolo ou culpa causasse dano ou prejuízo ao Estado, deveria o procurador, num prazo máximo de 90 dias, entrar com a ação regressiva contra o governante, conforme já prevê a Constituição.

O que vejo, o homem da moralidade, da integridade, da transparência administrativa veta um projeto dessa natureza. Por que veta? Veta, deputado Fernando Ribas Carli, porque sabe o prejuízo causado nos rompimentos dos contratos trarão um passivo ao Estado do Paraná, maior do que já tem no caso da construção da ferrovia da Central do Paraná.

Estamos contribuindo para inviabilizarmos no futuro esse Estado com um passivo, com precatórios que, efetivamente, as gerações futuras pagarão durante muitos anos o rompimento dos contratos. Rompimentos que coloca o governador mais a esquerda que o PT; mais a esquerda que o presidente Lula mas que os tribunais já estão lá a corrigir.

Aprovamos aqui, no afogadilho, a questão dos transgênicos. O que fizeram os tribunais superiores desse país? Simplesmente disse que a legislação que aprovamos é inconstitucional, é ilegal. Aprovamos aqui, no afogadilho, o rompimento unilateral dos contratos do Governo do Estado com o Itaú. E o que aconteceu? O Supremo se manifestou dizendo que isso é uma regulamentação do Bacen, estava na política de privatização dos Bancos e, portanto, deve ser respeitada.

Concluo, até porque não quero prolongar as minhas palavras e que possa trazer dissabores para alguns e alerta para muitos outros parlamentares.

Senhor presidente, temo muito pelo futuro do Paraná. Não podemos correr o risco de exterminar o futuro das nossas crianças. Não podemos correr o risco de criarmos um passivo no Paraná, onde todo o Paraná pagará muito caro nos próximos anos, por causa de uma política mais a esquerda do que, ao longo de muitos anos, pregou o PT. Uma afronta às instituições, aos contratos firmados. Uma afronta que promove o governante, mas gera um passivo imenso para toda a sociedade do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não é minha função enquanto presidente, principalmente substituindo aqui, mas acho que nós devíamos apressar, deputado Nelson Justus, V. Exa. presidiu esta Casa, a reforma do Regimento Interno. Acho, realmente, muito pouco cinco minutos para cada Liderança ou do Governo ou da Oposição, porque não faz bem para a vida democrática da Casa cortar um pronunciamento onde está se desenvolvendo um raciocínio, como foi o caso do acontecido hoje, embora procuremos ser justos com a Oposição e com a Situação.

O SR. NEIVO BERALDIN

Questão de ordem, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Ainda na esteira do seu pronunciamento, quando começou esta Legislatura foi constituída uma Comissão Interna da Casa para elaborar um novo Regimento Interno.

É oportuno que se pergunte quem é que faz parte desta Comissão e a que ponto anda esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vamos conversar amanhã com o presidente Hermas Brandão para ver isso.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 001/2004, subscrita pelo governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva instituir o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 002/2004, subscrita pelo governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva excluir dos incisos II, IV e V, do artigo 12, da Lei nº 14.275, de 29 de dezembro de 2003, as expressões “por projetos/atividades”. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 004/2004, subscrita pelo governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei complementar que dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 005/2004, subscrita pelo governador do Estado, constante do expediente, encaminhando proposta de Emenda Constitucional que altera a redação do inciso I, do artigo 124, da Constituição do Estado do Paraná, bem como a redação do *caput* do artigo 56, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescentando-lhe os parágrafos 4º e 5º, mantendo-se somente a redação do parágrafo 1º e transformando o parágrafo 3º

em parágrafo 5º. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Elton Carlos Welter, na qualidade de líder do PT, constante do expediente, indicando seu nome para a liderança do partido. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 009/2004, subscrito pelo deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, comunicando que devido ao término de sua licença para tratamento de saúde, está reassumindo suas funções parlamentares. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de resolução de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 029 a 034, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 044, de autoria dos deputados Barbosa Neto, Jocelito Canto, Reni Pereira, Doutor Luciano e Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.**

Para encaminhar, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Estamos encaminhando via esta Casa, este requerimento que requer envio de expediente ao governador do Estado, Roberto Requião, que pede algumas informações a respeito exatamente daquilo que falou o deputado Rossoni nesta Casa. Informações de como foi entregue aquela verba da Copel para as emissoras de televisão, rádio e jornais do Paraná.

Vou ler a cópia deste requerimento, que acho de fundamental importância que os senhores parlamentares ouçam.

Estamos enviando ao governador, para que solicite ao presidente da Copel, que nos encaminhe os seguintes documentos:

(**Lê**):

“REQUERIMENTO Nº

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, solicitando as seguintes informações e documentos, relativos à Companhia Paranaense de Energia - Copel, com base no Decreto 253, de 29/01/2003:

1) como ocorreu a contratação de publicidade para a Campanha Luz Fraterna?

2) Sob qual dotação orçamentária ocorreram os pagamentos?

3) Houve processo de licitação específico para a campanha? Em caso afirmativo anexar cópia do processo licitatório incluindo o parecer jurídico que o analisou, na forma da Lei 8666/93, e em caso negativo as razões da dispensa, acompanhadas de todos os documentos que a instruíram (ex.: consulta ao Tribunal de Contas e a respectiva resposta);

4) Qual o montante de valores reservados para aplicação em publicidade por esta empresa no ano de 2003? Como foi definido este valor e em que ocasião?

5) A Copel possuía disponibilidade financeira para suportar o custo da publicidade realizada? Anexar cópia do balanço e das disponibilidades financeiras em setembro, outubro e novembro de 2003;

6) qual foi a empresa responsável pela produção da campanha, qual o custo e a forma da contratação?

7) A Secretaria de Comunicação do Estado teve participação na campanha? Em caso afirmativo anexar cópia dos ofícios, memorandos, bem como outros atos que impliquem nesta participação;

8) por que motivo a Copel não utilizou o convênio existente entre a empresa e as emissoras de rádio e televisão (AERP) para veiculação da campanha;

9) havia alguma outra campanha publicitária em andamento na ocasião que estivesse vinculada ao convênio com a AERP? Qual a mídia utilizada? Juntar cópias do material publicitário desta campanha;

10) quem define as prioridades das campanhas publicitárias da Copel?

11) Em algum momento o governador Roberto Requião ou o secretário Airton Pissetti tiveram participação decisiva na veiculação da campanha?

12) Quem definiu ou determinou a participação pessoal do governador Roberto Requião na campanha?

13) Por que motivo, as inserções veiculadas em emissoras de rádio com a voz do governador Roberto Requião são de três minutos, enquanto que nas demais, feitas por locutores, a inserção é de um minuto?

14) Quem autorizou colocar no fechamento das peças publicitárias o logotipo do Estado do Paraná? É legal o uso do logotipo quando a contratação partiu da Copel?

15) Qual o parecer técnico de marketing que definiu investir R\$120.000,00 na Rádio Rock de Curitiba, considerando-se que a referida rádio tem uma programação essencialmente dirigida aos jovens das classes A e B, desvirtuando-se totalmente do público alvo da Campanha Luz Fraterna?

16) No caso de ter ocorrido contratação direta com as referidas emissoras, houve o zelo e a transparência de se solicitar às mesmas as tabelas de custo de cada um dos veículos?

17) A contratação foi realizada de acordo com as propostas apresentadas ou houve o estabelecimento de um "custo padrão" para a veiculação?

18) No período em que foi veiculada a referida campanha, levou-se em consideração o nível de audiência de cada emissora? Em caso afirmativo, que método foi utilizado? (pesquisa de algum instituto, por exemplo);

19) foi exigida a apresentação das CND's determinadas por lei, das empresas contratadas?

20) Houve retenção dos impostos e contribuições devidas em face dos valores repassados?

21) Anexar cópia de todos os contratos realizados com cada veículo de comunicação, bem como os comprovantes de veiculação;

22) anexar ainda, cópia de todos os empenhos de pagamento e cópia de cheques;

23) anexar cópia de todos os pareceres jurídicos e técnicos que orientaram a referida contratação, bem

como de consultas ao Tribunal de Contas do Estado e sua respectiva resposta;

24) anexar, por fim, cópia das propostas feitas pelas empresas contratadas, obtidas por ocasião da pesquisa de preços, antes da contratação.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(aa) BARBOSA NETO, DOUTOR LUCIANO, JOCELITO CANTO, RATINHO JÚNIOR e RENI PEREIRA."

Senhor presidente, fiz este requerimento porque já passou aquele prazo estabelecido, de acordo com a transparência do governador Roberto Requião, de que em cinco dias eu receberia essas informações. Como já fiz o segundo requerimento - o estou fazendo através desta Casa, gostaria de saber como o governador passou para outra rádio - quero dizer que tive o zelo e o cuidado de levantar tabela de preço dessa emissora. Estou com a programação gravada de três meses dessa rádio. Sei exatamente quantas inserções saíram em cada rádio. Tenho tudo isso. Através do nosso bloco independente fizemos um levantamento. Tivemos alguns custos para conseguir essas gravações, que estão todas conosco, com o grupo independente. O bloco independente tem tudo isso e vai propor nesta Casa, que depois dessas respostas possamos propor um projeto, para que se determine que as emissoras de rádio tenham o devido respeito e que as televisões e os jornais tenham o mesmo direito. Não é justo que duas emissoras da Capital do Estado, que não estão posicionadas no Ibope, estão lá em baixo no Ibope, recebam 120 mil reais. Enquanto as emissoras do interior ganharam cinco, oito, dez, de acordo com informação que foi fornecida pelo documento reservado.

Senhor presidente, este é o encaminhamento que faço. Peço aos senhores deputados que votem a favor. Porque o governo Requião, quando assumiu aqui atacou o governo anterior disse que era uma farra na publicidade, mas parece que seguiu o mesmo caminho. Porque fez uma farra na primeira oportunidade e com o dinheiro da "santa" Copel, dinheiro do povo.

Era isso, senhor presidente.

**O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)**

**(Assentimento)**

Gostaria que V. Exa. cumprisse o regimento, colocando em votação o pedido do deputado, porque não cabe aqui fazer discurso neste momento.

**O SR. NEIVO BERALDIN (Para Encaminhar)**

**(Assentimento)**

Senhor presidente, parece-me que o deputado Jocelito Canto, que pertence ao bloco independente desta Casa, fez um trabalho competente, porque solicita a informação da verdade. Como diz o ditado do velho caboclo: A verdade não se escurece. Então, parlamentar faz o seu dever de casa. Lamento apenas que no governo passado, não tivemos a mesma oportunidade de receber as informações e constatar que em 98, de julho a dezembro,



o Banco do Estado pagou 36 milhões e 400 mil dólares em publicidade e propaganda. Que o Estado do Paraná gastou 2,5% da sua arrecadação em publicidade e propaganda, enquanto, São Paulo gastou, 006% da sua receita. E a Bahia gastou, 052 da sua receita. Efetivamente dizer, que não necessariamente os veículos de comunicação tenham recebido esses recursos, mas o governo pagou. A quem foi devolvido esse dinheiro? Qual a agência que desviou e como desviou, esta é uma outra questão.

Acho que nesse período, nesse mandato, o que estamos a fazer aqui é constatar mês a mês o balancete, verificar de perto. O que pedem os senhores deputados do bloco independente é plausível de apoio, penso eu, da unanimidade da Casa, porque o povo elege os seus deputados para que sejam os seus representantes, a sua voz e para que fiscalizem o governo, para que o governo não desvie o curso. Isso não quer dizer que o governador esteja desviando o curso. Podemos até imaginar que alguém poderia ter desviado o curso, sem o conhecimento do governador. Estamos aqui para respaldar esse requerimento, que é justo e tecnicamente competente.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Para encaminhar a votação, deputado Valdir Rossoni.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, o objeto do requerimento do deputado Jocelito é o mesmo que o meu requerimento. O meu requerimento já foi aprovado por esta Casa. Caso venha a ser desaprovado este requerimento, o objeto é o mesmo e é importante porque eu questioneei já pela terceira vez o líder Ângelo Vanhoni sobre essa questão quando ele subia à tribuna para ver se ele me respondia. E até o presente momento, acharam que o mês de dezembro, o mês de janeiro faria que esquecêssemos desta questão, então acredito que o secretário da Comunicação deve satisfação, não ao deputado Rossoni mas ao Poder Legislativo e o presidente desta Casa tem que tomar as medidas cabíveis para este caso.

#### O SR. NATÁLIO STICA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, quero dizer que mesmo não sendo ainda líder do Governo, mas na falta momentânea do deputado Ângelo Vanhoni nós vamos votar favoravelmente ao requerimento do deputado Jocelito Canto, até porque este governo não tem nada a esconder. E vamos mandar para o deputado Jocelito, antes de vir a informação oficial do seu requerimento, uma relação de como era mal aplicada a verba de publicidade do ex-governador Jaime Lerner.

Portanto, a nossa bancada de apoio ao governador, vai votar favorável porque não se tem nada a esconder e peço que deixe-nos votar porque temos mais coisas a fazer.

#### O SR. ADEMIR BIER (Para Encaminhar)

Da mesma forma eu gostaria, e na mesma direção do deputado Stica, nosso futuro líder do Governo aqui na Casa, e dizer que é importante, dizer que o Paraná mudou, porque na legislatura anterior não passava um requerimento sequer aqui. E se tivesse passado, naquela ocasião, requerimentos que pudesse o Governo ter informado esta Casa, informado a população do Paraná, não teriam deixado o Estado na situação que se encontra.

Estamos aqui para exercer a nossa posição de órgão fiscalizador e eu até ia sugerir que mandassem também onde foi pago, quais os órgãos de comunicação que foram pagos, somente no último ano, no ano de 2002, pelo governo anterior, também seria importante isso.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputados favoráveis permaneçam como estão.

#### Aprovados.

Requerimento nº 002, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 007 e 008, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 012, de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 016, de autoria do deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 017, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 023, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 025, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 026 e 027, de autoria da deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 035, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 036, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 038, de autoria das deputadas Elza Correia, Luciana Rafagnin e Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 040, de autoria do deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 042, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 043, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 046, de autoria do deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 045, de autoria dos deputados Barbosa Neto, Jocelito Canto, Reni Pereira, Doutor Luciano e Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Senhor presidente, chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Delegado Bradock**)

(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**).

29 senhores deputados estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Há quórum para deliberação, inclusive. Vamos para a votação.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, estava encaminhando.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para encaminhar, o senhor deputado Jocelito Canto. Não pelo artigo 35.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, fizemos esse requerimento que necessitou de quórum qualificado para votação. E nesse requerimento estamos solicitando ao secretário Pisseti que nos informe se o Estado teve alguma participação nessa campanha. Alguém falou aqui, que tem que levantar o passado. Não estava na legislatura passada como deputado, aqui. Sou deputado a partir do ano de 2003. Estou cumprindo o meu papel de fiscalizar. Recebi essa denúncia há muito tempo, saiu nesse jornal "Documento Reservado".

Acredito que o jornalista que escreveu tal matéria não seja nenhum irresponsável. Até acredito que ele tenha feito essa matéria baseado em algum tipo de informação que ele recebeu de outro deputado que já tinha feito esse requerimento. É baseado nisso que ele fez a matéria. Esse jornalista colocou no jornal, e nos chamou a atenção a diferença de dinheiro que foi dado para duas rádios do mesmo grupo. E depois nos causou estranheza que os jornais publicaram que o PMDB pagou algumas contas a um banco que é ligado às rádios. Ninguém está acusando ninguém. Temos que fazer um levantamento sério, porque também sou radialista e não entendo justo...

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Entendi que o deputado iria fazer a defesa do requerimento para votação. E não discurso da matéria já votada. Peço que V. Exa. use o Regimento.

O SR. JOCELITO CANTO

Deputado Stica, a viagem a Cuba não lhe fez bem, não entendeu o que estou me pronunciando aqui

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Apenas para responder a questão de ordem. V. Exa. está falando sobre um outro pedido para o mesmo secretário. Pode continuar.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, para encerrar gostaria de dizer que não acho justo que uma estação de rádio lá do interior, uma estação de rádio que fica lá no oeste no sudoeste, no norte do Paraná...

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Não foi respondido o seu pedido de informação, portanto não há que se fazer acusação, a não ser depois que venha a informação, informação que ainda o senhor não tem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Jocelito Canto, peço que se atenha à matéria do requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO

Muito bem, então vou ler o requerimento para não ter problema.

(**Lê requerimento**)

Este é o nosso requerimento, da Bancada Independente a qual tem o nosso líder, deputado Ratinho Júnior, que pede providências. Ninguém acusa ninguém. Nós só queremos os documentos para analisar, informar e faz parte do nosso trabalho, como deputado, de fiscalizar. E aí, ao mesmo tempo, agradecer ao PMDB, à Bancada do Governo, que é um governo exatamente de quem não deve, não teme. Então, o governador assinou um requerimento dizendo que em cinco dias passaria os documentos. Já passou 15 e não veio. O Rossoni falou, aqui, que já faz 30, 40 o dele.

Então, quem não deve, não teme. Que venham os documentos e aí vamos colocar à população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação o requerimento.

**Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando 02 (duas) sessões ordinárias para quarta-feira dia 18, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**1ª SESSÃO**

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 016 e 018/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 041, 158, 387, 347, 667/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 107 e 126/2003.

**2ª SESSÃO**

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 574, 642, 674 e 710/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 089, 094, 115 e 125/2003.

Levanta-se a Sessão.

**Transcrição:**

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO BARBOSA NETO EM SESSÃO DO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2004.

**“Low Profile”**

Carlos Nasser

Hoje quero homenagear um amigo que acompanho há anos e presumo conhecê-lo razoavelmente bem. É o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

A Gazeta do Povo completou 85 anos de existência, coisa rara no Brasil. País de poucas tradições. Aqui as coisas aparecem, viram moda e na mesma velocidade se desmancham no ar.

É muito mais difícil do que se imagina reerguer um jornal, dar-lhe novo formato, superar os concorrentes e depois manter-se na liderança, consolidando sua posição de forma inabalável. Ser intermediário entre os fatos e a população sem incorrer em erros na apresentação. Ter opinião justa sem prejudicar o constante conflito de interesses no arco da sociedade em que se vive. Qualquer descuido pode ser fatal. A força de um grande jornal é incomensurável quando comete um erro e insiste em manter posição, muda o rumo dos acontecimentos perante a opinião pública. Os americanos, com inteligência, classificam a imprensa como o quarto poder existente. Creio que no Brasil, muitas vezes é o segundo e em casos extremos o primeiro, que o diga o ex-presidente Fernando Collor.

A Gazeta do povo tem um raro senso de equilíbrio que vem da postura pessoal do seu diretor Dr. Francisco, um advogado acostumado, pela profissão que exerceu com brilhantismo, a procurar a Justiça sempre sem prejudicar as partes envolvidas. Um costume familiar que

herdou de seu pai, o desembargador Cunha Pereira, que foi exemplo de dignidade por décadas no Fórum paranaense. “A origem molda o homem”, palavras de Rousseau que guardo comigo, lembrando meus pais e a educação que tive.

Escrevo assim, sem medo do elogio gratuito porque tive experiências próprias em diálogos com o Dr. Francisco que várias vezes me aconselhou, como um irmão mais velho, sobre meus artigos fortes e os estragos que poderiam causar se fossem mal interpretados ou errassem o alvo. Para a Gazeta cabe bem o provérbio “A virtude está no meio”, pois pela polêmica e repercussão que o jornal possui, o equilíbrio dado pela sua direção é a melhor maneira possível de gerir um gigante que é único no Paraná. Mas o principal é que a Gazeta do Povo tem credibilidade, é um jornal levado a sério pelos leitores. Saiu na Gazeta é verdade, não se cria notícias, muito menos reportagens. Longe de sensacionalismo e dos escândalos gratuitos. Não precisa de choques duvidosos para atrair leitores.

Gosto de frisar, por ter sido o primeiro colunista a fazer este tipo de análise, a grande virtude social deste jornal é ser o meio de comunicação que o povo dispõe para poder realizar seus desejos e necessidades. É pelo pequeno anúncio que vendem e compram objetos, carros, terrenos e aparelhos de uso doméstico. Esse é um serviço inestimável, prestado à comunidade durante anos. De uma grande complexidade em sua montagem diária, o pequeno anúncio serve não só às camadas mais humildes da população que procuram ali seu emprego e sobrevivência.

A homenagem ao meu amigo Dr. Francisco é mais que justa, creio que nela represento agora parte importante dos paranaenses que tem como exemplo de um homem realizado pela grandeza moral perante seus amigos e sua família. Quanto mais forte for a Gazeta do povo, mais forte será o Paraná.

**Atas de Comissão:****COMISSÃO DE REDAÇÃO  
ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia. Em seguida o senhor presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 123/2003, 329 e 532/2003, e a deputada Cida Borghetti apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 324 e 513/2003 que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior,

secretária da Comissão lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Nelson Justus. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o deputado Nelson Justus avocou e relatou o Projeto de Lei nº 453/2003, e o Projeto de Lei Complementar nº 404/2003, que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Nelson Justus. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Marcos Isfer apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 556/2003 e 613/2003, que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Nelson Justus. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem

do Dia, oportunidade em que o deputado Marcos Isfer apresentou redação final aos Projeto de Lei nº 279/2003, 409/2003, 438/2003 e 591/2003, que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o deputado Nelson Justus apresentou redação final aos Projetos de Lei de nºs 515/2003, 569/2003, 595/2003, 596/2003 e 603/2003, que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 582/2003, em seguida o deputado Elton Carlos Welter apresentou redação final ao Projeto de Lei de nº 517/2003 e o deputado Renato Gaúcho apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 522/2003 e 571/2003, que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária